

O fim da pré-história

Um caminho para a liberdade

Tomás Hirsch

Agradecimentos

A Francisco Ruiz-Tagle¹.

As inumeráveis horas que passamos juntos lendo, investigando, escrevendo e corrigindo, converteram-se para mim em verdadeiras lições de conhecimento. Em mais de uma oportunidade, senti-me assombrado frente a sua impressionante capacidade para reter, relacionar e interpretar informação da mais variada índole. Seu trabalho metódico e dedicado fez possível a existência mesma deste livro. Obrigado, meu amigo!

Aos humanistas.

Que anonimamente dedicam suas vidas a aproximar a desejada Nação Humana Universal.

¹ Francisco Ruiz-Tagle (1947), ensaísta e colunista chileno que adere ao Novo Humanismo. Consultor vinculado a Regional Humanista Latino-americana, tem dado conferências em numerosos países da América e Europa.

Predizer é muito difícil, e sobre tudo o futuro.

Niels Bohr

ÍNDICE

Primeira parte: Sísifo está de volta.

1. A encruzilhada:

Somos parte de um sistema. Pode-se superar a violência social? O futuro da esquerda.

2. Os Senhores do Dinheiro:

Maiorias versus minorias. Os Mandamentos do Capital Financeiro. Frente a um poder absoluto, dois contra-poderes.

3. A globalização, um beco sem saída:

O paradoxo de sistema. A globalização e suas conseqüências. A abertura de um sistema fechado. O projeto dos povos.

4. O absurdo econômico:

Violência econômica e explosão social. A marcha dos postergados. Estado ou mercado, um velho e repetido falso dilema.

5. A traição das cúpulas:

Uma fábula para despistados. O Estado cativo. A representatividade em crise: o povo à deriva. O povo à intempérie. Em uma democracia real, o povo é protagonista.

Apêndice.

Segunda parte: A transformação social.

6. O ser humano, esse desconhecido:

A desobediência abriu a rota. Determinismo e liberdade. O primado do futuro. O fluxo da história.

7. O fim da pré-história:

Do paternalismo à auto-organização. As novas gerações voltam para a luta. Sobre o fim e os meios. A luta pela subjetividade.

8. Para uma sociedade realmente humana:

Um progresso de todos e para todos. Uma revolução humana: da concorrência à convergência. Uma revolução social: da acumulação à distribuição. Uma revolução política: a desconcentração do poder.

9. O motor da mudança:

Crescimento versus desenvolvimento. A empresa de propriedade dos trabalhadores.
Recuperação dos recursos naturais e energéticos, valor agregado e tecnologia.

10. América Latina, crisol do futuro:

Onde está o novo. A afirmação da diversidade. A convergência da diversidade.

Ao final, um conto muito curto.

Epílogo respeito de uma nova espiritualidade.

Prólogo

Conheci Tomás Hirsch em Mar del Plata enquanto caminhávamos encabeçando uma grande marcha. Era novembro de 2005 e ambos tínhamos deixado por um breve período nossos países e as respectivas campanhas presidenciais nas que participávamos. O motivo o merecia. Em Mar del Plata se realizava a Cúpula dos Povos em que os movimentos sociais de toda a América Latina lhe disseram “não”, de maneira terminante e definitiva, ao projeto da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) que queria impor os Estados Unidos.

Ao entrar no estádio, enquanto esperávamos o início do ato, conversamos pela primeira vez tomando um café. Tomás se declarou, enfaticamente, a favor de uma saída soberana ao mar para a Bolívia. Acredito que era a primeira vez que um candidato presidencial chileno incluía em seu programa de governo a centenária e legítima demanda boliviana.

Nove meses depois, em 6 de agosto de 2006 voltamos a nos encontrar em Sucre. Com a instalação da Assembléia Constituinte, Bolívia vivia um momento histórico. Depois de 16 anos de mobilizações sociais encabeçadas pelos povos indígenas demandando a re-fundação do país; os excluídos, os marginados do campo e da cidade tomavam a palavra para começar a construir uma nova República.

Em Sucre, Tomás pôde ser testemunha do surgimento de uma Bolívia que muitos trataram de ocultar durante séculos, refiro-me à Bolívia dos 36 povos indígenas e originários que desfilaram juntos celebrando um novo tempo de mudança e de unidade para a pátria. Hoje, continuamos no caminho para uma nova Constituição que acabe com o racismo e a discriminação propondo um futuro de igualdade e justiça social para todos.

Depois de nosso encontro em Sucre, vimo-nos um par de vezes mais. A primeira, em dezembro de 2006, durante a realização da II Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações na cidade do Cochabamba. A última, em abril de 2007, no Barquisimeto (Venezuela), onde participávamos da Cúpula da Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América Latina (ALBA). Naquela ocasião, junto ao Hugo Chávez, tínhamos decidido inaugurar a reunião dando a palavra a líderes sociais da região. Em sua intervenção, Tomás denunciou o drama que significa o saque dos recursos naturais em

nosso continente e mencionou que se chegasse a ser Presidente incorporaria seu país à ALBA. Assim fomos nos conhecendo, de encontro em encontro, de país em país.

Hoje tenho seu livro em minhas mãos. Sua leitura me tem servido para constatar que apesar das diferenças em nossas origens e em nossos contextos culturais, une-nos uma profunda valoração pelo ser humano e por seu destino. Também nos une a aspiração comum de ver os povos de nosso continente erguer-se livres e dignos. Essa é, sem lugar a dúvidas, a maior motivação de nossas lutas cotidianas.

Por isso, agrada-me que se elevem vozes críticas, porém esperançadoras como a sua; vozes que nos ajudam a desenhar o futuro de nosso continente. Alegro-me comprovar como, dia a dia, América Latina está despertando, sacudindo-se do conformismo e da letargia pela ação conjunta de líderes e movimentos sociais que estão abrindo os olhos e as consciências de nossos povos. Só a clareza de pensamento, a convicção e a honestidade que herdamos de nossas culturas indígenas, permitirão-nos aprofundar a luta para acabar com a dominação. Juntos, acabaremos com o jugo das democracias submetidas para construir democracias libertadoras, participativas e solidárias.

Olhando para trás, tenho que assinalar que quando ganhamos as eleições com uma maioria histórica (54 por cento), os humanistas foram dos primeiros que se aproximaram de nós para brindar-nos uma colaboração desinteressada e solidária. Esse vínculo continuou fortalecendo-se dia a dia e passo a passo. Assim, hoje podemos dizer com satisfação que Tomás se converteu em um ativo porta-voz do processo de transformações que pusemos em marcha, divulgando nossas conquistas –da nacionalização dos hidrocarbonetos até a revolução agrária– no curso de suas viagens.

Como diz Tomás em seu livro, Bolívia vive uma revolução social, política e econômica ao mesmo tempo. Social, porque temos convertido as necessidades básicas de nosso povo no eixo das transformações, por cima das exigências do capital estrangeiro. Política, porque em nosso Governo são os movimentos sociais, as comunidades indígenas e camponesas, os sindicatos e a sociedade organizada quem define a vida política. A classe política tradicional, apátrida, desarraigada e profundamente racista está ficando definitivamente isolada.

Além disso, trata-se de uma revolução econômica porque temos atuado com a firme decisão de recuperar a soberania e o controle sobre nossos recursos naturais e

energéticos, dando-lhe ao capital internacional o lugar que lhe corresponde e que se sintetiza no princípio de que a Bolívia precisa de “sócios e não patrões”. Estou convencido de que esse é o único caminho para que, da ação do Estado, possa-se acabar com a exclusão, garantindo as liberdades e construindo igualdade. Por último, vale a pena mencionar que o processo de mudança boliviana não teria sentido se não expuséssemos uma autêntica revolução cultural que nos permita extirpar a matriz colonial e racista que está enraizada em todas nossas estruturas sociais e que impede de reconhecer nossa principal virtude: a diversidade.

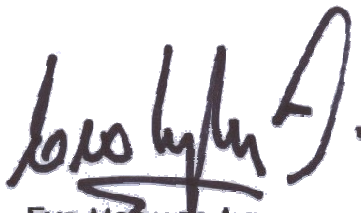
Tomás propõe em seu livro valorar ao ser humano por cima do dinheiro; pôr a humanidade em primeiro lugar. Bom, essa é também a luta em que estamos empenhados cujo fundamento é a dignificação de nosso povo. Por isso, são as comunidades indígenas e camponesas, os trabalhadores, os mineiros, os artesãos, os estudantes, os pequenos produtores e todos os homens e mulheres que trabalham honestamente dia a dia quem deve ver-se favorecidos pelas mudanças políticas, antes que as comunidades financeiras internacionais. Devemos ser capazes de colocar no lugar que lhes corresponde aos grandes capitais, de maneira que beneficiem aos povos e que não os destruam como pretendeu o neoliberalismo durante as últimas décadas.

Neste sentido, as propostas do humanismo –que temos podido compreender melhor através do livro de Tomás– vão nesta mesma direção pelo que esperamos seguir trabalhando juntos para contribuir a difundi-las em nossos países e que se conheça o impacto das transformações que empreendemos e que, freqüentemente, são premeditadamente minimizadas pelas redes internacionais da mídia em suas diversas formas convertidas em uma autêntica indústria da informação.

Quanto à integração regional, nós estamos convencidos de que a paz mundial, a luta contra o chamado aquecimento global, a harmonia com a natureza, o acesso aos recursos elementares como a água e a redefinição dos conceitos globais sobre o desenvolvimento e o progresso, são elementos centrais que devem ser considerados de maneira integral. Nesta linha, uma de nossas propostas perante a comunidade internacional, é renunciar constitucionalmente à guerra como forma de solução de conflitos entre países. Aqui, também coincidimos com o humanismo e sua rejeição à violência seja qual for sua manifestação. Nós proviemos da cultura da vida e do diálogo, e não da cultura da guerra e da morte. Por isso, acreditamos que neste novo milênio

temos a obrigação ética e moral de defender a vida e salvar à humanidade. E se queremos salvar à humanidade temos que salvar ao planeta terra.

Finalmente, para concluir este comentário, gostaria apenas de felicitar a Tomás por sua iniciativa, por sua vontade e compromisso com o pensamento humanista e por sua contribuição ao processo de libertação dos povos da América Latina.



EVO MORALES AYMA
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA

Prólogo

SALVADOR ALLENDE VIVE!

Sinto-me muito honrado com o convite de poder fazer a apresentação da edição brasileira do livro que reúne as reflexões de Tomás Hirsch sobre os dilemas contemporâneos de nossas sociedades chilena e latino-americanas.

Ao ler a versão em espanhol para preparar essas linhas, fiquei realmente impressionado com a contribuição das idéias aí presentes. Percebi que Tomás é uma grata revelação e que recupera a tradição dos grandes pensadores sociais que o povo chileno gerou para a América Latina. Segue a trilha de nossos queridos Pablo Neruda, Salvador Allende, Victor Jara, Miguel Henríquez, Volodia Teitelboim, Pedro Vuskovic, de quem tive o prazer de ser aluno na Universidade Autônoma do México – Unam logo após o golpe militar de 1973, e tantos outros.

Certamente as reflexões contidas nesse livro serão de grande valia para toda militância social brasileira. Por muitas razões.

A luta de classes no continente latino-americano seguiu ao longo do século 20, os ciclos de ascenso e descenso. Tivemos um virtuoso período de ascenso revolucionário, de efervescência das lutas sociais, que começou com a revolução da Bolívia em 1952, passando pela vitória eleitoral da Unidade Popular no Chile, em 1970, que gerou o governo Allende até 1973. E o ciclo se encerrou com a vitória sandinista em 1979. Embora os ciclos da luta social sigam a correlação de forças nacionais, e cada país tenha calendário e características próprias, em geral esse movimento seguiu uma mesma tendência em todo o continente.

Depois tivemos a reação do capital, a imposição de ditaduras militares em quase todos os países e o descenso das mobilizações de massa. O ciclo do retrocesso começou justamente com o golpe militar de 1964, no Brasil, e se estendeu até 1984 em toda América Latina.

A história social seguiu, tivemos um novo reascenso das massas, embora de curta duração, que retomou as lutas democráticas para derrotar os regimes militares, reconquistamos em quase todos os países a democracia formal, ainda que insuficiente. Mas o capital não perdeu tempo, diante da fragilidade das organizações sociais e políticas, mesmo que o povo tivesse conquistado nas ruas e no voto a redemocratização formal, eles nos tomaram o Estado e a economia.

A partir da década de 1990, em todo continente, o imperialismo nos aplicou as regras do neoliberalismo que era apenas uma nova forma de dominação do capital, agora sob hegemonia do capital financeiro e internacional. Nessa etapa, eles tomaram de assalto nossa economia e o Estado, privatizaram tudo o que puderam. Impuseram regras

draconianas de exploração do trabalho, cada vez mais precarizado, sem direitos previdenciários e sociais. E agora, é o Chile que ainda sob o manto da longa ditadura Pinochet serve de ensaio para todas as políticas neoliberais a serem aplicadas no continente.

Houve de fato uma derrota política, social e ideológica das esquerdas e das forças populares nos fins do século 20.

Quando tudo parecia perdido, o filósofo gringo Francis Fukuyama foi escalado para anunciar o fim da história e a supremacia total do império. Mas o ciclo da história não pára e a partir do ano 2000, entramos num novo período de luta social no continente. Nossos povos desiludidos com as mentiras neoliberais se agarram no direito ao voto, para pelo menos protestar e dizer somos contra! Daí surgiram a nova onda de governos progressistas, como na Venezuela, Bolívia, Argentina, Equador, Brasil, Uruguai, Nicarágua, e mais recentemente a vitória de Fernando Lugo no Paraguai.

Essas vitórias eleitorais foram importantes e representaram um freio ao avanço do neoliberalismo. Ainda que não conseguimos derrotá-los totalmente.

É nesse contexto que as reflexões de nosso querido Tomás Hirsch são importantíssimas. Ainda mais, por ele, que também tentou pelo voto derrotar o neoliberalismo chileno, e não conseguiu.

As forças sociais e de esquerda do continente ainda passam por uma grave crise ideológica. Surgem novos paradigmas e desafios para a classe trabalhadora de todo continente. A ação do capital é cada vez mais globalizada e voraz. Agora, sob a hegemonia das empresas transnacionais e do capital financeiro insaciável. Eles continuam controlando nossas economias e nossos Estados.

As massas ainda não têm forças organizadas suficientes, para desenvolver um processo de re-ascenso em todo continente, que de fato nos recoloca num novo ciclo de ofensiva, com nosso projeto de sociedade.

Estamos numa situação de crise e transição.

E esse é o momento para as reflexões, para compreender quais serão os melhores caminhos a seguir. Para debater que tipo de projeto de sociedade queremos. É preciso repensar a questão do Estado. A voracidade do capital está colocando em risco a sobrevivência da vida no planeta, com o esgotamento completo dos recursos naturais, se mantivermos esses padrões estúpidos de consumo, impostos pelo *modus vivendi* estadunidense. É preciso combinar cada vez mais os princípios socialistas da economia, com os princípios humanistas da civilização.

Precisamos mais do que nunca refletir, debater e construir coletivamente um novo projeto político de sociedade. Que será nacional, porque precisa responder às

necessidades de nosso povo, em nosso território, mas que será cada vez mais internacional nas suas concepções e formas de ver o mundo.

Tomás Hirsch é um visionário porque nos traz a todos, nessas linhas, suas reflexões sobre esses paradigmas, sobre esses desafios que estão colocados para nossa geração.

E recupera com a sensibilidade humanista, a estatura do pensamento de Salvador Allende, daí a combinação de lançarmos o livro na versão brasileira, celebrando os 100 anos de nosso querido Allende. Que vive, por sua coerência, por seu exemplo de vida, pela profundidade de suas idéias. Como ele mesmo prognosticou em sua última alocução radial antes de ser morto .. “Chegarão novamente, no futuro, os dias em que as massas tomarão as ruas e alamedas, e exercitarão sua força de mobilização para construir sociedades mais justas, livres, humanistas e socialistas!”

João Pedro Stédile

Mayo del 2008

Primeira parte: Sísifo está de volta

1. A encruzilhada

O que se obtém com violência, só se pode manter com violência.

Gandhi

Somos parte de um sistema.

Em tempos como os que correm, é muito difícil para um cidadão comum ver-se a si mesmo como agente de mudança do curso dos acontecimentos sociais. “Com que roupa”, perguntamo-nos, nos resignando a ser passageiros mais ou menos afortunados de um navio cujo itinerário e destino desconhecemos por completo. Ainda mais, as urgências do presente freqüentemente nos fazem esquecer que vamos junto a outros em uma viagem para alguma parte e imaginamos o amanhã como a repetição infinita do hoje. Então tendemos a acreditar que a mudança global se produz pela acumulação dos milhões de afãs individuais, com o qual deixamos de nos preocupar com o destino do conjunto e nos encerramos em nossa cela de abelha cumprindo com maior ou menor brilhantismo o papel que as circunstâncias nos atribuíram ao interior da colméia.

Porém, não perceber que a Terra se move não significa que ela deixe de se mover... Saibamos ou não, nosso destino particular depende do destino do sistema no qual estamos incluídos e não ao contrário. É como se fôssemos em um trem que se dirige para um precipício; não por mudar de lugar os assentos ao interior dos vagões evitaremos o acidente. Para isso teríamos que frear o comboio ou mudar a direção que leva.

Os indivíduos somos parte de uma estrutura social maior que, além disso, está em movimento. Ou seja, submetida a mudanças e transformações que não sempre entendemos nem sabemos interpretar. O único claro é que para onde ela vá iremos nós (e nossos filhos e netos...) necessariamente. Cair em conta deste fato nos leva necessariamente a nos perguntar para onde nos conduz, para uma situação melhor ou uma pior? E se a direção que tem tomado o sistema que nos inclui fosse destrutiva, como parece-nos indicar a experiência cotidiana direta, o que podemos fazer para modificá-la?

São perguntas difíceis de responder. Mais ainda hoje, quando esse sistema já não é local, mas sim global: já não se trata de um país ou de uma região mas sim do mundo

inteiro, o qual parece constituir um desafio maiúsculo para um “coitadinho mortal”², que igual vê afetada sua vida por mais remoto que seja o lugar onde habite. Mas se hoje estamos um tanto cegos as dimensões como as de estrutura ou processos, não significa que sempre tenha sido assim e são muitos os fatores que incidiram nessa cegueira. O certo é que desde tempos remotos, os seres humanos têm tratado de compreender as leis que regem à História para poder lhe dar uma direção intencional, não acidental a dito processo. Hoje essa compreensão se faz mais necessária que nunca, antes que seja muito tarde.

Não é a primeira vez que o ser humano se encontra em uma encruzilhada histórica parecida, isto aconteceu muitas vezes antes³. Mas a nosso entender, o distinto está em que agora a resposta não virá de certos líderes iluminados que a imporão desde cima às populações; a resposta a encontrarão os povos em seu conjunto, os verdadeiros protagonistas da História. Há muitos indicadores de que isto já começa a acontecer em distintas latitudes e é necessário estar atentos a esses sinais. Nossa intenção é colaborar nessa busca, tratando de ampliar a perspectiva em relação ao momento que nos toca viver. Quando subimos ao topo de uma colina vemos mais e entendemos certas relações que éramos incapazes de perceber do plano.

Pode-se superar a violência social?

E se conseguíssemos tomar essa distância, como se veria nossa época? O primeiro que se nos faz evidente é o elevadíssimo nível de violência que abafa às sociedades. Ao incorporar a perspectiva do tempo, chama a atenção um fato notável e absurdo de uma vez: o ser humano tem construído, através do esforço titânico de inumeráveis gerações, um ambiente social e cultural para escapar da dor e da violência que lhe impunha o meio natural. Mas, como se fora um pesado lastro que não pode deixar atrás, nunca conseguiu desprender-se definitivamente desse comportamento agressivo e as sociedades que criou seguem estando marcadas pelo mesmo signo trágico. A violência física, racial, religiosa, psicológica, sexual e, sobre tudo, a violência econômica

² Expressão tirada da canção "Coitadinho mortal se quer ver menos televisão descobrirá que entediado estará pela tarde" composta para o festival da OTI de 1978 pelo cantante e autor chileno Florcita Motuda.

³ De acordo com a genealogia de Toynbee, são 21 as civilizações que percorreram o ciclo completo de gênese, crescimento, colapso e desintegração, mais algumas outras que abortaram no caminho. O exemplo mais próximo é a civilização greco-latina, cuja fase final é o Império Romano, que se desintegra no ano 476 quando o Imperador Rômulo Augusto é deposto pelo bárbaro germânico Odoacro.

derivada da injustiça social e a desigualdade de direitos e oportunidades chegaram até o presente como uma herança sinistra. Resulta difícil de entender este teimoso atavismo, mas ali está e, dado o enorme poder das armas nucleares modernas, hoje se converteu em uma ameaça certa de destruição maciça.

É possível erradicar, de uma vez e para sempre, a maldição da violência das sociedades humanas? À luz da experiência histórica, estaríamos tentados a dizer que não, que se trata de uma esperança ilusória. Porém, também é certo que em distintos momentos do tempo existiram pessoas e causas que alcançaram seus objetivos sem percorrer o caminho do sangue e a destruição⁴; eles nos servem de modelos ou referências vivas para orientar nossa ação e nos devolvem a fé em uma luta que possa fazer real essa velha aspiração humana.

Para o Humanismo Universalista, corrente de pensamento a que pertencemos e da qual falamos, o problema da violência tanto pessoal como social tem sido uma preocupação central desde seus inícios, lá pelo ano 1969, no coração da cordilheira dos Andes. Quando o pensador latino-americano Mario Rodríguez Cobos, Silo, deu origem a este movimento através de uma arenga pública chamada A Cura do Sofrimento, já refletia sobre as distintas formas de violência que afetavam à vida pessoal e à convivência social em todas as latitudes e propunha caminhos para sair dessa espiral destrutiva. Trinta e oito anos depois, a situação no mundo não mudou radicalmente, de modo que o projeto original do Novo Humanismo segue tendo a mesma validade e muito mais força que em seus começos. Em sua última obra, recentemente publicada⁵, Silo volta uma vez mais sobre o tema, esta vez apresentando a possibilidade de considerar configurações de consciência avançadas, essencialmente não violentas e deixa aberta a hipótese de que esse novo atributo psíquico possa chegar a instalar-se nas sociedades como uma conquista cultural profunda. Digamos então que uma das interrogantes centrais que dá origem a este livro e que o atravessa de começo a fim se refere às causas da violência social e aos cursos que será necessário seguir para superá-la definitivamente.

⁴ Zoroastro; Buda; Mahavira, fundador do jainismo; Asoka, rei hindu seguidor do budismo, quem no ano 261 a.C. renuncia à guerra; Henry David Thoreau; Gandhi; Martin Luther King, para citar aos mais importantes.

⁵ Trata-se do livro *Apontamentos de Psicologia*, que reúne quatro charlas sobre o tema ministradas por Silo em diferentes anos. A última delas se realizou em Rosário, Argentina, no ano 2006.

O futuro da esquerda.

Faz ao redor de trezentos anos atrás, o mundo ocidental submergiu-se em uma espécie de maré revolucionária, impulsionando por todos lados aquelas mudanças sociais estruturais que hoje parecem esquecidos: tratava-se de modificar os usos, não só os abusos, segundo o dizer certo de Ortega y Gasset. Na maioria dos casos, cada um desses projetos terminou fundo em muito sangue, morte e destruição. A febre revolucionária parece ter cessado logo do fracasso da utopia marxista na União Soviética e os povos entraram em um estado de surda desilusão, enquanto que a luta se deslocou para os choques entre culturas. Nesse cenário, a esquerda mais radical se ficou sem projeto e o velho socialismo parece ter assumido sua derrota, baixando as bandeiras revolucionárias vinculadas a sua tradição histórica para aderir a um projeto morno que em seus dias de ardor criticou duramente. Em muitos lugares foi mudando para a social-democracia conformando aquilo que denominam as “frentes amplas”, conglomerados que respondem à velha teoria da acumulação de forças, para conquistar o poder político e terminar administrando o modelo imperante, agora como “para-choque” das mesmas mobilizações sociais que, em suas melhores épocas, impulsionou e liderou. Também os partidos comunistas experimentaram a mesma tendência e, graças a esta tática, conseguiram acessar a pequenas cotas de poder político com o discurso de que é melhor estar aí que em nenhuma parte, usando o argumento do “mal menor”, verdadeira chantagem com o que se tem cativo o voto das populações, para evitar que ganhe a direita. Em nossa América Latina, encontramos exemplos de fenômenos similares no Chile e no Brasil.

O certo é que por todos lados escutamos a mesma canção amarga da derrota: passou-se do “avançar sem transar” para o “transar sem avançar”. Parece que houvesse um acordo tácito respeito de que não se está disposto a pagar o custo em liberdade que implicaram os processos revolucionários associados à instalação dos totalitarismos utópicos e se prefere aceitar o estúpido esquema vencedor, tentando humanizá-lo na medida do possível. Mas todos sabemos, porque o experimentamos cotidianamente, que na ordem atual a liberdade tampouco existe e que só se tem produzido um traslado do centro de poder do Estado para o Grande Capital: temos passado do monopólio público ao monopólio privado.

Mesmo assim, em muitos lugares existem grupos de ex-militantes daquela velha esquerda que estão procurando um novo caminho revolucionário, já que intuem que os métodos de análise e as formas de luta clássicos não lhes servem para encontrar as novas respostas. A esses persistentes lutadores sociais que não claudicaram nunca e que se atrevem a deixar atrás os antigos moldes queremos convocá-los a construir uma nova esquerda, que talvez nem sequer utilize esta antiga denominação porque necessita refundar-se completamente⁶. Este novo referente, que terá que surgir porque a necessidade histórica o está chamando, deve sustentar-se em dois pilares fundamentais: pôr ao ser humano como centro, por cima de qualquer outro valor (trate-se de Deus, o Estado ou o Dinheiro) e, como corolário do anterior, sua forma de ação tem que ser não violenta. Em relação ao método de análise da realidade social, é necessário incorporar à subjetividade humana e suas motivações dentro dos fatores relevantes que impulsionam qualquer processo de mudanças, tal como já o está fazendo a ciência das últimas décadas ao interior de seu próprio âmbito⁷.

Como tem acontecido muitas vezes antes na curta história humana, enfrentamos a um sistema violento e queremos trocá-lo porque nossa vida e a de todos os seres humanos incluídos nele estão sendo afetadas dolorosamente. O fundamento principal que anima nossa luta e empurra nossa ação para propiciar uma mudança estrutural, e não ajustes ou correções de aperfeiçoamento ao esquema vigente, reduz-se a uma percepção muito nítida de que a violência social que experimentamos não é só um efeito negativo secundário (uma “externalidade negativa”, como hoje gostam de dizer os tecnocratas),

⁶ O termo esquerda política tem sua origem no lugar da Assembléia Nacional em que se sentavam, durante a Revolução Francesa, os representantes jacobinos, que respaldavam medidas que favorecessem às classes mais pobres da sociedade. Também se denominavam assim os hegelianos jovens, que interpretaram ao Hegel discutindo seu idealismo. Em 1841 Ludwig Feuerbach publicou sua obra mais importante, *A essência do cristianismo*. A partir de então, converteu-se no principal referente da esquerda hegeliana.

⁷ “...Como sabemos, com a aparição da mecânica quântica (...) o observador, ou seja a consciência humana, adquire uma função ativa com respeito ao fenômeno que observa, é mais, uma função que será decisiva para a existência mesma do fenômeno. Pelo contrário, na física clássica o observador se reduz a uma figura impessoal, a um concentrado de “atenção pura” com a única função de examinar ao fenômeno sem interferir com ele. (...) Com a mecânica quântica desaparece a idéia de um observador independente do fenômeno observado. (...) Trata-se de uma concepção não determinista, mas sim probabilista, na qual o observador joga um rol decisivo no momento em que realiza a medição. «Não existe o fenômeno se não há um observador», dizia um dos pais da física quântica, o dinamarquês N. Bôhr e J. A. Wheeler, um dos mais renomados físicos contemporâneos, afirma que o ensino mais significativo da mecânica quântica é que a realidade se define baseada nas perguntas que nos fazemos. (...) O que nos parece evidente é que já não se pode deixar de reconhecer o papel fundamental do observador na mecânica quântica e dificilmente se poderá omitir, de maneira explícita, o ato intencional da observação...” *O princípio antrópico e o surgimento da centralidade do observador em alguns dos recentes desenvolvimentos das ciências físicas*. Pietro Chistolini / Salvatore Puleda. Virtual Ediciones. Santiago de Chile, 2002.

mas sim um fator intrínseco ao sistema, que impõe condições sociais violentas e desumanizantes que geram, a sua vez, reações violentas equivalentes em uma escalada crescente e infinita. Quais são essas condições e que tipo de reação suscitam entre as populações submetidas a elas serão alguns dos temas de análise deste livro.

O principal indicador para medir o êxito de nossa causa tem que ser então o retrocesso visível da violência, até seu completo desaparecimento da convivência social, já que humanizar à sociedade em que vivemos significa modificar aquelas condições que a eternizam em seu interior. Enquanto isso não aconteça, a luta continuará e pode tomar cursos imprevisíveis. Mas se em um momento anterior tivemos que enfrentar-nos a um Estado opressor em mãos de algum tirano de turno, contra quem devemos lutar hoje? Quem são os responsáveis pelo atual estado de coisas?

2. Os Senhores do Dinheiro

Aquele a quem os deuses querem destruir, primeiro o tornam louco.

Eurípides

Maiorias versus minorias.

A palavra “humanista” a usa hoje todo mundo, qualquer seja o setor ao que pertença. A preocupação pelo ser humano, por seu destino individual e conjunto parece estar de moda e dos âmbitos mais diversos, inclusive desde aqueles que são opostos em suas concepções, emanam declarações muito sentidas e provavelmente sinceras respeito do que fazer para melhorar a condição humana, para superar definitivamente aquelas marcas sociais que acompanham à Humanidade sempre. A maioria destes bem-intencionados se declaram humanistas porque está de moda ou soa bem na mídia e terminam reduzindo tudo a uma simples frivolidade, ao afirmar que rechaçam a violência porque estão contra a guerra...mas apóiam as ditaduras militares; que não são discriminadores porque têm um amigo negro ou comunista...mas não permitem que seus filhos se relacionem com gente diferente; que são ecologistas, porque terá que cuidar das focas e as praças...mas rechaçam as limitações ambientais sobre os investimentos dos grandes capitais. Se você as apressa, não poderão justificar de raiz nada do que dizem, e não passará muito tempo antes que comecem a mostrar seu verdadeiro rosto⁸.

Mesmo assim, dá a impressão de que as coisas avançaram e o racismo, a discriminação da mulher, dos homossexuais ou de minorias de qualquer tipo parecem ser anacronismos que ninguém ousaria defender abertamente. O mesmo acontece com o uso da violência. E quando aparecem algumas dessas manifestações, não demoram para fazer-se ouvir as vozes de quem, em nome do humanismo, repudiam-nas energicamente. Dá a impressão de que aqueles ódios ancestrais tivessem começado por fim a ceder e de que a espécie humana se encaminhasse para os também velhos ideais do diálogo e o entendimento mútuo, tão entranháveis para os humanistas de todos os tempos.

⁸ Como se pode desprender do texto, hoje existe uma grande confusão em relação ao que significa ser humanista. Caso queira-se aprofundar nesta matéria, recomendamos o livro *Interpretações do Humanismo* do pensador italiano Salvatore Puledda, publicado por Virtual Ediciones, Santiago de Chile, 1996.

No campo político, a democracia como sistema de governo terminou por impor-se na maioria dos países e, como nunca antes na história, são os povos os que fazem sentir sua vontade através de eleições periódicas e das pesquisas que devem realizar com frequência os governantes para sondar a opinião pública. No material, o crescimento econômico impulsionado pela tecnologia hoje faz possível que grandes setores do planeta estejam em condições de incorporar-se ao gozo de um maior bem-estar, do qual tinham estado até agora excluídos.

Comunicações globalizadas, ferramentas tecnológicas muito poderosas aplicadas à saúde, à educação, à síntese e produção de mantimentos são todos signos alentadores de que estamos em condições de dar o grande salto: deixar atrás a pré-história para entrar na história verdadeiramente humana. Podemos afirmar, sem nenhum tipo de exageros, que a plataforma material para efetuar esse lançamento está disponível e não é patrimônio de nenhum setor em particular, já que deriva do esforço laborioso de toda a espécie humana ao longo de sua história. Não existe nenhuma razão operacional ou técnica para não dar esse salto, ou para efetuá-lo com o típico gradualismo exasperantes dos governos social-democratas, hoje vitoriosos em muitos países. Sem dúvida que é um momento formoso: pela primeira vez na história estamos em situação de derrotar a dor humana, de alcançar esse desejado sonho de um progresso de todos e para todos.

Entretanto, esse passo não se dá. E as grandes maiorias do planeta, marginadas da participação de tão deslumbrante progresso, vêem-se forçadas a seguir esperando sem entender as razões ou as causas dessa discriminação, pois assistem perplexas ao escandaloso espetáculo de umas minorias poderosas e privilegiadas que sim estão gozando desses benefícios. Hoje esta atávica desigualdade já não pode justificar-se de nenhuma forma e, pelo mesmo, é até mais revoltante e vergonhoso observar a muitos de nossos governantes tratando de explicar o inexplicável, “administrando” as crises sociais e com isso fazendo-lhes o jogo aos poderosos, ao transladar as legítimas e urgentes aspirações de seus povos para um futuro longínquo sempre inalcançável.

Esta manipulação da imagem do futuro é pão de todos os dias para os governos. Curiosamente, sempre são os mais necessitados os que devem agüentar a situação difícil, como se fosse uma crise insignificante e suportável. E frente a suas reclamações se desesperados pela eterna postergação de suas necessidades, se lhes explica –sempre

muito solenemente, com voz grave e uma linguagem complexa- que todo ajuste econômico tem um custo social. De modo que devem ter paciência, já que os problemas não podem resolver-se tão rápido e se está fazendo todo o possível, mas com responsabilidade (ênfatizando cada sílaba). Assim, enquanto fazem esperar a milhões com a promessa futura de progresso para todos, seguem ampliando a brecha que separa às minorias que concentram cada vez mais riqueza das maiorias cada vez mais empobrecidas. Digamo-lo claramente: isto não é um pequeno engano de planejamento nem um lamentável desvio na prática em relação à teoria econômica. Esta ordem social perversa que nos encerra em um círculo vicioso foi pensado deste modo e agora se projeta a um sistema global do que não pode escapar nenhum ponto do planeta.

Então, nos começos do século XXI, toca-nos viver esta grande paradoxo: havendo o ser humano alcançado as condições materiais para sair definitivamente da escravidão do natural, essa aspiração humana não pode concretizar-se porque os interesses particulares daquelas minorias poderosas o impedem. Todo o palavreiro que lhes escutamos diariamente a políticos e tecnocratas através dos meios de comunicação para justificar por que não se fazem as coisas, não tem outro propósito que esconder ou camuflar esta simples verdade. Em definitiva, são essas minorias as que estão freando o processo humano e isso não se pode aceitar; há comprometidas muita dor e muita tragédia, grandes esperanças sustentadas através de gerações, esforços enormes e lutas titânicas para chegar até aqui. E quando estamos a ponto de materializar esse grande projeto coletivo, uns poucos querem impedi-lo porque isso põe em perigo suas quotinhas. Ao ver as coisas desde uma perspectiva histórica, é possível dimensionar melhor a monstruosa desproporção e irracionalidade que oculta esta posição conservadora e egoísta.

Detrás desta situação absurda se esconde um profundo contra-senso. Não era que a democracia, o governo das maiorias, consolidou-se em quase todas partes? Se isto for realmente assim, como pode ser possível que umas minorias imponham condições francamente desvantajosas para o conjunto e essas maiorias nem sequer tentem opor-se? A resposta é muito simples: o que acontece é que não há real democracia e, em estrito rigor, as maiorias não estão decidindo nada importante. Tal como acontece nos escritórios, onde os empregados discutem e votam a respeito de se as escrivatinhas devem estar longe ou perto das janelas, de se terá que pôr flores ou pintar os muros de

cores agradáveis. Mas, na hora de propor uma discussão e posterior votação em torno da direção e a propriedade da empresa, produz-se um silêncio aterrador e imediatamente a democracia se congela porque, em realidade, ela é aceita sempre que o que se decida fique restrito ao reino do secundário.

A democracia se sustenta no equilíbrio de poderes e no contrapeso que estabelece uma sociedade civil forte e organizada para limitar ao Estado e controlar seu funcionamento. Quando um poder fica fora de controle porque não existem contra-poderes que o regulem, o equilíbrio se quebra e o sistema democrático se distorce completamente adquirindo um caráter puramente formal, já que as decisões que estavam em mãos do povo em seu conjunto passam a radicar-se nesse poder desbocado em mãos de uma minoria. Este é o caso do poder econômico.

Da Revolução Industrial⁹ em adiante, o aumento da riqueza social no mundo devido à revolução tecnológica foi ao mesmo tempo com um processo de acumulação dessa riqueza em cada vez menos mãos, até alcançar hoje um grau de concentração tão extremo que terminou por converter-se em um monstruoso poder paralelo, em um paraestado¹⁰. É assim que o poder político aparece então como um simples intermediário ou executor das intenções das grandes concentrações econômicas, que impudicamente instalaram o código de que os governos só podem ser “administradores” de seus países porque o modelo econômico e social universal que estabelece as regras do jogo imposto por eles é não modificável. Ou seja, converteram a ilustre função de governar em uma espécie de *magister ludi*¹¹, que no máximo se ocupa de que as regras se cumpram, sem autoridade nenhuma para mudar o jogo. Por certo, não é um papel muito digno para nossos políticos, mas assim estão as coisas.

⁹ Na Revolução Industrial, a economia apoiada no trabalho manual foi substituída por outra dominada pelo maquinismo, que começou com a mecanização das indústrias têxteis e o desenvolvimento dos processos do ferro. A introdução da máquina a vapor favoreceu drásticos incrementos na capacidade de produção.

¹⁰ Estado paralelo. “Em efeito, as decisões mais importantes para o conjunto dos homens são tomadas por personagens que pertencem a uma coletividade muito reduzida, que detêm um poder compartilhado por consentimento mútuo... Esta sociedade do dinheiro exerce atualmente tal domínio por meio de sua riqueza que é ela a que orienta o futuro de todo o planeta; é ela quem escolhe a direção, mas sua única bússola é o raciocínio econômico. As calamidades resultantes da perda dos pontos de referência são intermináveis”. *Eu acuso à economia triunfante*, Albert Jacquard. Editorial Andrés Bello, Chile, 1996.

¹¹ Este termo foi utilizado pelo Hermann Hesse em seu livro *O Jogo das Contas de Vidro*.

Em qualquer caso, nada novo sob o sol: esta forma de governo é a que se conhece historicamente como plutocracia¹². Se os gregos já lhe puseram nome, então tem ao menos 2.500 anos. Talvez a única diferença seja que agora os ricos não precisam estar fisicamente no governo, mas sim o digitam através dos políticos. Ou seja, embora na forma pareça que vivemos em uma democracia, na prática se trata de uma plutocracia que funciona deste modo: os ricos não estão no governo mas têm o poder; os políticos não têm o poder mas estão no governo. Decifre o leitor esta charada, se lhe der a paciência¹³.

Em uma viagem recente ao Brasil, tivemos a oportunidade de conversar com alguns dirigentes nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse partido, um de cujos membros fundadores, o ex-sindicalista Lula, é o atual presidente da república, encontrava-se em meio de um escândalo de corrupção por compra de votos parlamentares, mediante o pagamento a deputados e senadores da oposição. Simultaneamente, já trabalhavam no projeto de reeleição de seu embaixador. Perguntamo-lhes por que não se pôde cumprir com quase nenhuma das promessas eleitorais de Lula. Responderam-nos que, três meses antes de assumir o governo, tiveram que assinar um acordo com o FMI prometendo acatar as diretrizes da instituição para a economia brasileira. Ou seja, até antes de ganhar as eleições, aceitaram começar a “governar” de mãos totalmente atadas frente aos interesses dos grandes capitais. Diante de nossa pergunta a respeito de qual poderia ser então o objetivo desse primeiro mandato, nessas condições extremas de limitação, nos foi dada a surpresa e insólita resposta de que era “conseguir passar ao segundo mandato”. Esta afirmação, tão surpreendentemente carente de significado, teve que ser acompanhada de um discurso a respeito de que nesse governo futuro sim poderiam fazer o que não fizeram no primeiro.

¹² Plutocracia, do grego *ploutos*, riqueza e *cracia*, governo.

¹³ – A que se refere quando diz que as democracias, na ordem mundial, estão debilitadas, ao ponto de haver-se convertido quase em uma farsa?

– Vivemos em uma plutocracia: um governo dos ricos, quando estes, proporcionalmente ao lugar que ocupam em sociedade, deveriam estar representados por uma minoria no poder. Não há atualmente nenhum país do mundo que viva verdadeiramente em democracia, e este é o debate que nos devemos, que temos a obrigação de impor. A injustiça social é como uma nova capa atmosférica que envolve ao planeta inteiro. Acreditamos que participamos do destino de nossos países porque votamos a determinados funcionários governamentais ou municipais? São as multinacionais as que neste mundo globalizado exercem o autêntico poder, e devoram em seu ventre os direitos humanos e as democracias como o gato devora ao rato. São elas as que determinam nossas vidas. São os interesses econômicos os que dirigem as ações dos governos, de todos os governos do mundo. Entrevista a José Saramago. Verônica Abdala. Página 12/Web, 7 de maio de 2003. Buenos Aires.

Poucos meses depois Lula ganharia sua reeleição em segunda volta, em meio de novos escândalos de corrupção.

Os Mandamentos do Capital Financeiro.

Às vezes se tem a impressão de que o destino humano se parece muito ao do Sísifo¹⁴, aquele personagem da mitologia grega que está eternamente obrigado a empurrar colina acima a mesma rocha. Quando caíram os socialismos reais, faz não muitos anos atrás, existia o consenso unânime de que o poder político e econômico concentrado no Estado era uma ameaça contra a liberdade individual. De fato, esse foi um dos argumentos mais freqüentados para justificar o livre mercado e a propriedade privada dos meios de produção: assim como a democracia consiste na distribuição do poder político no conjunto da população —se dizia—, a democratização da riqueza passa por propiciar a iniciativa individual, transpassando os meios de produção da mão única do Estado para as múltiplas mãos do mundo privado.

Em teoria soava bem mas ninguém previu o efeito contrário a estas formosas expectativas produzido pelo fenômeno de concentração do capital que, pela via da especulação na bolsa e a usura bancária, terminou por acumular —outra vez, como Sísifo— os meios de produção em umas poucas mãos, acrescentando o poder dessa minoria econômica sobre as sociedades até um nível simplesmente aberrante e incompatível com qualquer concepção e prática democrática. Parafraseando ao Churchill, nunca antes tão poucos mandaram tanto a tantos¹⁵. Ao menos, o Estado era um inimigo claro e visível, o que permitia organizar a luta social ao redor de objetivos precisos. Mas o capital não tem um lugar e não existe um centro de poder ao qual referir-se, o que debilita a mobilização social e a reduz a demandas pontuais ou

¹⁴ “Os deuses tinham condenado ao Sísifo a rodar sem cessar uma rocha até o topo de uma montanha de onde a pedra voltava a cair por seu próprio peso. Tinham pensado com algum fundamento que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança”, (pág. 129). “Se este mito for trágico o é porque seu protagonista tem consciência. No que consistiria, em efeito, seu castigo se a cada passo sustentara a esperança de conseguir seu propósito? O operário atual trabalha durante todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas e esse destino não é menos absurdo. Mas não é trágico mas sim nos raros momentos em que se faz consciente. Sísifo, proletário dos deuses, impotente e rebelde, conhece toda a magnitude de sua condição miserável: nela pensa durante sua descida. A clarividência que devia constituir sua tortura consuma ao mesmo tempo sua vitória. Não há destino que não se vença com o desprezo”, (pág. 131). *O mito do Sísifo*. Albert Camus. Editorial Losada. 2002. Buenos Aires, Argentina.

¹⁵ A declaração literal de Sir Winston Churchill logo do triunfo britânico na Batalha da Inglaterra foi: "Nunca antes no campo dos conflitos humanos, tantos deveram tanto a tão poucos".

setoriais, despojando a de seu propósito coletivo que é onde encontram sua maior força essas reivindicações e lutas.

É necessário precisar que, em estrito rigor, quem tem a capacidade (ou a compulsão?) para concentrar-se é aquele ao que chamaremos “capital especulativo” ou “capital financeiro”, para diferenciá-lo do capital produtivo, já que este último tipo de investimento, que permanece vinculado ao lugar no que se instala a infra-estrutura produtiva e comprometido com esse entorno social, sim que enriquece a cadeia do valor associada aos processos de produção e colabora eficazmente na distribuição da riqueza. Por sua vez, ao capital especulativo, não lhe interessa a produção como aporte social concreto que beneficie a um conjunto amplo de seres humanos. Sua única preocupação é usar os procedimentos produtivos como médios para ir transformando tudo em mais capital financeiro, fenômeno que pode constatar-se com total nitidez no caso da exploração dos recursos naturais nos países da região latino-americana. Alegorizando, poderíamos dizer que se parece com um “buraco preto”, que se vai devorando a diversidade do mundo real e humano para convertê-los em uma abstração uniformadora e desumana. A propósito, a relação que se pode estabelecer entre este insensato comportamento econômico e a progressiva perda de sentido que observamos em nossas sociedades, especialmente entre os mais jovens, pode constituir um muito interessante tema de estudo para os antropólogos.

Certamente, todos nos rimos alguma vez com aquele desenho animado da televisão sobre um par de ratos patéticos que querem conquistar o mundo¹⁶. A megalomania é uma patologia sempre associada à ridicularia e por isso mesmo é tão cômica. Existe inclusive uma imagem universal para ela, a do Napoleão com uma mão escondida entre as dobras de seu uniforme. Para que poderia lhe servir a alguém conquistar o mundo? Trata-se de um projeto desmedido e estéril, que não conduz a nenhum destino útil. Pois bem, absurdo como soa, esse é o projeto dos senhores do dinheiro e poderíamos lhe seguir os passos um a um, das privatizações forçadas, o quase aniquilamento dos estados nacionais, a escravidão disfarçada das sociedades através do crédito usurário até terminar na globalização e os tratados de “livre” comércio associados a ela. Se vincularmos ao capital produtivo com a cadeia do valor agregado (produtos mais complexos que requerem maior tecnologia, dão empregos mais qualificados, com

¹⁶ Nos referimos à série de desenhos animados “Pinky e Cérebro”.

melhores salários, elevando a qualidade de vida dos trabalhadores, etc.), o capital financeiro vai exatamente no sentido contrário já que subtrai valor em vez de adicioná-lo: é a cadeia do vazio. O problema é que parecem estar obtendo seu objetivo, montados em tecnologias de ponta e em uma intencionada manipulação da subjetividade através dos meios de comunicação maciça, especialmente a televisão. Nessa situação estamos, por agora, os povos do mundo: embarcados em um projeto absurdo que terminará em um caos total, mas sem a lucidez necessária para discuti-lo e tomar o controle do processo humano.

Lênin, que era um visionário além de ser um homem bom, disse que o comunismo era o poder dos *soviets* (Ou seja, da base social) mais a eletricidade (Ou seja, a tecnologia)¹⁷. Infelizmente, este grande líder morreu cedo e o processo que tinha iniciado derivou em uma direção contrária quando Stalin, seu sucessor, enfatizou no mecanicismo e a ditadura do partido, provavelmente a causa principal do fracasso desse ambicioso projeto. Enquanto o comunismo se movia ao ritmo da máquina de vapor, o capital financeiro –agora internacional- pulava de país em país, transportado à velocidade da luz graças aos avanços da eletrônica; enquanto o comunismo procurava gerar certas condições sociais objetiva, o capital financeiro comprava canais de televisão para irradiar daí sua propaganda, que chegava velozmente a cada casa e a cada consciência, gerando condições *subjetivas* favoráveis. Nem sequer o muro de cimento e tijolos que alguma vez separou ao leste do Ocidente, foi capaz de deter as ondas de televisão que bombardeavam cada um dos lares do Berlim Oriental, oferecendo os últimos avanços em artigos de consumo maciço.

Em seu afã enlouquecido, este novo tirano utiliza procedimentos bem precisos para oprimir aos corpos sociais, que se resumem no que poderíamos chamar *Os Mandamentos do Capital Financeiro*.

A seguir iremos comentando algumas de suas máximas.

1. Seu único e principal propósito é acumular-se cada vez mais em menos mãos.

Mas acumular-se para que? Não é possível responder a esta pergunta quando se trata de um poder que mostra tão alto nível de irracionalidade e cuja avidez produzirá, no futuro

¹⁷ “O comunismo é o poder dos soviets mais a eletricidade”. *O Estado e a Revolução*, Lenin. Editorial Nuestra América, 2004.

próximo, um colapso econômico mundial que terminará por arrastar também à minoria que o detém. Se não fora tão terrível, devido aos devastadores efeitos sociais que provoca, seria até engraçado observar a esta espécie de aspiradora monstruosa que se chupa tudo até terminar por aniquilar-se a si mesmo. Não resulta fácil compreender as motivações que têm essas minorias para impulsionar um projeto tão delirante; talvez os Senhores do Dinheiro estejam, simples e sinceramente, loucos e possesores da cobiça.

Mas o que se entende ainda menos é que o resto do mundo esteja tão disposto a bailar essa dança frenética. A modo de anedota, chega a ser chocante observar que ao apresentar-se, quase como um dado mais da farândola, a classificação dos homens mais ricos do mundo que publica a revista *Forbes*, os mesmos que se debatem na angustia do “o que comer” ou o “como pagar a saúde” se orgulhem ao ver algum de seus compatriotas na monstruosa lista. O que deveria ser um fato que desperte a indignação e a rebeldia, converte-se quase em um motivo de orgulho nacional. Mas se o poder político, em quase todas partes, é cúmplice e súdito servil da casta econômica, os povos parecem estar despertando e começam a calibrar a magnitude e os alcances desse delírio, com o muito alto custo que tem para suas vidas.

2. *Você tem de convencer todo mundo de que é o único fator importante para o aumento da produtividade e o crescimento econômico.*

Quando essa crença se instala, os povos estão mais dispostos a sacrificar-se e aceitar condições indignas com tal de que esse capital chegue: que não pague impostos e que se leve os lucros que gera no país para o circuito especulativo internacional, que não deixe nada mais que migalhas. E depois dizemos satisfeitos: “Que bom negócio!”. Nesse momento, os países, as empresas e até as pessoas se converteram em mendigos, aceitando qualquer despojo que lhes queira arrojear o capital financeiro. A necessidade tem cara de herege, diz o aforismo e frente ao dinheiro, a dignidade humana se debilita.

3. *Se desejam atrair sua participação, é preciso exigir condições que garantam seu máximo rendimento.*

Os países e as sociedades são extorquidos pelo capital financeiro para obter condições favoráveis de investimento, exigindo basicamente três coisas: legislações trabalhistas, impositivas e ambientais fracas que lhe permitam explorar aos trabalhadores, não pagar impostos e depredar o meio ambiente. Exemplos há muitos e baste só citar o caso do

cobre no Chile, Peru e outros países, onde se modificou a legislação mineira para que possam tirar todos seus lucros sem coletar virtualmente nada. E qualquer tentativa desses países para aplicar algum imposto ou royalty como retribuição mínima pela extração de seus próprios minerais, suscita a ameaça imediata de mover o investimento para outros lugares. E se a legislação não bastasse, sempre se pode dispor de outros métodos um pouco menos delicados, como muito bem sabem no Oriente Médio.

Cabe perguntar-se por que se aceitam estas exigências leoninas, tão prejudiciais para os países. Se supusermos que quem governa são homens e mulheres que realmente querem o bem para seus povos, não haveria como entendê-lo. Então a lógica é outra e só existe uma resposta possível: há funcionários pagos pelo capital, com acesso aos níveis de decisão, que inclinam a balança a seu favor. Por isso é uma ilusão pensar que, no marco deste sistema, vá obter-se uma melhor distribuição do ingresso. Isso não é possível porque ameaçaria a máxima utilidade do capital.

Por certo, não se trata de rejeitar o investimento estrangeiro por uma questão de princípios, mas sim pelas condições nas que este se realiza. De fato, seremos os primeiros em dar-lhe a bem-vinda sempre e quando cumprir com cinco requisitos básicos: que se invista em atividades produtivas *novas* em vez de, simplesmente, adquirir ações daquilo que já existe; que pague impostos pelas utilidades obtidas, como o faz qualquer outra empresa nacional; que gere empregos intensivos e de boa qualidade; que sua gestão produtiva seja ambientalmente sustentável; que realize transferência tecnológica para as universidades locais. Nessas condições, muito diferentes às que obtém hoje, esse investimento é um aporte e se transforma em fator de desenvolvimento para nossos países.

4. *É preciso obrigar os povos no sentido de que adotem um estilo vida único, com base no modelo do livre mercado.*

O objetivo da internacionalização dos mercados tem estado presente desde o começo no delírio hegemônico dos Senhores do Dinheiro e a globalização é a etapa final desse processo: um solo grande mercado universal, a homogeneização dos modos de produção e de intercâmbio, uma divisão internacional do trabalho com países que contribuem com matérias primas e outros que as processam industrialmente. Por certo, nada disto é “natural” nem “livre”, como gostam de dizer aos promotores a salário do

modelo, senão que se trata melhor dizendo, de um dirigismo encoberto e responde a um planejamento estratégico muito preciso.

Não deixa de ser paradoxal o fato de que quem possui as maiores reservas energéticas do planeta para fazer viável este projeto pertençam a outra cultura que não compartilham a visão do mundo nem o modo de vida capitalista. Aí, na urgência de obter livre acesso ao petróleo por parte do Ocidente, encontra-se a razão de fundo para as invasões e guerras no Oriente Médio, não nas justificações baratas que se difundem através dos meios de comunicação. Não podemos deixar de recordar aquela piada que circulou por Internet depois da invasão dos Estados Unidos ao Iraque, no que Bush perguntava a seu Secretário de Defesa: “por que há tantos iraquianos vivendo sobre *nosso* petróleo?”. Este é também o motivo da irritação do governo norte-americano com o Hugo Chávez. O gigante do norte não está habituado a que o presidente de um país sul-americano lhe levante a voz, rechaçando sua ordem econômica e denunciando seus atropelos. Mas tal insolência torna-se mais insuportável ainda quando provém de quem é um de seus maiores fornecedores de petróleo. Esse é o principal problema para eles.

5. *Deve debilitar o estado nacional e pôr ao poder político a seu favor.*

Já o antecipavam Marx e Engels no Manifesto Comunista, faz mais de 150 anos:

*“A burguesia, depois do estabelecimento da grande indústria e do mercado universal, conquistou finalmente a hegemonia exclusiva do poder político no Estado representativo moderno. O governo do Estado moderno não é mais que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”*¹⁸.

Os políticos “tranquilizam” ao povo com suas promessas eleitorais, embora saibam que ao chegar ao poder não poderão as cumprir. Uma vez eleitos, traem a seus eleitores e se submetem a todas as condições que lhes põe o capital financeiro, enquanto manipulam a opinião pública com os índices macro-econômicos e as expectativas de bem-estar, que nunca se cumprem para essas maiorias falsamente esperanças. Mas até se chegassem a dar-se conta, não teriam forma de remover a esses governantes descumpridores, porque hoje não existe nenhum mecanismo para fazê-lo salvo esperar até a próxima

¹⁸ *Manifest der Kommunistischen Partei*, por seu título em alemão, é uma proclama encarregada pela Liga dos Comunistas a Karl Marx e Friedrich Engels em 1847 e publicada em 21 de fevereiro de 1848.

eleição¹⁹. Ao mesmo tempo, ao Estado lhe restringem cada vez mais os recursos, deixando-o sem possibilidades materiais para resolver realmente as carências sociais, com o qual, quem aparece como responsáveis e sofrem o desprestígio público são os governantes e não o capital financeiro (o têm tudo bem calculado!).

Há muitas outras medidas suplementares que não vamos detalhar aqui, como a desestruturação do tecido social, a desativação da mobilização popular e geracional, a hipnose televisiva, a escravidão do endividamento bancário; e se a paciência dos povos se esgota e começam a corcovear, a ficar ariscos, então vem a época da mão dura. Só quisemos mostrar e pôr em evidência que nada do que acontece hoje é produto do azar ou de “leis naturais”, mas sim há intenções humanas operando há décadas para instalar um determinado modo de vida que favoreça a umas minorias em deterioro das maiorias, adequadamente distraídas para inibir ou debilitar sua reação. Manuel Vásquez Montalbán diz no prólogo ao livro *"O Informe Lugano"* da Susan George:

*“A globalização implica não só o objetivo de um grande mercado universal marcado pelas pautas do neoliberalismo mais selvagem, mas também um controle total das condutas, impedindo a simples possibilidade de insinuar, desenhar ou praticar a dissidência”*²⁰.

Na medida em que os povos consigam perceber este fato, terão a força e a convicção para rebelar-se e tomar o destino em suas mãos.

Frente a um poder absoluto, dois contra-poderes.

Desde que a consciência humana se articulou como tal, a liberdade se constituiu em sua máxima aspiração e em uma tarefa constante. Todo o laborioso quefazer de nossa espécie ao longo da história esteve fundamentalmente acicatado pelo desejo profundo de romper com aqueles condicionamentos e travas que limitam seu exercício pleno. Neste empenho liberador, escravizamos às plantas, aos animais e às forças naturais, até a recente invenção das máquinas como aplicação prática dos avanços científicos.

¹⁹ Em 1990 a deputada humanista chilena Laura Rodríguez propôs uma Lei de Responsabilidade Política, que permitiria remover de seu cargo a qualquer autoridade que tendo prometido algo, logo não fizesse nenhuma gestão para cumprir com sua promessa. É obvio que o projeto de lei jamais foi nem sequer posto em tabela para sua discussão.

²⁰ *Informe Lugano. Como preservar o capitalismo no século XXI* (9ª edição), Susan George. Editorial Icaria. Barcelona.

Também escravizamos muitas vezes a nossa própria espécie, uma prática que hoje em dia é considerada aberrante e inaceitável, embora seu abandono se deveu, em princípio, mais a razões econômicas que éticas: era mais produtivo um trabalhador pago que um escravo.

Se deixar atrás a escravidão direta, do modo que fosse, resultou uma grande conquista para a liberdade humana, as concepções totalitárias posteriores que punham o poder absoluto em mãos do Estado voltaram a encadear às sociedades anulando ou reprimindo o controle que sobre esse centro nevralgico exerciam as populações organizadas. Quando pudemos nos liberar de tão detestável dominador, avançamos um passo mais e acreditamos ter alcançado, por fim, a verdadeira democracia. Mas estávamos equivocados posto que agora nos vemos enfrentados a uma nova forma de absolutismo, só que seu atuar é oculto, subterrâneo e invisível. Um ditador que tira os militares à rua, que tortura e faz desaparecer opositores, que aparece na televisão fazendo discursos patrióticos é muito mais fácil de identificar como inimigo que um fundo internacional de investimentos, ao que alguma vez se o vê e do que não se conhece nem seu nome nem sua localização precisa, mas que é capaz de mover milhões de dólares para fazer cair uma economia ou um governo. Que contrapeso podemos opor ao totalitarismo do capital financeiro para limitar sua ação, quando nem sequer alcançamos a nos precaver de sua existência?

O Estado encontra-se desacreditado, debilitado e se converteu em dócil instrumento desta nova tirania. O tecido social, que era a base do poder das populações, encontra-se totalmente desintegrado. A manipulação da mídia distrai e controla aos indivíduos que se rendem antes de alcançar sequer a dar-se conta. O nível de atordoamento e paralisação geral é a condição ideal para que o capital financeiro tenha o caminho aberto e possa saquear às sociedades do planeta inteiro a seu desejo e conveniência. A limitação do poder estatal e a desregulação dos mercados locais, cujas “bondades” elogiam a coro, com total obscenidade e aparente convicção, os líderes políticos e econômicos de todas partes, não são mais que táticas utilizadas pelo capital financeiro para anular qualquer outro poder e assegurar sua livre circulação pelo mundo.

Entretanto, se os povos forem capazes de elevar-se por cima do distraimento generalizado, talvez ainda seja possível conter a esta força irracional e sem controle, a pesar do avanço arrojador que a levou a converter-se nos últimos anos em um fenômeno

universalmente estendido. Mas, para obter este urgente propósito é necessário levantar contra-poderes equivalentes que lhe arrebatem ao capital financeiro o domínio absoluto que hoje exerce, de modo que as sociedades consigam recuperar sua soberania e independência. Em princípio, existem tão somente duas vias para criar esses contrapesos: recuperando a autonomia do Estado através da luta eleitoral e reconstruindo o tecido social e a organização cidadã mediante um trabalho intencional na base, capaz de articular um autêntico movimento social. Assim, o Estado poderá enquadrar ao capital enquanto que a comunidade organizada cumpra a função de regular ao poder estatal.

Não parece possível fazer desaparecer ao capital financeiro, que hoje é um poder de fato e não de direito. Melhor dizendo, trata-se de dar-lhe os enquadramentos necessários para obrigá-lo a comportar-se dentro do marco definido pelos planos sociais de cada país e não, como acontece hoje, que esses planos locais devam acomodar-se aos mandatos de um poder internacional, o que constitui, em essência, a prédica do fundamentalismo globalizador. Na América Latina, Venezuela e muito especialmente a Bolívia são tentativas esperançadoras e, até o momento, demonstraram para todos outros povos da região que ambos os caminhos —a recuperação do Estado e a reorganização da base social— são viáveis.

Em realidade, trata-se de duas experiências com características bastante disímis entre si, mas convergentes em suas buscas. O caso venezuelano corresponde a uma revolução iniciada de acima, por um tenente coronel do exército que primeiro tenta acessar ao poder mediante um golpe militar e que, logo depois de estar preso por vários anos, retorna como candidato presidencial e triunfa arrojadoramente nas eleições. Desde esse cargo e utilizando os enormes recursos de um dos países mais ricos do planeta, graças a suas jazidas de hidrocarbonetos, começa um processo de transformação social, injetando importantes somas de dinheiro em saúde, educação e moradia. Simultaneamente, avança em uma intensa agenda de integração latino-americana, que se começa a materializar em torno da ALBA²¹ e outras iniciativas como PetroCaribe, PetroSur, Telesur, Operação Milagres, Oleoduto ao sul, compra de bônus da dívida externa de outros países da região, etc. Entretanto, nesse processo foi crônica a falta de quadros médios,

²¹ Alternativa Bolivariana para as Américas, proposta o ano 2001 pelo Presidente da Venezuela Hugo Chávez, em contraposição à ALCA americana.

de organizações de base capacitadas que permitam multiplicar os efeitos da chamada revolução Bolivariana. Por seu lado, a tentativa boliviana se produz em um dos países mais pobres do continente, mas com uma enorme capacidade de organização social. Ali o processo se constrói da base, através de grandes mobilizações para reivindicar direitos cidadãos, como a já famosa “guerra da água” com a qual os habitantes do Cochabamba recuperaram a água que tinha sido privatizada por uma multinacional norte-americana. É assim que um dirigente social de base, formado nas ruas, ao calor dos protestos e mobilizações, chega à presidência com um programa de nacionalizações, de igualdade de direitos para os povos indígenas, de reforma agrária e de justiça comunitária. Em ambos os casos, terá que ver agora se forem capazes de sustentar-se no tempo e conseguem lhe dar profundidade e solidez a seus respectivos projetos político-sociais.

O historiador inglês Arnold Toynbee (1889-1975) utiliza o conceito grego de *hibris* (excesso) para descrever o estado de desproporção ao que entram as civilizações naquele momento de seu processo que antecipa a decadência, já que tal excesso ou frenesi da potência criadora, que é o coração de uma cultura, volta-se contra si mesmo e termina por arruinar às sociedades que devia favorecer. Cada civilização sofreu sua própria forma de excesso e já quase não cabem dúvidas respeito de que, no caso da nossa, corresponde a este atuar exagerado do grande capital, uma força que se excedeu por muito em seu desdobramento e está a ponto de fazer paralisar todo o sistema se não se a controla. Embora, a estas alturas, esta tarefa constitua um enorme desafio e não se possa estar totalmente seguro se já não for muito tarde, bem vale a pena tentá-lo porque, no caso de fracassar ou de renunciar por antecipado a levá-la adiante, o processo seguirá mecanicamente o curso descrito, com um único e desastroso desenlace possível.

3. A globalização, um beco sem saída

Faremos o mesmo de sempre, Pinky: tratar de conquistar o mundo

Cérebro

O paradoxo de sistema.

A crise atual está marcada por um fato singular em nossa história: o mundo, a sociedade humana, vai na direção de converter-se em um sistema fechado e único. E isto, no que me afeta?, terá que perguntar-se mais de algum. Pois bem, acontece que a dinâmica estrutural de todo sistema fechado é a tendência ao aumento da desordem; e ao pretender ordenar essa desordem crescente, o único que se consegue é acelerá-lo. De maneira que embora um indivíduo isolado queira viver em paz, não poderá restar-se ao caos que está afetando a essa estrutura que o inclui²².

É assim, quando de um centro imperial se tenta impor uma Nova Ordem mundial disciplinando às sociedades para que se submetam a um único padrão sócio-cultural, o que se obtém é exatamente o contrário, como se está vendo todos os dias nos meios de comunicação mundiais: se acentuam as diferenças e se polarizam os conflitos. Com uma característica particular, própria do momento: esses conflitos hoje não são geopolíticos como aconteceu durante a Guerra Fria, são culturais e étnicos. Lembre-se a guerra dos Balcãs ou o conflito com o Islã, por nomear os mais importantes.

Há muitos indicadores deste “desordenamento” progressivo que descrevemos e que, por simples inércia, poderia tender a acentuar-se no futuro até chegar à decomposição total do sistema. Que a União Soviética tenha caído faz alguns anos atrás não é uma vitória do Capitalismo, como tendem a vê-lo interessadamente os defensores de dito modelo; pelo contrário, pode ser uma antecipação do que acontecerá com este outro lado em um futuro próximo. Se a queda do sistema capitalista resultasse algo inimaginável, não está de mais recordar que na União Soviética ninguém suspeitava sequer a possibilidade de um desmoronamento tão rápido, estrepitoso e total como o que finalmente se produziu.

²² De acordo com o Segundo Princípio da Termodinâmica, um sistema fechado é aquele que não tem intercâmbio de energia com outro sistema. Nessa situação, a degradação energética se produz em forma inevitável até chegar a sua morte térmica, momento no que nenhum fenômeno pode produzir-se já no seio desse sistema. Até o momento, nada parece poder escapar a este destino, nem sequer a vida humana. (*O azar e a necessidade*, Jacques Monod. Ediciones Orbis. Barcelona, 1985).

As pessoas despertaram uma manhã e o poderoso Estado Soviético tinha deixado de existir. “Não pode ser”, “é incrível”, eram as expressões mais escutadas por todas partes e se deu o caso gracioso de um astronauta russo que decolou com um sistema e aterrisou com outro. Pois bem, assim são os processos sociais. No ano 1989 nos reunimos no Berlim Oriental com alguns dos líderes desse país e, tendo o Muro como paisagem de fundo, perguntamos quase ingenuamente quanto tempo duraria esse muro. Com grande segurança histórica (e também histriônica) responderam-nos que, sem dúvida, não seria necessário para sempre e que eles estimavam que em cinquenta anos mais não estaria aí. Poucos meses depois, já não estavam nem o muro nem os solventes hierarcas. Os processos sociais não são lineares nem respondem aos planejamentos de um ou outro bando, porque se algo tem maravilhoso o ser humano é sua radical imprevisibilidade.

Como se vê, a estas alturas já não se trata da boa ou má vontade de indivíduos ou povos, mas sim de *uma mecânica* que em algum momento da história uma minoria irresponsável pôs em marcha, abusando do poder arbitrário que detinha e que hoje segue seu curso inercial, sem que os seres humanos incluídos nesse sistema fechado possamos modificá-lo. O problema, então, não está nos conteúdos, mas sim no “continente”, mais ainda se for o único que existe. O que estamos dizendo é que, por mais que o tentemos, não será possível resolver os graves problemas sociais e humanos que ainda subsistem no mundo e em nossa sociedade particular *se não abrimos o sistema*²³. Mas abri-lo para onde se não há outro diferente? Esse é o ponto. Talvez porque as populações percebem intuitivamente esta dificuldade é que começam a procurar sinais de outras formas de existência no espaço exterior. Então, não tem que chamar a atenção que à medida que aumenta a pressão social, a angústia e a perda de sentido, façam-se cada vez mais frequentes os avistamentos de óvnis e os relatos de encontros fantásticos com os visitantes interestelares, esperados como verdadeiros salvadores externos da encerrada situação planetária.

Cabe fazer notar que quando este mesmo processo se produziu em anteriores culturas e civilizações, não se tratava de impérios mundiais. Isso significou que a tentativa

²³ Abrir um sistema significa romper o equilíbrio energético que lhe impede de funcionar. Cabe fazer notar que, para a termodinâmica, uniformidade (ou equilíbrio) equivale a desordem e morte do sistema, já que desaparecem em seu interior as diferenças de potencial que lhe outorgam sua capacidade de trabalho.

hegemônica fora limitada, com o qual ficou assegurada a reserva de diversidade nas periferias mais longínquas desses impérios. Essas reservas foram o germe das novas civilizações que substituíram à cultura dominante, quando ela entrou em decadência. Hoje em dia, preservar essa diversidade é muito mais difícil porque o fenômeno tem caráter global. Mas, pelo mesmo, é até mais necessário porque se não, de onde sairão as alternativas que substituirão à cultura dominante, que já tem começado a decair rapidamente? De maneira que a preservação da diversidade cultural não é já um nostálgico exercício de etno-folclorismo mas sim uma necessidade histórica.

A globalização e suas conseqüências.

A etimologia da palavra “homogeneidade” é algo assim como “o mesmo gen”. Alguém pode imaginar-se à natureza apostando em uma só espécie, a uma forma de vida única? Se o processo evolutivo se deu desse modo, a vida não teria durado muito sobre a face da Terra e a espécie humana não teria existido nunca. A vida, em seu desdobramento incessante de adaptação crescente ao médio, apóia-se na diversidade, assegurando-se que algumas das infinitas respostas de adaptação que continuamente dá, terão êxito e seguirão adiante.

Pois bem, nós os seres humanos, empurrados pela estupidez patológica de nossas atuais lideranças, estamos fazendo justo o contrário: apostar na homogeneização, a um estilo de vida único, a uma só resposta de adaptação que se tratou de generalizar pela força a todo o planeta. Isso é a globalização. E se fracassa, temos um plano B?, Perguntar-se-á alguém com mais sentido comum do que têm aqueles que nos dirigem. A resposta é que, neste momento, essa alternativa não existe, ou, para não ser pessimista, existe, mas está fracamente socializada. Como se sabe, este particular estilo de vida viu a luz com o surgimento do Capitalismo, fortemente potencializado pela Revolução Industrial. Dali em adiante, temos assistido ao nascimento e expansão de uma burguesia cada vez mais poderosa que lutou por apropriar do mundo. Este processo passou por várias etapas até chegar ao momento atual, no que a concentração do poder financeiro tem prostrada à indústria, o comércio, a política, os países e os indivíduos. Tem-se chegado à etapa de sistema fechado e nessa situação não fica outra alternativa que o aumento da entropia até sua total desestruturação.

Já temos descrito como o capital financeiro internacional tende a homogeneizar a economia, o Direito, as comunicações, os valores, a língua, os usos e costumes.

Enquanto acima se vai consolidando esse monstruoso paraestado que tenta controlá-lo tudo, abaixo o tecido social seguirá seu processo inexorável de decomposição. Estas tendências contraditórias se irão acentuando até que a antiga obsessão de uniformizar tudo em mãos de um mesmo poder se desvanecerá para sempre. O que segue depois é o mesmo que temos visto nas decadências de outras civilizações, salvo pelo fato de que, ao ser este um sistema mundial fechado, não há expressões humanas distintas que possam substituir aquilo que se cai. Só podemos esperar uma larga e escura “idade Média” mundial. A menos que...

A abertura de um sistema fechado: do “mono” ao “multi”.

A tendência a uniformizar as coisas parece ser característica dos últimos dois ou três séculos de nossa história. De fato, se não nos uniformizávamos para “a direita”, como acontece hoje, o teríamos feito para “a esquerda”, já que os socialismos reais tinham uma compulsão parecida. Quando Mao lançou sua revolução cultural, disse: “Que floresçam mil flores”; o lema soava bem, mas depois se encarregaram de precisar que todas as flores deviam ser iguais. Os totalitarismos são maus para os indivíduos, porque restringem ou anulam sua liberdade pela força. Mas quando um totalitarismo se impõe sobre toda a espécie humana, como acontece com a globalização, isso já é um desastre maiúsculo porque nos deixa sem outras opções de resposta.

A pergunta que surge frente ao dilema apresentado é: para onde pode abrir um sistema fechado se for único? A única resposta possível é um tanto estranha: para dentro, para sua própria diversidade. Felizmente, os seres humanos não são só condicione objetivas mas sim, fundamentalmente, subjetividade que varia de indivíduo em indivíduo em um maravilhoso desdobramento multicolorido. Este jardim infinito que constitui a intenção humana manifestando-se no mundo é a principal reserva de diversidade que temos para encontrar uma saída frente aos caminhos que pareciam fechados; e isso é o que os povos de distintas latitudes parecem estar intuindo: estamos passando do único ao múltiplo, mal que moleste aos senhores do poder²⁴.

²⁴ Em sistemas afastados do equilíbrio, a dissipação de energia permite às vezes observar a criação de uma ordem local. Ilya Prigogine, físico belga e Prêmio Nobel de Química 1977, tem descrito essas formações, que denomina estruturas dissipativas. Alegrias estruturas rompem a tendência ao aumento da entropia do sistema e geram o que Prigogine chamou uma bifurcação. (*O pensamento do Prigogine*, Arnaud Spire. Editorial Andrés Bello, Chile, 2000.). De acordo com nossa hipótese, as variantes culturais ao interior da espécie humana produziram o mesmo e se abririam uma ou mais bifurcações que romperiam a tendência mecânica à desestruturação total do sistema.

Neste novo marco contextual que começa a irromper, a diversidade não só é tolerada como algo incluível, mas sim ela é *valorada*, ao compreender que nela está o germe do futuro. O argumento deste novo paradigma já não é o econômico mas sim o cultural, entendendo por cultura à diversidade de estilos de vida, de relação e de produção que se estão propondo em substituição do modelo único central. Desde esta óptica, o econômico é uma parte da cultura e não ao contrário, como está apresentado hoje pelo mercantilismo imperante.

Por todas partes, o interesse pelo genuinamente humano começou a deslocar aos interesses dessa força abstrata, uniformadora e desumana que é o dinheiro. Por isso, as urgentes transformações sociais e econômicas que se requerem devem orientar-se a impedir qualquer forma de concentração de poder que iniba ou reprima a expressão dessa diversidade. Nessa direção apontam a superação da democracia representativa por uma plebiscitária, a regionalização efetiva e a empresa de propriedade de seus trabalhadores, por colocar alguns exemplos.

Os verdadeiros artistas se adiantam ao futuro. Quando as vanguardas de começos do século XX disseram que a arte não é para copiar a realidade externa, mas sim para criar novas realidades, disseram uma grande verdade. Os surrealistas proclamavam que “há outros mundos mas estão em este”; o poeta chileno Vicente Huidobro propunha a seus pares que não cantassem à rosa mas sim a fizessem florescer no poema. Em outras palavras, valoravam mais a dimensão subjetiva e criadora do ser humano que sua realidade concreta, exatamente à inversa do que sustenta a atual cultura materialista que tentou impor-se. Um século depois começa a realizar-se, ainda timidamente, o sonho desses visionários.

O projeto dos povos.

A mundialização é uma antiga aspiração humana que está tomando forma hoje graças ao enorme desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que mantêm conectados todos os pontos do planeta instantaneamente. A globalização, por sua vez, é o projeto de uma minoria econômica poderosa que se monta parasitariamente sobre essa tendência mundializadora e utiliza os meios de comunicação para difundir seus paradigmas. O mesmo nome dá conta da ênfase territorial e geopolítica de sua proposta (o globo terrestre), muito longe das autênticas preocupações humanas.

Caberia esperar que esses modelos, que tanto trabalho se tomam em propagar, dessem conta de um ser humano mais evoluído mas, desgraçadamente, não é assim. Melhor dizendo ao contrário, trata-se de um salto mas para trás: do *homo sapiens* estaríamos involucionando ao *homo economicus* ou, pior até, retrocedendo até o *homo erectus* ou talvez mais além. Ou seja, voltando a ser vulgares animais de rapina, o mesmo que fomos faz três milhões de anos, nos começos da espécie humana, só que com algumas ferramentas um pouco mais destrutivas que os machados de sílex. Tem estado ponto de obtê-lo, mas dá a impressão de que os povos estão reagindo e a discussão final será então entre naturalização ou humanização, entre um ser humano objeto ou sujeito, passivo ou ativo, mecânico ou intencional. Nada novo, sempre o mesmo: o natural versus o humano.

Se a globalização for o projeto das cúpulas que, felizmente, parece estar fracassando, o projeto dos povos é um muito distinto embora também tem alcance mundial: os povos aspiram a construir uma *nação humana universal*, que consiste em uma confederação de nações, multiétnica, multicultural, multiconfessional; trata-se, em resumo, da convergência da diversidade humana. Embora os manipuladores a soldo os queiram assimilar, são projetos antagônicos: enquanto as cúpulas brigam o “globo” e promovem ou impõem pela força a homogeneização que —acreditam ilusoriamente— lhes permitirá controlar tudo, os povos vão recolhendo em sua sensibilidade as genuínas aspirações humanas e apostam sabiamente à diversidade.

A integração, qualquer seja o nível no que se dê (nacional, regional ou mundial), só pode construir-se a partir do respeito e a valoração do diferente. Tratar de uniformizar o diverso não só é um erro histórico, como já o temos exposto, mas sim além disso é um passo seguro e rápido para o efeito contrário, a desintegração: frente a uma ação se está produzindo a reação proporcional. Então, na medida em que essa força aumente, multiplicar-se-ão os separatismos, as lutas étnicas, as guerras civis e todas aquelas reações que têm os povos quando sentirem esmagada ou negada sua identidade por um supra-poder arbitrário. Assim, as duas tendências opostas ficam nitidamente perfiladas: integrar a diversidade cultural e étnica implicará resolver difíceis problemas, mas é um caminho evolutivo, ascendente, libertário; por sua vez, pretender uniformizar o múltiplo para controlá-lo é uma direção involutiva, arbitrária e forçosamente violenta.

O Documento Humanista²⁵ diz o seguinte:

“Os humanistas não desejam um mundo uniforme, mas sim múltiplo: múltiplo nas etnias, línguas e costumes; múltiplo nas localidades, as regiões e as autonomias; múltiplo nas idéias e as aspirações; múltiplo nas crenças, o ateísmo e a religiosidade; múltiplo no trabalho; múltiplo na criatividade.”

Esse é o mundo que começa a emergir no amanhecer do século XXI. Mas para que esse novo mundo se consolide, faz-se urgente e necessário modificar radicalmente o sistema de relações sociais e econômicas que hoje nos rege, porque a floração da diversidade requer de uma terra fértil e acolhedora para desdobrar-se, não o agressivo páramo que querem nos impor os poderosos.

²⁵ *Cartas a meus amigos*, Sexta Carta. Silo, Obras Completas Vol 1. Editorial Plaza y Valdés, Argentina. 2004.

4. O absurdo econômico

Quanto pior, melhor.

Trotsky

Violência econômica e explosão social.

Graças à intensa e eficiente manipulação mídia que praticam diariamente os formadores de opinião do sistema, temos a palavra “revolução associada” a desordem, violência e destruição social em geral. trata-se de um vocábulo a tal ponto desprestigiado que aqueles políticos e líderes que antes acostumavam a usá-lo profusamente em seus discursos e proclama, hoje preferem evitá-lo como se fora uma blasfêmia. Embora seja certo que, bastante freqüentemente, a conquista do poder por parte das organizações radicais se conseguiu utilizando a força, a verdade histórica indica que, em quase todos os casos, o caos generalizado era uma conseqüência do estrepitoso fracasso da ordem imperante e não da ação revolucionária. Esses grupos podem ter aproveitado as “condições objetivas” de mal-estar social para agitar e, desse modo, levaram água a seu próprio moinho, mas não eram eles os responsáveis pelo levantamento popular. *As verdadeiras causas dessas explosões sociais se achavam nas condições de violência e sofrimento que, durante longo tempo, tinham-lhe sido impostas ao povo pelo poder estabelecido.*

Para pôr só um exemplo, na Rússia tsarista de 1917 as pessoas morriam de fome e a situação de injustiça social era tão atroz que desembocou em múltiplos levantamentos, muito anteriores a toma do poder político por parte dos bolcheviques, obrigando inclusive ao tsar Nicolas II a abdicar. Quando Lênin e seus companheiros chegaram ao governo, vários meses depois, encontraram-se com um país em ruínas, envolto em uma guerra que o tinha sangrado economicamente e com um povo submetido a séculos de servidão e miséria. Os revolucionários não destruíram ao país, mas sim, pelo contrário, deveram reconstruí-lo integralmente da situação de catástrofe em que o tinha sumido a prolongada autocracia tsarista e para isso tiveram que desdobrar enormes esforços, dada a colossal magnitude da tarefa. A forma em que reorganizaram a essa sociedade sim que foi revolucionária, pois implicou uma mudança súbita e profundo das estruturas sociais, rompendo com o modelo anterior e instalando outro completamente distinto.

O caos e a explosão social não são outra coisa que *a reação proporcional dos povos* frente a umas condições existenciais violentas que lhes impõem as minorias governantes. Os sistemas sociais se revolucionam quando a pressão popular se transborda e já não consegue ser controlada nem através do adormecimento coletivo nem mediante os procedimentos repressivos habituais. Então —e só então, quando a desordem se tem generalizado— fica em evidência, dolorosamente para a maioria, o fracasso de uma determinado ordem. Uma vez postos frente a este cenário, existem só dois cursos de ação possíveis: ou se acentua a repressão por parte do poder estabelecido, avançando para sistemas autoritários de corte fascista (habitualmente, tais regimes se instalam com a justificação de evitar uma guerra civil iminente) ou se modificam radicalmente as condições que produzem esse profundo mal-estar popular.

Como se vê, a resposta revolucionária é imperativa quando se busca restabelecer uma ordem social quebrada pela violência econômica sustentada, sobre tudo se não quer entrar na sinistra espiral do autoritarismo repressivo e homicida, cujas atrocidades conhecemos de sobra os latino-americanos. Quando uma sociedade chega a esse ponto de rompimento, como consequência da ambição cega dos poderosos, mais que pela ação desestabilizadora das organizações radicais, *não existem outras opções*. Entretanto, os atuais governantes parecem não dar-se conta de que quase em todas partes já se chegou a essa situação limite e seguem apostando em um parcimonioso gradualismo, como se tivessem todo o tempo do mundo; ou, dedicam-se à administração provisória dos conflitos através do ironicamente denominada “talão de cheques curto”, com a secreta pretensão de que a corda possa estirar-se ainda um poquinho mais e que os povos vão seguir agüentando indefinidamente novas postergações no cumprimento de suas demandas. Esta atitude irresponsável e acomodatória revela uma profunda ignorância em relação ao funcionamento das dinâmicas sociais. Um dos mestres nesta arte da postergação pela via das dádivas oportunas é o ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, um social-democrata típico. Cada vez que algum setor social elevava a voz e começava a mobilizar-se por alguma reivindicação concreta, o personagem mencionado anunciava, com grande desdobramento na mídia, algum subsídio, bônus ou Aguinaldo miserável, com o que apagava o incêndio social que se lhe vinha em cima, sem chegar jamais a modificar estruturalmente a situação que originava a angústia do setor mobilizado. Essa política

lhe significou abandonar o poder com um muito alto nível de apoio popular, mas como nada tinha mudado em realidade, os conflitos lhe explodiram na cara a sua sucessora.

Ao interior da América Latina, Chile é “o modelo do modelo” e se o fez aparecer como o país mais bem-sucedido da região quanto a desenvolvimento econômico e conquistas sociais. De fato, tanto nesta região como na Europa, escutamos todo tipo de louvores para esse país mítico que, é obvio, não coincide com o Chile real. Como chegou a adquirir então essa imagem idealizada? Bom, como se faz tudo hoje em dia: através da propaganda financiada pelas grandes corporações multinacionais financeiras, mineiras, pesqueiras e florestais que utilizam ao Chile como plataforma publicitária para “exportar” o êxito de suas políticas econômicas. É obvio que quando se fala das bondades do modelo chileno se cuidam muito bem de não mostrar a outra cara, mas existe uma grande distancia entre o Chile real e o Chile publicitário. O que acontece é que nem os trabalhadores, nem os mapuches, nem os estudantes têm a oportunidade de percorrer o mundo para dar a conhecer sua realidade e mostrar esse lado oculto. Todos os problemas sociais que constituem o *fracasso do êxito* foram deliberadamente escondidos.

Mas no último tempo já começam a fazer-se visíveis nesse país os sintomas daquela efervescência popular que descrevemos. O crescimento explosivo e incontrolável da delinquência se parece cada vez mais a uma forma de distribuição forçada e violenta da riqueza por parte dos mais carentes que a uma conduta anti-social de exceção, apesar dos comentários claramente interessados dos emissários políticos do poder econômico, que exigem aos governos de turno mais repressão para neutralizar esta “escória social” (exigências que não fazem mais que confirmar o transfundo autoritário de tais agrupamentos, contradizendo o cacarejado e hipócrita *mea culpa* pelo apoio incondicional que, em seu momento, entregaram às ditaduras militares). A mobilização sustentada de amplos setores para exigir satisfação a suas necessidades básicas como saúde, educação ou moradia constituiu uma incômoda herança para o atual governo conduzido pela socialista Michelle Bachelet. Todas estas manifestações, em um país que se exhibe como máximo exemplo de avanço para o desenvolvimento graças à aplicação estritamente ortodoxa de uma política econômica neoliberal, admitem uma só interpretação: o crescimento econômico está muito longe de ser sinônimo de

distribuição. De fato, Chile ostenta um oprobrioso recorde: possui uma das piores distribuições do ingresso no mundo e uma gigantesca brecha social.

A marcha dos postergados.

Desde que o manhoso paradigma do desborde não se cumpriu nunca em nenhuma parte, o argumento mais ferventemente hasteado hoje pelos apologistas do modelo neoliberal sustem que o esforço mais importante de um país deve estar posto em alcançar, ano a ano, uma alta taxa de crescimento porque isso significa que se está produzindo mais, com o conseqüente aumento dos postos de trabalho. De acordo com esta lógica, o emprego seria então o mecanismo distributivo por antonomásia e, dali em diante, todas as discussões girarão em torno das diferentes forma de favorecer ao capital para atrair seu investimento e com isso diminuir o desemprego. Pois bem, levamos anos crescendo e o emprego não tende a aumentar no tempo mas sim a diminuir²⁶, paradoxo que pode explicar-se pelo uso cada vez mais intensivo de avançadas tecnologias que suplantam às pessoas nos processos produtivos. Em palavras cruas, a gente sobra já que as máquinas são muito mais eficientes e menos problemáticas que os seres humanos. Em realidade, é até mais perverso porque o emprego é utilizado como “fusível” para manter estável o fluxo de lucros. Atualmente está mais que provado que quando começa a baixar o desemprego e os salários começam a melhorar, automaticamente aparece uma súbita recessão no horizonte que obriga à demissão maciça e à redução salarial para os afortunados que mantêm seu trabalho.

Embora estejam perfeitamente a par da falsidade de sua argumentação em relação à relação crescimento-aumento do emprego, as minorias econômicas, em cumplicidade com os governos, seguem mantendo viva essa esperançadora promessa para enfeitiçar aos povos com uma expectativa futura que jamais poderá cumprir-se. Que má fé mais flagrante e vil! No caso da América Latina, este fenômeno é até mais drástico porque se trata de economias extrativas de matérias primas exportadas com escasso valor agregado, aonde o que procura o investimento é converter os recursos naturais extraídos diretamente em capital financeiro, sem aplicar nenhum outro processo produtivo intermédio. Francamente, esses países perdem muitíssimo mais do que ganham: seus

²⁶ Esta é uma realidade que se impõe sobre a que entregam as cifras oficiais forjadas manhosamente que, por exemplo, consideram com trabalho estável aos milhões de informais ou a quem tem trabalhado só duas horas à semana. Na medição deste índice é onde encontramos a maior cota de manipulação e engano.

recursos naturais não renováveis, a base material de sua soberania, são saqueados sem nenhum dissimulo; os postos de trabalho que aportam essas tarefas são escassos e pouco qualificados; a deterioração ambiental é irreversível.

Em seu momento, o marxismo mostrou que o ganho do capital se obtinha a costa da exploração do trabalho e convocou à união do proletariado mundial, apelando à dignidade superior do trabalhador em relação ao empresário burguês. Hoje essa paisagem humana já não existe, como o descreve dramaticamente Vivianne Forrester em seu formoso livro (melhor dizendo, um alegação por escrito) *O horror econômico*, porque os mecanismos de exploração hoje são muito mais sutis e elaborados. A rentabilidade e o lucro se deslocaram do exclusivamente produtivo para o intercâmbio especulativo através da rede virtual. É assim que o capital financeiro percorre as bolsas do mundo com total liberdade, comprando e vendendo ações de empresas produtivas às que exige a máxima rentabilidade, obrigando-as a prescindir do elemento humano ou barateá-lo ao máximo, pela via de uma completa desregulação (leia-se “flexibilização”) dos mercados trabalhistas locais ou inclusive mediante o traslado das instalações produtivas para aquelas zonas do planeta onde o custo da mão de obra é menor. Durante os últimos anos, instalaram-se na China mais de um milhão de empresas estrangeiras, atraídas pelos muito baixos salários, mas esse êxodo se traduziu em uma muito alta taxa de desemprego para as localidades de origem.

Enquanto se tomam essas decisões no ciberespaço, no mundo real os seres humanos, totalmente limitados em seus deslocamentos físicos pelas inumeráveis travas aos movimentos migratórios (incluído o muro que os Estados Unidos constrói em sua fronteira com o México), disputam-se a morte os poucos postos disponíveis, no que se chama eufemisticamente “concorrência”. Certamente, essa guerra desumana por acessar a uma ocupação empurra os salários à baixa obrigando aos trabalhadores a endividar-se. Então se fecha o maquiavélico círculo: aí estão os bancos, os donos do capital, os mesmos que praticam a especulação internacional a grande escala, mas agora com seu simpático disfarce de usureros, oferecendo créditos a mão destra e sinistra a milhões de desesperados dispostos a escravizar-se de por vida com tal de acessar a recursos que não podem obter através de sua atividade trabalhista. Embora soe apocalíptico, de não mudar a direção dos acontecimentos, cada vez mais pessoas se irão integrando a este verdadeiro exército de desempregados, que vagam excluídos e abandonados a sua sorte

sob o olhar indiferente dos tecnocratas desde seu olimpo virtual: é a marcha dos postergados, onde sobreviverão só os mais ferozes. Eis aí então que a visão desses enormes conjuntos humanos condenados a seu lento extermínio deveria pôr brutalmente em evidencia diante de nossos olhos o fator de seleção natural que subjaz na ordem econômica instalada, unido ao absurdo que esse fato contém: toda a grande travessia evolutiva da espécie humana para voltar para começo e terminar transformando à sociedade que nos cobre em um desumano ecossistema animal! É, simplesmente, absurdo e insensato.

Não podemos seguir nos chamando a engano: esta monstruosa farsa deve terminar ou o preço que pagaremos será muito alto. Tem chegado o momento de pôr à economia ao serviço do ser humano e não ao ser humano ao serviço de uma ordem econômica aberrante. Se for verdade o que quisemos demonstrar aqui em relação à falácia do emprego como mecanismo de distribuição da riqueza então, mais cedo que tarde, o famoso “modelo de mercado” se derrubará estrepitosamente como um colosso com pés de barro, porque será evidente seu completo fracasso como articulador do esforço coletivo. Dentro de pouco, já não será mais que um velho mito esquecido e toda a palavrório oca, todas aquelas incansáveis retóricas economicistas repetidas até a náusea para justificar a perpétua e vergonhosa morosidade no pagamento de uma imensa dívida social, desaparecerão para sempre dispersadas pelo vento da história. E serão finalmente os jovens, verdadeiros protagonistas deste drama em pleno desenvolvimento, que terão de tomar uma decisão crucial: ou aceitam as atuais condições e se lançam em uma luta fratricida cada vez mais cruel, violenta e destrutiva ou desdobram toda a potência de sua imaginação criadora para encontrar novas soluções que substituam aos primitivos e estúpidos balbuceios hoje vigentes.

Nessas novas gerações colocamos toda nossa esperança.

Estado ou mercado, um velho e repetido falso dilema.

Mas se a ordem econômica em uso fracassou, então ainda subsiste a pergunta em relação à forma em que deveria efetuar-se a designação dos recursos em uma sociedade qualquer.

A verdade é que nos últimos anos não se tem produzido uma discussão séria e aberta sobre o alcance dos papéis público e privado na gestão social, porque a doutrinação

neoliberal através dos meios de comunicação procurou apresentar como verdades teológicas concepções que são diretamente falsas ou, ao menos, discutíveis. Esses empacotados senhorões de voz engolada pregando pela televisão que o mercado e suas “leis” são parte de uma ordem natural universal que não pode ser modificado pela intenção humana mas sim, quando mais, bem ou mau administrado, praticam um exercício grosseiro de manipulação e má fé para enganar aos incautos, parecido ao que os setores dominantes praticavam, faz uns poucos séculos atrás, em relação ao cosmos. O penoso é que, ao parecer, em qualquer época sempre há gente disposta a deixar-se enganar.

Mas deixemos atrás a ironia e analisemos com mais detalhe as diferentes opções de resposta à pergunta inicial.

Para a corrente liberal hoje dominante, quem deve cumprir com a função de designar os recursos é o mercado, esse mago invisível e cego que, se o deixarem tranqüilo, rara vez se equivoca. Mas claro, isso implica que nenhuma suposta inteligência planejadora (leia o Estado) pode entrometer-se já que dita intromissão distorce o jogo e atenta contra a liberdade dos indivíduos que conformam essa sociedade. Por quê o Estado teria que me dizer, por exemplo, onde e como devo educar a meus filhos? Caso se estime que há uma condição inicial de desigualdade que é necessário reparar para que tudo funcione bem, esse investimento não deve fazê-la o Estado mas sim os recursos atribuídos para efetuar tal nivelamento deveriam repartir-se entre os privados, de modo que eles decidam como os ocuparão. Assim, a liberdade individual fica assegurada e se estimula a concorrência entre quem quer captar esses dinheiros, o que se traduz finalmente em uma melhora dos serviços ou produtos oferecidos.

Não podemos nos enganar porque é ridículamente evidente: escondido atrás do matagal dos tecnicismos econômicos e os exultantes louvores de seus coroinhas reconhecemos ao velho darwinismo social do Herbert Spencer²⁷ (1820-1903), Ou seja, a sobrevivência

²⁷ O darwinismo social sustenta que as pessoas e os grupos sociais competem pela sobrevivência, através de uma seleção natural que é o resultado da “lei do mais forte”, igual aos animais e as plantas. O princípio sobre a “sobrevivência dos mais aptos” foi formulado pelo Spencer seis anos antes que Darwin. Em sua obra *A estática social* (1851) e em outros escritos, apresentou que através da concorrência a sociedade podia evoluir para a prosperidade e liberdade individuais, uma teoria que classificava aos grupos sociais segundo sua capacidade para dominar a natureza. Desde este ponto de vista, as pessoas que alcançavam riqueza e poder eram consideradas as mais aptas, enquanto que as classes socioeconômicas mais baixas, as menos capacitadas. Esta teoria foi utilizada por alguns como base filosófica do imperialismo, o racismo e o capitalismo radical.

do mais apto e, para descrever a situação completa, *a eliminação do menos apto*²⁸. Um Estado ausente, que cada vez tem menos funções até quase desaparecer e que gera uma sorte de anarquismo burguês supostamente auto-regulado. Desde esta óptica, qualquer aumento de impostos é uma aberração porque vai a contra-mão da direção que quer aprofundar: se, em uma concepção clássica, os privados pagavam ao setor público para que cumprisse certas funções associadas ao bem comum, para o neoliberalismo essas tarefas bem podem ficar em mãos de cada indivíduo, com o mercado como regulador, de maneira que se torna desnecessário alimentar o paternalismo estatal. O mesmo acontece com a empresa pública: não existe nenhuma razão para que o setor público administre complexos aparelhos produtivos dado que, além de fazê-lo mal, já não necessita dinheiro. Então, as privatizações, as ofertas impositivas, a redução do gasto público são todas pérolas do mesmo colar: a debilitação do Estado, para transpassar todas suas funções ao âmbito privado.

Na posição oposta se encontram aqueles que pensam que o principal designador dos recursos é o Estado, mercê ao planejamento centralizado de um projeto de país. Desta visão surgiram as grandes utopias estatais, que impuseram complexos sistemas coletivos para ordenar a convivência social. Com o passar do tempo, esta concepção foi sofrendo algumas variações que vão dos totalitarismos de esquerda e direita a começos do século XX, passando pelo Estado Benfeitor da Europa de pós-guerra até chegar à Terceira chamada Via de hoje. É engraçado ver esta sucessão histórica como em câmara rápida, porque dá conta da capitulação progressiva do estatismo frente ao avanço arrojador da concepção oposta: ao começo, um Estado onipresente e onipotente (caracterizado em forma magistral pelo George Orwell em sua novela *1984*) que termina cumprindo funções menores e rogando para que não as tirem. Cabe fazer notar, a modo de exemplo, que a “originalidade” da ditadura militar que se impôs no Chile durante quase duas décadas é o ensamble que fez de ambas as concepções: totalitarismo político e liberalismo econômico. Nunca antes se criou semelhante monstro.

Para seus caluniadores, o Estado é um péssimo agente distribuidor da riqueza e sua crítica principal aponta a que os recursos habitualmente se “perdem” nos emaranhados

²⁸ Em uma campanha para divulgar uma revista de negócios no Chile, mostrava-se uma reunião entre os executivos de uma grande empresa. Todos tinham cabeça de leão salvo um que tinha cabeça de gazela. O chamado do anúncio dizia: “Nesta reunião está claro quem não lê nossa revista”.

de uma burocracia corrupta e nunca chegam ao setor que se quer favorecer. A sua vez, o neoliberalismo não tem como assegurar a igualdade de oportunidades, condição básica para que o mercado funcione em forma medianamente justa, dado o inexorável processo de concentração do capital em mãos dos bancos, hoje já muito avançado. O grande problema desta concepção, estruturada a partir do idealismo imperante no momento histórico no que surgiu, é que o automatismo, a transparência e a simetria perfeitas que supõe tudo este armado ideológico *não funcionam na realidade*. Então, no estágio final deste processo perfeito, serão uns poucos “privados” os que controlem tudo e já não haverá nada nem ninguém que possa controlá-los a eles. Assim, haverá total liberdade... mas só para esse pequeno grupo, que poderá dispor de todo o resto a sua inteira conveniência. E olho!, que não estamos muito longe desse momento. Em definitiva, ambas as posições desdobram suas razões e suas sem-razões, *mas à luz dos fatos*, o que se vê é o traslado de um poder político centralizado para um poder econômico concentrado, enquanto a liberdade das pessoas permanece eternamente transgredida.

E qual é a posição do Novo Humanismo frente a este dilema? Para nossa concepção, *não se trata de uma questão de modelos, mas sim de prioridades*. A saúde e a educação são necessidades humanas básicas e, como tais, constituem-se em direitos humanos inalienáveis que devem ser assegurados igualitariamente. Hoje em dia, a desigualdade no acesso à saúde e educação tem chegado a ser estrutural porque durante muito tempo se tiveram outros primários (o dinheiro, por exemplo) e essa debilidade social deve ser corrigida antes que nenhuma outra coisa. A verdadeira revolução é, no fundo, um assunto muito pouco vistoso (mas profundamente significativo) de reordenamento de prioridades, pondo à saúde e a educação no primeiro lugar. O paradigma neoliberal se pode formular do seguinte modo: “Para ter saúde e educação, primeiro há de ganhar dinheiro”; o Humanismo inverte esse paradigma: “Para ganhar dinheiro, primeiro há que ter saúde e educação”. No momento, o Estado parece ser a única entidade que pode assegurar a construção desse piso comum, assim é que a sociedade deve prover os recursos necessários para que cumpra sua função sem demoras e com a máxima excelência. Mas há outros campos que não afetam a essas necessidades vitais, nos que sim podem intervir livremente o mercado e a iniciativa privada.

Em termos mais amplos, a proposta humanista tem a forma de uma economia mista²⁹ em que o Estado opera, poderíamos dizer, em consenso com o mercado, estabelecendo um novo contrato social com os atores privados, entendidos agora já não como setores antagônicos ou competidores, mas sim complementares e sinérgicos. A principal resistência a esta espécie de acordo-marco provém do neoliberalismo, que teve um êxito notável em instalar critérios absolutos de desregulação nos mercados locais para permitir a internacionalização do capital e favorecer seu livre fluxo. Contra essa tendência haverá que lutar e não contra o mercado, um simples mecanismo ao que não é necessário nem conveniente destruir, mas sim tão somente se localizar em sua proporção correta, estabelecendo o que é o que pode e não pode fazer.

Sejamos claros: não estamos propiciando, não, uma volta ao estatismo (já demonstradamente fracassado), mas sim propondo *a construção de um grande acordo público-privado para atuar em convergência*. Basta de alimentar o falso dilema entre gestão pública e privada, como se fossem fatores opostos e irreconciliáveis. O Estado pode e deve regular para impedir os abusos de poder que tendem a dar-se no mercado. Mesmo assim, pode e deve intervir para financiar e apoiar aquilo que favorece ao bem comum, assim como também castigar impositivamente o que funciona mal do ponto de vista da equidade. Um usureiro pode emprestar dinheiro à taxa que queira, embora a lei o proíba oficialmente, porque sempre haverá forma de realizar operações clandestinas enquanto exista gente que aceite as condições de usura, urgida por suas necessidades. Mas se criarmos uma banca estatal que não cobre juros, financiada com recursos públicos, então o usureiro terá que baixar suas taxas ou perderá toda sua clientela. O Estado pode planejar e coordenar muitas coisas e isso não necessariamente significa centralizar a economia.

²⁹ “Muito é o que se tentou e muito é o que se aprendeu que cada fracasso. Hoje sabemos que não se trata de impor uma economia centralizada em que um estado burocrático digita e controla tudo, mas tampouco se trata de esperar que o mercado administre justiça social nem planeje o desenvolvimento. Tampouco se trata de uma “terceira via” onde o estado lhe pede permissão ao poder econômico para realizar mornas reformas cosméticas, porque isso não é outra coisa que capitalismo disfarçado com bons maneiras. Não se pode falar de sistemas mistos como se tentasse de mesclar água com azeite, porque o azeite sempre conseguirá terminar acima da água; trata-se de criar um novo sistema, uma nova substância que talvez resgate algumas propriedades do azeite e da água, mas incorporando outras, mais adequadas a um ser humano que está crescendo”. *Economia Mista, além do capitalismo*. Guillermo Sullings. Ediciones Magenta. Buenos Aires, 2000.

Trata-se de incentivar, de financiar, de premiar o que convém e castigar o que não convém ao conjunto, dissolvendo qualquer forma de monopólio, às vezes legislando e às vezes criando concorrência a esses monopólios.

Em poucas palavras, a economia mista consiste em um mercado que pode funcionar livremente até quando precisar ser regulado pelo Estado. Para dizê-lo com uma imagem, o mercado em estado selvagem é domesticado pela ação estatal, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre ambos fatores. Trata-se de encontrar o ponto de equilíbrio entre a ferocidade da concorrência individual e a racionalidade dos acordos conjuntos, entre as velozes respostas de curto prazo e a meditado planejamento de longo prazo, para aqueles problemas que assim o requeiram. Se o objetivo for um mercado apoiado em uma concorrência justa, então é necessário assegurar *uma completa igualdade de oportunidades entre os participantes*, coisa que hoje não ocorre nem de longe e o Estado parece ser a única entidade capaz de estabelecer essa condição básica de justiça competitiva.

Mas esta convergência só poderá alcançar-se quando se abandonarem as absurdas (e para alguns convenientes) crenças em relação aos aparentes automatismos de algumas forma de organização social. Essas visões a respeito de supostas “naturezas” que não podem ser alteradas pela intenção humana são patranhas que, sempre, formam parte do discurso público dos poderosos para manter o *status quo* e chama poderosamente a atenção o fato de que ainda hoje sigam utilizando-se sem nenhuma discussão. Para nós, o ser humano é histórico e todas suas criações também o são, assim é que, em virtude dessa qualidade, estão sujeitas a uma incessante transformação.

Embora os fundamentalistas neoliberais ponham o grito no céu, *a experiência prática demonstra que deixar tudo em mãos do mercado é o caminho mais curto para o caos porque em realidade quem toma o mando, ocupando o vazio de poder gerado pela desregulação extrema que promovem, é o capital financeiro internacional*. Este é um fato evidente que foi maliciosamente oculto do olhar público pelo abuso da manipulação mídia. Até Karl Popper, um dos mais lúcidos defensores da que ele mesmo chamou “sociedade aberta”, terminou reconhecendo a necessidade de uma participação estatal na gestão social³⁰. Ao contrário, centralizar tudo no Estado conduz fatalmente ao

³⁰ *A lição deste século*, Karl Popper. Entrevista com o Giancarlo Bosetti. Editorial Océano. México, 1992.

totalitarismo e o sacrifício da liberdade. Mas é significativo constatar o fato de que em ambos extremos se está manifestando o mesmo vício: *um poder que se independiza do corpo social que lhe deu origem, para terminar oprimindo-o.*

Não pode caber nenhuma dúvida respeito de que a imaginação humana será capaz de conceber novas soluções para os problemas de coordenação da ação coletiva, e não limitar-se a voltar, uma e outra vez, a esta antiga confrontação entre pragmatismo e idealismo que já tem mais de duzentos anos, encarnada no antagonismo incompatível entre mercado e Estado. Mas isso nos obriga necessariamente a refletir sobre a questão do poder.

5. A traição das cúpulas

A democracia é uma piada grega.

Carlos I da Inglaterra

Uma fábula para despistados.

Tradicionalmente, as associações políticas e comerciais se esforçaram por manter-se formalmente diferenciadas e independentes, embora nos fatos as relações de intercâmbio e corrupção entre ambos mundos sempre foram intensas e conhecidas. Pois bem, temos a honra de anunciar que aquele longo e clandestino concubinato se formalizou, por fim!, em matrimônio: nasceu a associação político-comercial. O que segue é a “crônica social” deste conspícuo enlace.

“A tradicional família dos Políticos e a próspera família dos Bancos uniram seus destinos para sempre, com o júbilo de todos”, diria o parte.

Como em todo matrimônio de classe, os Políticos devem entregar uma dote aos Bancos para formalizar o contrato nupcial. Essa dote é uma grande empresa chamada O País S.A., mas como a convivência prévia da casazinho dura já vários anos, acontece que a família dos Bancos está a cargo há tempos de sua administração e possui boa parte da propriedade. Então, só se tratava de regularizar tudo, talvez para efeitos de herança ou algo pelo estilo.

O País S.A. é uma empresa muito possante onde o 99,9% de suas componentes trabalha como besta com péssimos salários, enquanto o 0,1% se leva as enormes lucros que ela gera (por isso, sua imagem corporativa é um funil). Em realidade, esse dinheiro termina indo parar, quase toda, aos bolsos dos Bancos, cujo páter família, dom Especú (com acento na “u”), vive no estrangeiro e, conforme dizem, pôs muitíssimo capital para salvar à empresa das garras dos Estatistas, outra família que chegou a sua direção faz alguns anos atrás apoiada pelos trabalhadores e que tentou fazer importantes reforma sociais e trabalhistas que prejudicaram fortemente sua rentabilidade.

Mas os trabalhadores reclamarão —dirá você— frente a tanta desigualdade. Não, veja bem, ninguém reclama. Melhor dizendo ao contrário, estão todos felizes e orgulhosos porque O País S.A. cresce e é um exemplo para o mundo. O que acontece é que se aplicou um modelo econômico muito bom, que trouxe este cavalheiro do estrangeiro mas, ao pô-lo em marcha, deixou-lhe as coisas muito claras aos administradores da empresa: “Ou o aplicam tal como eu digo ou não ponho nem um só peso mais aí...” e deixou a frase em suspense.

A família dos Políticos se aterrou, porque advertiram um perigo certo de que o investimento estrangeiro pudesse tornar-se a voar. Por sua parte, os Bancos, como era de esperar, manifestaram um completo acordo com a medida sugerida por dom Espe. Frente a esta tremenda pressão, os Políticos cederam... com uma só condição: que sempre os escolhessem a eles no diretório do País S.A., porque terei que manter a tradição e cuidar a imagem. Além disso, desde essa posição se comprometiam a defender a morte os interesses dos Bancos, já que agora também formavam parte da família.

E assim foi. Cada certo tempo, organizam-se na empresa umas farsas eleitorais preciosas cheias de cor, alegria e promessas que deixam a todo mundo contente. Aos trabalhadores, porque acreditam decidir algo; aos administradores, porque se mantêm tirando sua fatiazinha; e ao dono, porque tem a vários milhões de escravos trabalhando para ele sem que saibam. O lema mais repetido ao interior da empresa diz: “Que belo é o mundo quando tudo vai bem”. Esta máxima interpreta tão claramente o espírito do País S.A. que se compõem “jingles” e canções para que os trabalhadores façam coro enquanto desenrolam suas atividades trabalhistas. Os Políticos também cantam e até dançam, para fazê-los simpáticos e os Bancos não cantam nem dançam, mas são os que põem a música. É uma relação encantadoramente perfeita.

O único veio a empanar esta maravilha é que em outras empresas similares, pessimamente mau administradas por certo, os trabalhadores começaram a dar-se conta de que algo anda mal neste conto. E se zangaram a tal ponto que manifestaram seu descontentamento exigindo destempladamente aos Políticos (que são os que têm que dar a cara, para isso lhes pagam e, além disso, tem-na bastante dura) que se vão. Também se produziram desordens que fazem diminuir a produtividade e aumentar o

risco. Um desastre por onde se olhe. Dom Especu e os Bancos devem estar bastante preocupados e molestos, porque o caos tende a ser contagioso.

Embora, pensando-o bem, tampouco é para tanto já que sempre existem formas de restabelecer a disciplina produtiva, se as coisas se desordenarem mais da conta.

O Estado cativo.

Corria o ano 1917. A turbulência social que explodiu na Rússia por causa da profunda crise econômica que vivia o país derivou na renúncia do tsar Nicolas II. A Duma (o parlamento russo), que até esse momento não tinha conseguido exercer um poder real, estabeleceu um governo provisório que terminou a cargo do Alexander Kerensky, um social-democrata. Frente a essa situação caótica e à anarquia geral era necessário tomar medidas urgentes, entre outras, convocar a uma Assembléia Constituinte para redigir uma nova constituição. Mas mister K se tomou seu tempo, o que não correspondia com a urgência do momento e essa parcimônia lhe custou perder o pouco apóio com o que contava. Os bolcheviques se tomaram o poder e Kerensky teve que fugir precipitadamente do país, ao que jamais retornou³¹.

Noventa anos depois, mister K obteve sua vingança: a social-democracia triunfa politicamente em quase todo o planeta. Porém, dá a impressão de que seu comportamento ao chegar ao poder segue sendo o mesmo: um chamativo impedimento para levar a cabo mudanças de fundo quando a situação social assim o exige. Os social-democratas no governo se dedicam a contemporizar tomando medidas cosméticas que não incomodam a ninguém e a “buzineá-las” através dos meios de comunicação, para

³¹ Alexandr Fiódorovich Kerensky (1881-1970) Depois da queda do Czar e o estabelecimento de um governo provisório republicano, foi nomeado ministro da Justiça e passou a ser ministro da Guerra dois meses depois. Tentou refazer seu exército para levar a cabo uma ofensiva contra os alemães, mas um grande número de soldados se negaram a obedecer a seus oficiais, abandonaram seus postos e retornaram a seus lares. Kerensky foi nomeado chefe do governo provisório estabelecido depois da revolução de julho que seguiu ao fracasso no fronte. Uma das primeiras medidas que adotou foi a supressão do Partido Bolchevique presidido pelo Lenin. Este se ocultou na Finlândia; outros dirigentes bolcheviques, entre os que se encontrava Trotsky, foram presos. Contudo, Kerensky não conseguiu neutralizar a deterioração constante da situação econômica e militar do país, o que permitiu aos bolcheviques minar o prestígio de seu governo e fazer-se com o controle dos soviets de trabalhadores, soldados e camponeses, chegando a estabelecer uma estrutura de poder paralela a do governo provisório. Kerensky também se via acossado da direita pelos monárquicos e outros setores reacionários que pretendiam esmagar a revolução. Não tomou medidas efetivas quando o general Lavr Kornílov tentou marchar sobre a capital no mês de setembro e proclamar uma ditadura militar dirigida por ele. Kerensky, que se encontrava no fronte nesses momentos tentando ganhar o apoio das tropas, organizou uma força militar e tratou de capturar Petrogrado, mas os soldados se negaram a combater. Fugiu a Paris e finalmente se trasladou aos Estados Unidos e se dedicou a ministrar conferências sobre política e sociologia. "Alexandr Fiódorovich Kerensky." Microsoft® Student 2007 [DVD]. Microsoft Corporation, 2006.

tratar de ganhar-se a simpatia de um lado e de outro. Como o grafica o exemplo histórico chamado, sua ação política se caracterizou invariavelmente por um gradualismo exasperante e, a estas alturas, demandar outra coisa deles é como lhe pedir pêras ao olmeiro, mais ainda se seu desempenho no poder político está sendo monitorado ao milímetro pelo poder econômico.

Não cabe dúvida de que a social-democracia se converteu em uma força política vacilante (valha o paradoxo!) e essa debilidade lhe significou ser utilizada pelo poder econômico para conter os conflitos sociais e ganhar tempo³², enquanto este segue avançando em concretizar sua idéia fixa: o desmantelamento da institucionalidade estatal. A estratégia neoliberal para destruir aos Estados nacionais se concentrou em duas frentes: seu desprestígio sistemático frente à opinião pública e a debilitação progressiva de seu poder de decisão. A má imagem pública do Estado é consequência de uma intensa campanha na mídia sustentada durante longo tempo, utilizando a tribuna maciça e quase monopólica que outorgam os meios de difusão em mãos do poder econômico. Por certo, também colabora graciosamente a esta “cruzada” a endêmica venalidade da classe política, quando regularmente se vê implicada em sonoros escândalos de corrupção com recursos públicos. A redução da capacidade decisória do Estado foi uma operação um pouco mais complexa, que vai da extorsão que o capital financeiro internacional exerce sobre os países, condicionando qualquer investimento ou crédito à manutenção de certos equilíbrios macro-econômicos e a drásticas reduções no gasto público, até a incrustação de uma casta de tecnocratas na burocracia estatal com o explícito mandato de executar ao pé da letra as políticas neoliberais, inclusive passando por cima dos governantes eleitos pelo povo. Aí está o velho e poderoso Estado, essa gloriosa cume da razão humana, a máxima realização da Idéia em palavras do Hegel, *nenhumneado* (de acordo com o afiado vocábulo cunhado pela poetisa chilena Gabriela Mistral) sem piedade pela turma de rústicos marreteiros que dominou o mundo, e agora degradado à condição servil de um poder cativo. É um espetáculo penoso e lamentável, bem difícil de tragar para qualquer espírito genuinamente republicano.

³² Em honra à verdade, isto não sempre foi assim. Em suas origens, os partidos socialistas surgiram como vanguarda organizada do proletariado e, a pouco andar, começaram a diferenciar-se nos caminhos eleitos para instalar o socialismo. A social-democracia responde à linha reformista, que também terminou sendo fortemente influenciada pelo gradualismo de Edouard Bernstein. Em todo caso, o que indica a experiência histórica é que nem o radicalismo revolucionário comunista nem o gradualismo social-democrata conseguiram deter ou reorientar ao capitalismo.

Como ensina a primeira lição escolar de educação cívica, em uma democracia representativa os governantes são simples mandatários da vontade popular, executores do que o povo ordenou e sua única legitimidade emana do poder que lhes transferiu a comunidade mediante o ato eleitoral. Se esses representantes, uma vez eleitos, renegam de tão sagrado mandato e se submetem, por debilidade ou conveniência, a um poder ilegítimo (como o é o poder econômico), estão perpetrando um ato muito grave de traição política e com isso reduzem a democracia a uma pura formalidade, convertem-na em um ritual vazio despojado de seu atributo essencial. Pois bem, isso é o que está ocorrendo em quase todas partes, com governos que ganham eleições apoiados em promessas de reformas econômicas e sociais que respondem às demandas das maiorias para em seguida, na intimidade do poder, acomodar aquelas políticas às restrições e ajustes que lhes impõem os grandes banqueiros do exterior (apartando também uma fatiazinha para seus próprios bolsos, ato possivelmente justificado em suas consciências como a merecida comissão por serviços cumpridos). E, para cúmulo de males, esse poder arbitrário já nem sequer precisa amparar-se nas sombras para atuar mas sim, pelo contrário, hoje alardeia descaradamente frente à comunidade: a fins do 2005, durante a última eleição presidencial no Chile, Eleodoro Matte, um dos principais porta-vozes da minoria econômica nacional (e também uma de suas maiores fortunas, dito seja de passo) declarava enfática e quase ameaçadoramente que dava o mesmo quem saísse eleito porque ninguém ousaria mudar o modelo econômico e que, a fim de contas, o país se movia *com piloto automático*³³. Dificilmente poderíamos ter encontrado uma imagem mais explícita para graficar a situação.

Governantes que não podem governar mas somente administrar. Representantes que traem a seus representados para terminar representando-se a si mesmos. Dirigentes incapazes de dar outra direção que não seja aquela que vai para seu próprio bolso. E povos submissos, à força de desorganizados. Isto é, ao fim, a democracia? Não. Isto é chamar o caos por outro nome.

³³ Jornal “*La Tercera*”, suplemento Reportagens. Domingo 17 de abril de 2005. Santiago de Chile.

A representatividade em crise: o povo à deriva.

Assim como antes temos descrito detalhadamente o mau trato brutal que sofrem os povos por efeito da violência econômica, agora podemos constatar, também no campo político, uma nova manifestação do mesmo mal: a violência implícita que oculta esse ato arbitrário de usurpação da soberania popular por parte do poder econômico internacional, com a aberta cumplicidade dos governantes democraticamente eleitos. Este infame comportamento das cúpulas dirigentes pôs definitivamente em xeque a representatividade porque levou às sociedades a desconfiar de suas líderes, quem já não pode justificar dito proceder como parte dos casos excepcionais posto que constitui uma conduta extensamente replicada por todas partes. A brecha entre a base social e suas líderes se tem feito cada vez mais profunda e possivelmente nunca possa voltar a fechar de tudo. O vínculo de confiança que unia aos conjuntos humanos com seus condutores tem-se rompido e será muito difícil voltar a reconstruí-lo. Além disso, trata-se de um fenômeno universal, que atravessa a sociedade de cima para baixo e que se manifesta em qualquer organização onde exista a representatividade. Pode que a gente inclusive não saiba com exatidão o que é o que cheira mal, mas percebe nitidamente o fedor e isso a faz enrugar o nariz e afastar do foco fedorento, retirada que ajuda a entender, por exemplo, a taxa crescente de abstenção eleitoral. Para bem ou para mal, este divórcio é uma consequência natural do recorrente atuar impróprio de nossos representantes e se eles esperavam outra coisa, então sua desfaçatez é até maior do que se podia supor. Em realidade, os povos tem tido uma paciência infinita (quase no limite da resignação), e se hoje a estão esgotando, parabéns!

A credibilidade e, sobre tudo, a confiabilidade dos políticos e líderes sociais se deteriorou gravemente por estes dias e esses personagens concentram sobre si muitos mais atributos negativos que positivos. Os comicos fazem rir às pessoas apelando a piadas sobre sua habitual desonestidade e nas conversações de café são descritos como parasitas inúteis. Todas as pesquisas de imagem pública sobre as instituições localizam aos partidos políticos no último lugar. Além de seu próprio proceder, esta negativa visão se viu reforçada pelo discurso neoliberal que degrada as ideologias e, em geral, a qualquer conjunto de idéias diretrizes que sustente projetos sociais distintos ao que eles promovem, âmbito no qual esses condutores teriam um importante papel que cumprir. Por causa disso, as eleições já não são um jogo de idéias, mas sim *uma concorrência de*

imagens, com a enorme margem de engano para os eleitores que dita tática comunicacional comporta.

Mas, como sempre acontece com os assuntos humanos, esta profunda desilusão tem duas caras. Em sua dimensão negativa, ao perder fé em uma condução viciada os conjuntos humanos entraram em um estado de confusão que os levou a refugiar-se em uma resignada e silenciosa passividade, sem mostrar quase nenhuma reação visível frente à cada vez mais flagrante violação de suas liberdades e direitos cidadãos. E quando conseguiram expressá-lo fazem catarticamente, através de explosões mais ou menos destrutivas mas sem uma verdadeira direção transformadora daquelas situações opressoras. Agora, como aspecto positivo, o processo histórico nos tem trazido até esta encruzilhada, da que unicamente poderemos sair avançando por volta de novas formas de democracia que se mostrem capazes de enclausurar para sempre qualquer intentona de alguma minoria para arrebataram o poder às comunidades. Então, experimentamos sentimentos encontrados: embora nós não gostamos do que está acontecendo com as “dirigências que não dirigem”, porque isso imobiliza aos povos e os submerge na perplexidade, não podemos deixar de nos alegrar porque esse complexo desafio que, desde sua orfandade, estão impelidos a confrontar os obrigará a tomar o destino histórico em suas próprias mãos, deixando atrás a necessidade de obedecer a qualquer forma de arcaico paternalismo.

Entretanto, esse tempo não chegou ainda e, por agora, os líderes sociais seguem sendo importantes e necessários inclusive no contexto que temos descrito ou, talvez, justamente por causa dele. A ninguém poderia sentir saudades que se as dirigências “tradicionais” se desprestigiaram até o ponto de deixar aos grandes conjuntos na mais completa cegueira em relação ao rumo que devem tomar e, pior ainda, em um momento de fracasso do modo de vida que essas mesmas dirigências promoviam, busquem-se novas referências capazes de ver mais à frente do presente imediato, para definir uma direção a seguir. Em momentos históricos de confusão como o que estamos vivendo, os povos não se podem mover sem elas e as buscarão até as encontrar. Mas claro, essa mesma ansiosa urgência pode nos conduzir também a cometer erros fatais para o processo humano, já que aquilo que está finalmente em jogo não é tanto quem nos dirija mas sim *para onde nos dirige*. O Novo Humanismo tem investido muitos anos no desenho e a construção dessa paisagem futura e hoje, em meio da desorientação geral,

trabalhamos arduamente para oferecê-lo aos seres humanos do planeta inteiro, porque estamos firmemente convencidos de que esse é o mundo no que todos merecemos viver. É por isso que seguiremos pondo o máximo empenho em fazer chegar nossa mensagem a todas as latitudes, com a íntima esperança de tocar alguma vez os corações de toda essa gente simples injustamente torturada pelos poderosos e de persuadi-las a nos acompanhar neste formosa tentativa.

A crise da representatividade já é muito aguda como para não percebê-la. Qualquer solução real a este complexo problema (e não um remendo mais, para sair do atoleiro por um momento) deve passar, necessariamente, *por deslocar o foco de análise da “re-ingenieria” das cúpulas políticas para a reconstrução da base social*. É urgente voltar a pôr o olhar sobre o ator mais importante em uma democracia; aquele que foi quase sempre esquecido, manipulado, perseguido e até desprezado: o povo.

O povo à intempérie.

O estrondoso fracasso do mercado para assegurar a igualdade de oportunidades e a incapacidade característica dos governos atuais para realizar mudanças estruturais que corrijam esta escandalosa iniquidade deixaram as coisas em uma espécie de empate, de congelado equilíbrio entre o poder econômico e o poder político. como sempre acontece, o que veio a romper essa simetria é a manifestação popular, Ou seja, a expressão pública do poder do povo, fundamento e sustento das democracias. A mobilização juvenil em distintos lugares é um signo mais que alentador para os tempos atuais, é a energia em estado puro das novas gerações expressando-se no mundo. Entretanto, como já temos dito, a *direção* desses movimentos sociais ainda é incerta.

A única possibilidade de que os governos respondam plenamente às demandas de um povo mobilizado é desalinhando-se da tutela neoliberal, mas dita conduta implica uma coragem política do que os governantes carecem por completo. *Então, a mobilização popular devesse manter-se no tempo até forçar esse divórcio, porque a aliança legítima de um governo democrático é com o poder do povo que o escolheu, não com o poder econômico*. A luta social deveria sustentar-se até conseguir reconstruir esse princípio fundamental, totalmente desvirtuado pela “associação ilícita” político-econômica. Eis o problema de fundo, não a aplicação de tal ou qual modelo econômico, debate inútil se as sociedades não tiverem a liberdade suficiente para decidir o que fazer.

Entretanto, uma dinâmica social tão enérgica demanda um povo forte, organizado e ativo que se encontra a anos-luzes do atual. O alguma vez denominado “corpo social” hoje está completamente fragmentado, sem nenhuma coesão interna e reduzido a uma aglomeração inorgânica de milhões de indivíduos isolados que competem entre si pela sobrevivência. Como consequência desta perda radical de sua qualidade estrutural (desestruturação), a base social deixou de ser uma força inteligente para suceder em massa informe, suscetível de ser facilmente manipulada, como de fato acontece diariamente. Eis que assistimos desolados a este verdadeiro desmoronamento, no que um sistema tão altamente complexo e vibrante como o era aquele que identificávamos como povo termina desintegrado e convertido em uma ruína, miserável por um processo regressivo incompreensível e doloroso.

Enquanto isso, as cúpulas se dedicam a fazer seu negócio com uma infável irresponsabilidade, sem sequer entender o que está acontecendo sob seus próprios narizes e com o único propósito de manter a situação social controlada, coisa que será cada vez mais difícil na medida em que vá aumentando a pressão cega das energias humanas transbordadas e sem direção. O povo, aquele por quem essas cúpulas dizem esforçar-se e pôr no centro de suas insônias, em realidade foi abandonado por elas e arrojado à intempérie, no áspero páramo do natural, de onde o tiram transitariamente quando precisam legitimar-se graças a seu apoio. O povo, único objeto e sujeito do quefazer social, convertido em um farrapo e obrigado a mendigar o que lhe corresponde em pleno direito.

É possível que, para muitos, este seja um olhar obscuro demais e, por isso, até insuportável. Mas é um olhar genuíno e valente para ver o que todos parecem querer ocultar: que uma democracia simplesmente não pode existir se não se sustenta em um povo forte e solidário, em um tecido social vigoroso, em uma participação real da comunidade nas decisões conjuntas, na colaboração mais que na concorrência. É responsabilidade dos governos o pôr as condições sociais para habilitar essas vias de expressão popular e não restringi-las cada vez mais, em benefício de uma ordem imposta artificialmente de acima. A verdadeira ordem social é o resultado último da enorme complexidade do fenômeno humano coletivo e se radica na existência de organizações de base bem constituídas e diferenciadas, em uma participação permanente da população e em um projeto conjunto que convoque à convergência. Se

não se derem, como mínimo, estas três condições, a democracia se torna uma forma vazia, um vocábulo sem significado para emperiquitar os discursos. Como dizem no campo, um ovo gorado.

Entretanto, as cúpulas dirigentes, adequadamente “estimuladas” pelas minorias econômicas, fizeram justamente o contrário: ficaram-se com o poder destruindo tudo o resto. Agora se vangloriam de sua vitória pírrica como se fora a máxima conquista do maquiavelismo estatal, sem advertir que elas também formam parte do mesmo processo entrópico e não se livrarão de terminar arrastadas pela desordem geral que colaboraram a espalhar. Ao observar, uma vez mais, o absurdo que parece avançar e estender-se irremissivelmente sobre as construções humanas não podem deixar de recordar ao Sísifo, empurrando sua rocha para o cume, mas sempre voltando a cair e recomeçando a ascensão. Será, de verdade, possível modificar esta persistente tendência ao caos e corrigir intencionalmente o rumo do processo, para benefício de todos? Os humanistas acreditamos firmemente que sim.

Em uma democracia real, o povo é protagonista.

Mas não podemos esperar que uma resolução tão radical provenha das cúpulas, cegadas pelo brilho do ouro ou distraídas em sua própria conveniência. Embora há algumas experiências em curso que poderiam reivindicar às esferas do poder, não estamos ainda em condições de assegurar o êxito de ditas tentativas, embora o desejamos ferventemente. A resposta tem que vir dos povos, que renascerão de entre suas cinzas como o Ave Fênix. Esses mesmos povos, pisoteados pelas tiranias, maltratados pelos poderosos, traídos por seus dirigências e extenuados pela dura exigência vital, levantar-se-ão desde sua atual prostração para construir uma ordem nova, talvez nunca antes tentado a esta escala na história humana.

Sempre que se fala de democracia, a associa obrigadamente à representatividade, como se existisse ali uma fronteira infranqueável para a imaginação, que parecesse não atrever-se a ir além desses limites. Por sua parte, a classe política, temerosa de ser deslocada ao baú das lembranças, encarrega-se de reforçar essa vacilação martelando sem pausas a respeito da impossibilidade de governar sem partidos nem representantes. Mas, como já o temos dito antes, o humano é histórico e por isso sempre está em processo, é um contínuo suceder. Toda construção humana se verá sempre impulsionada para uma inesgotável metamorfose e nada ali pode ser considerado como definitivo. É

assim que aquelas soluções a determinados problemas sociais que foram úteis em um momento histórico, deixarão de sê-lo quando as condições mudem e será necessário procurar novas respostas. Se em épocas de covardia como a nossa se tende a esconder a cabeça e se aspira inutilmente a cravar a roda da história, uma mudança de mentalidade implicará reconciliar-se com a transitoriedade e assumir as dificuldades como um desafio permanente. Então, que inovações seremos capazes de propor para superar esta dura prova que enfrenta hoje a democracia?

Quando os partidos políticos afundavam suas raízes nas correntes subterrâneas que atravessam aos povos, recolhendo e expressando as distintas sensibilidades coletivas que estavam em jogo, então tinham legitimidade e reconhecimento social. Mas quando, literalmente, desarraigaram-se desse solo nutriente que lhes dava a vida e só lhes interessou o poder, perderam para sempre sua autoridade como intérpretes e porta-vozes da realidade social, que era seu único capital político. Então, esses referentes se converteram em máquinas eleitorais produtoras de funcionários públicos e abandonaram o vínculo direto com aqueles povos e seus problemas, para optar por uma relação intermediada (Ou seja, utilizando *unicamente* os meios de difusão maciços). Dita forma de comunicação é eminentemente manipuladora, dado seu caráter unidirecional: os candidatos podem falar com povos que permanecem mudos (salvo pelas pesquisas, que hoje se converteram em sua única voz, apesar das suspeitas de manipulação também associadas a esse meio). Além disso, para montar campanhas eleitorais eficientes, essas máquinas necessitavam sempre mais e mais dinheiro e em sua insaciável avidez se incubou a traição, porque deveram negociar o acesso a esses recursos com o poder econômico, com o poder político ou com ambos. A institucionalização do “lobby” por parte de minorias poderosas e o clientelismo político na base social são algumas das deformações que a democracia representativa foi experimentando em sua derrota.

As enormes distorções do espírito democrático são tão evidentes que todas as tentativas para recuperar as confianças através de re-acomodos políticos cupulares estarão sempre poluídos por sua proximidade ao poder e não farão mais que corroborar a eterna má fé das elites, que pretendem manter sua posição privilegiada a qualquer preço. Ao sair eleita, em 1989, a deputada humanista chilena Laura Rodríguez manifestou que sua conduta política seria “*de cara ao povo e de costas ao Parlamento*”³⁴, consignando

³⁴ *A quem queira escutar*. Laura Rodríguez. Edições Chileamérica, CESOC. Chile, 1994.

com clareza a direção de seu olhar. Como se pode ver, a sua foi uma conduta exatamente oposta a que acostuma ter um político tradicional, que se hipnotiza com o poder esquecendo a seus eleitores... até a próxima eleição. O localizar-se sempre do lado da gente lhe custou mais de um conflito com os “barões” da Câmara, quem a acusaram de rebaixar a dignidade parlamentar, sem que nunca ficasse claro exatamente a que se referiam com aquela acusação. O curioso é que essa convocação da deputada humanista, que deveria constituir a norma em uma democracia autêntica, aparece hoje como uma exceção elogiável. Que mal estamos!

Em realidade, a democracia recuperará sua alma quando o povo deixe de ser simples comparsa e volte a ser o protagonista. Mas essa energia coletiva vai manifestar-se em plenitude só quando dita participação seja sinônimo de decisão, coisa que se fará efetiva se ficarem em marcha certas transformações de fundo ao sistema democrático orientadas a transpassar à comunidade organizada níveis de decisão cada vez mais altos. Silo, um dos criadores do pensamento do Novo Humanismo, tem dito:

“O ponto é que à progressiva descentralização e diminuição do poder estatal deve corresponder o crescimento do poder de tudo social. Aquilo que autogeste e fiscalize solidariamente o povo (sem o paternalismo de uma facção), será a única garantia de que o grotesco Estado atual não seja substituído pelo poder sem freio dos mesmos interesses que lhe deram origem e que lutam hoje por impor sua prescindência”³⁵.

Se, em outro momento, as dificuldades operativas podiam servir de justificação para inibir estas mudanças, hoje os avanços da tecnologia informática permitem uma administração eficiente e segura de tais processos de participação coletiva permanente.

A fórmula de um Estado forte e um povo débil desembocou fatalmente nos totalitarismos estatais que esmagavam a liberdade através da violência institucional. Um Estado débil e um povo débil geraram um vazio de poder que permitiu a irrupção de um ilegítimo estado paralelo em mãos do poder financeiro internacional, que mantém “sequestradas” às sociedades mediante a imposição de condições de violência econômica generalizada. Um Estado e um povo fortes estariam em situação, ao menos, de neutralizar ao paraestado e poderiam estabelecer entre eles um equilíbrio dinâmico de poderes. Mas, na medida em que as comunidades adequadamente coordenadas vão

³⁵ *Obras Completas, Vol. 1. Humanizar A Terra. A Paisagem Humana.* Silo. Editorial Plaza y Valdés. México, 2004.

aumentando seu poder real, o domínio estatal diminuirá proporcionalmente e a organização coletiva se irá aproximando cada vez mais ao ideal de uma democracia direta, tantas vezes descrita pelos sonhadores de todos os tempos, da Atenas do século do Péricles em diante. E quando os povos sejam capazes de tomar *todas* as decisões em relação a aquilo que os inclui diretamente, então a liberdade deixará de ser uma mera palavra para converter-se em realidade social, longamente desejada e duramente conquistada.

Apêndice

Não há destino que não se vença com o desprezo.

Camus (O mito do Sísifo)

Embora seja uma verdade difícil de sustentar para aquelas consciências ofegantes de absoluto, os processos humanos parecem evitar sempre qualquer forma de determinismo. O progresso infinito próprio do otimismo da Ilustração foi uma bela quimera brutalmente desmentida pela barbárie que caracterizou ao século XX³⁶. As predições do materialismo histórico (presuntuosamente científico) anunciadas pelo marxismo, tampouco se cumpriram³⁷. O cacarejado “fim da história” associado ao pragmatismo neoliberal não tem mais realidade que a de ser uma figura vistosa, funcional à manipulação da mídia exercida a pasto por estes setores³⁸. A única predestinação que ainda fica em pé e se eleva como uma nuvem sombria sobre o futuro imediato da humanidade é a ameaça da entropia final, a respeito da qual temos vindo advertindo ao longo de toda nossa reflexão.

Se for falso que a travessia humana consista em uma ascensão perpétua, ou em um determinismo de trajetória ao modo da física clássica, ou em uma inaudita suspensão do suceder, então significa que existem ciclos. sempre, os historiadores procuraram caracterizar com rigor esses grandes períodos históricos e determinar o momento no que se encontra sua época. Se por acaso ainda não ficou claro, nós estimamos que a nossa é a sala de espera da decadência que começa a afetar a esta soberba civilização tecnológica a qual pertencemos. Significa isto que dito processo é inevitável e então sempre se termina cumprindo fatalmente alguma forma de determinação? Não. Esses ciclos podem constituir *tendências*, que põem certas condições entre as quais devemos escolher, mas em nenhum caso definem um curso inexorável para os acontecimentos. Se

³⁶ "L'espèce humaine marche d'un pas ferme et sûr dans la route da vérité, de la vertu et du bonheur." Condorcet (1743-1794) ("a espécie humana caminha a passo firme e seguro pela rota da verdade, a virtude e o bem-estar").

³⁷ Referimos a sua concepção determinista do processo histórico e à predição de uma revolução inevitável... que nunca se consumou.

³⁸ Há que dizer que o senhor Fukuyama já não é tomado a sério por quase ninguém. Dá a impressão de que lhe bastou obter esse “reconhecimento” que, em seu livro, identificava como motor da ação humana, para desembarcar-se de sua escatológica teoria e começar a criticar aos que acreditaram nela, atividade a que hoje parece estar dedicado.

assim fora, então nada teria sentido e só ficaria abandonar-se estoicamente ao desabamento definitivo, como se fosse uma catástrofe natural.

O que justamente quisemos pôr em evidência são aquelas opções das que dispomos hoje. A história não é uma caótica e infeliz acumulação de acontecimentos nem tampouco uma mecânica, como nos quiseram fazer acreditar interessadamente distintos setores. A história é a expressão vibrante de uma busca coletiva, é o rumor subterrâneo da intenção humana esquadrinhando o futuro e tratando de construir certezas ao interior de uma paisagem desolada e incerta. Hoje existem algumas minorias poderosas que, para favorecer seus pequenos interesses, tentam trair aquele propósito legendário desumanizando o esforço conjunto e afundando-o no natural, com o qual só conseguirão acelerar a decomposição de todo o sistema. A única posição válida que cabe, frente a este grave desatino de uns poucos, é rebelar-se e voltar a conectar com o projeto humano básico que procura superar a dor e o sofrimento. Se isso acontece será porque a intencionalidade de indivíduos e povos se pôs em marcha de novo para corrigir o rumo do processo.

Os povos são os sujeitos da história. Se alguma vez o souberam, hoje parecem havê-lo esquecido e se converteram em objetos: a história, aparentemente, faz com eles o que quer. Nosso propósito é ajudá-los a lembrar.

Segunda Parte: A transformação social

6. O ser humano, esse desconhecido

De ninguém estamos mais longe que de nós mesmos.

Nietzsche

A desobediência abriu a rota.

Um dia qualquer, entre 1.000.000 a 500.000 anos atrás. O cheiro do ozônio no ar denso do estepe africano e os enormes corpos de nuvens obscuras que se estendem até o horizonte anunciam a tormenta. O grupo de hominídeos se encolhe sob uma cornija de pedra, esperando a chuva. De repente, um fulgor intenso e silenciosa rasga o céu, seguido quase imediatamente pelo aterrador estrondo que ricocheteia nos limites montanhosos do vale. A luz celeste se estrela contra uma enorme árvore seca, que se parte pela metade e começa a arder. O grupo se inquieta porque o fogo está muito perto e lhe temem, mas há alguns que contemplam fascinados as chamas que se elevam rapidamente a grande altura. Um deles (homem ou mulher, não sabemos), desobedecendo ao imperioso mandato de seus instintos que lhe gritam: *foge, afaste-se!*, Levanta-se e avança para o incêndio. Um ramo se desprende e cai aos pés do ousado curioso quem, em vez de retroceder, aproxima-se ainda mais até quase tocar o fogo. A suas costas se escutam as exclamações da tribo, que observa a cena em atitude quase reverencial. O hominídeo toma um pedaço de madeira aceso e o estuda cuidadosamente, experimentando com as variações de temperatura que registra segundo a distância à chama. Em seguida se volta e caminha para seus excitados congêneres, com o tição ardente na mão e um sorriso de triunfo no rosto simiesco.

Provavelmente, este não foi o primeiro ato de rebelião contra a natureza, mas sim o mais significativo já que determinou profundamente o processo posterior. Todos conhecemos a importância que tem tido o domínio das altas temperaturas no desenvolvimento das distintas culturas. Como todos os animais, os hominídeos também padeceram um temor sacro para o fogo. Isso é o meritório e o interessante. Haveria de colocar-se nessa cabeça, com um cérebro que tem a capacidade cúbica de uma laranja, que vê o fogo e lhe dá voltas até animar-se e ir contra esse temor. Que interessante o circuito mental, aquele que faz que o ser humano se oponha ao que dita o reflexo condicionado!

A partir desta radical desobediência, o ser humano começou a distanciar-se de sua origem animal até chegar a substituir ao médio natural por um entorno eminentemente cultural, em um processo crescente de humanização. É o ato de Prometeo que, de acordo com a mitologia grega, rebela-se contra os deuses do Olimpo para favorecer com o fogo e outros dons à criatura que ele mesmo havia modelado: o ser humano. Muito acertadamente, o nome do titã, em grego clássico, significa *pré-visão* (Προμηθεύς, “que vê antes”), Ou seja, capacidade de antecipação: tinha emergido, das profundidades de uma consciência ainda obscura, aquela aptidão exclusivamente humana capaz de romper com a resposta reflexa animal, para adiantar-se ao futuro e dirigir suas ações para uma imagem ainda inexistente no mundo. De improviso, como uma descarga elétrica, manifestaram-se a *intenção* (tender para) e o *projeto* (lançar para frente). A irrupção deste ato de consciência e de seu objeto recíproco, mudou para sempre o destino do mundo³⁹.

Daí em diante, o artificial se opõe e substitui ao natural em todos os âmbitos, incluído o próprio corpo. Seguimos as palavras de Spengler:

*“O homem arrebatado à natureza o privilégio da criação. A vontade livre é já um ato de rebeldia e nada mais. O homem criador tem-se desprendido dos vínculos da natureza; e a cada nova criação afasta-se mais e é cada vez mais hostil à natureza. Esta é sua história universal, a história de uma dissensão fatal, que, incoercível, progride entre o mundo humano e o Universo; é a história de um rebelde que, desprendido do claustro materno, eleva a mão contra sua própria mãe”*⁴⁰.

No outro extremo da história, diz-se que Einstein começou sua investigação a partir de uma pergunta que se formulou quando ainda era um escolar: Como se verá o mundo se a gente vai montado em um raio de luz? Aquela busca prematura também respondeu à desobediência original e, daí, o científico alemão desenvolveu toda sua teoria, revolucionando a física e também a vida de todos nós. Tal parece que toda investigação e, portanto, todo descobrimento, sempre arrancam de uma insaciável curiosidade. Olhar ao mundo como se fora um território virgem sempre aberto à investigação e o

³⁹ Embora o dramatismo narrativo nos levou a acentuar a emergência do humano como um ponto de ruptura em relação ao mundo natural (o “ato prometeico”), em estrito rigor isto não é assim já que formas primitivas de intencionalidade também se apreciam no mundo animal, fato que dá conta do processo contínuo da vida para um aumento de sua complexidade.

⁴⁰ “Der Mensch und die Technik” - München 1931. Oswald Spengler.

descobrimento é uma atitude tipicamente humana, desde aquele momento de sua evolução em que se aproximou do fogo em vez de afastar-se dele, como lhe indicavam todos seus instintos animais.

E deve ter sido nesse mesmo momento, quando o ser humano conseguia desprender-se daqueles laços instintivos que o atavam a uma natureza submetida a lentas modificações genéticas, que surgia também a liberdade, já que pela primeira vez deixava de estar encadeado a respostas únicas e automáticas. Agora podia *diferir essas respostas*, desdobrando ante si uma variedade de opções a escolher. Mas tão enorme ampliação do horizonte de possibilidades trouxe consigo a necessidade de fundamentar o alcance e os limites dessa autonomia; então apareceram a ética e a moral, que procuravam regular a difícil interação entre muitos indivíduos livres. Ali começou também a luta pela liberdade, já que toda escravidão e todo extermínio sempre têm-se justificado mediante o recurso ilegítimo de *desumanizar* a quem quer-se submeter ou eliminar. Para isso, é necessário voltar a submergi-los no natural, negando-lhes a capacidade intencional e assim todo direito a exercer sua liberdade. A história está cheia de episódios que dão conta dos múltiplos métodos utilizados por distintos grupos para anotar o humano e justificar a opressão e o assassinato, que vão da aplicação da violência física mais brutal até as formas mais sofisticadas de manipulação.

Em coerência com estas definições e de acordo com o propósito inicial de nossa reflexão, agora podemos dizer corretamente que a raiz de toda violência social e de toda infelicidade individual está no exercício ilegítimo do poder de alguns seres humanos sobre outros, porque para exercê-lo é necessário objetivar a essas pessoas, arrebatando-lhes o direito a desdobrar sua intenção sobre o mundo para transformá-lo. Em poucas palavras, para dominá-los há de convertê-los em coisas, em objetos sem intenção. Mas quem desumaniza a outros também se desumaniza a si mesmo. Por isso, a eliminação definitiva da violência só se alcançará quando formos capazes de desarticular aquelas estruturas sociais que fazem possível qualquer forma de concentração do poder e, portanto, qualquer forma de dominação.

Contudo, esta visão do humano é algo muito recente, que não tem mais de 100 anos. Primeiro foi a fenomenologia e logo o existencialismo, se colocaram a necessidade de ir além do positivismo décimo-nônico para caracterizar ao fenômeno psíquico e descreveram a subjetividade como uma dimensão nova, que escapava a qualquer análise

que utilizasse os métodos de conhecimento aplicados ao mundo físico. Até esse momento chave se seguia considerando ao ser humano, no melhor dos casos, como um “animal racional”, de acordo com a velha concepção aristotélica. Por certo, o Humanismo Universalista se considera o herdeiro e legítimo continuador daquelas lúcidas tentativas por agarrar o que não pode ser tomado, por alcançar o inalcançável, por descrever o indescritível⁴¹.

Pode que a muitos estas precisões pareçam inúteis e longínquas. Porém, já temos advertido das conseqüências que podem derivar-se de uma ou outra concepção do humano no exercício do poder. Vejamos agora alguns exemplos em outros âmbitos. Em muitos países existe uma forte controvérsia respeito de se o embrião devesse ser considerado vida humana ou só vida biológica. O mesmo acontece com a eutanásia: pode alguém decidir sua própria morte se, por causa de algum impedimento irreversível, não está em condições de desdobrar sua intenção no mundo e realizar-se plenamente como ser humano? Sem dúvida, trata-se de temas difíceis e dolorosos para todos porque estão carregados de culpabilidade. Por isso mesmo, as sociedades não deveriam evitar a discussão de fundo, ou seja: quando começa (ou termina) a vida humana. Se aceitarmos que esta forma tão particular de vida já se encontra completamente definida desde e pela corporalidade, se a estaria enunciando desde o mais externo, sem consignar-se com exatidão que aspectos a diferenciam de outros “tipos” de corpo. Nesse caso, teríamos muitíssimos problemas para precisar seus limites. Por sua vez, se a estabelecermos a partir desta exclusiva e única *atividade de consciência* que temos tratado de descrever (Ou seja, desde sua interioridade), o humano sairá à luz em toda sua originalidade e grandeza. Se consciência e mundo estão essencialmente entrelaçados em uma estrutura indivisível, pode falar-se de vida humana plena ao faltar algum de ambos os fatores? Deixamos apresentadas estas perguntas para contribuir à discussão, dado que hoje,

⁴¹ “Mas há outro sentido do humanismo que significa nisto fundo: o homem está continuamente fora de si mesmo; é projetando-se e fora de si mesmo como faz existir ao homem, e, por outra parte, é perseguindo fins transcendentais como pode existir; sendo o homem este transbordamento mesmo, e não captando os objetos mas sim em relação com este transbordamento, está no coração e no centro deste transbordamento. Não há outro universo que este universo humano, o universo da subjetividade humana. Esta união da transcendência, como constitutiva do homem – não no sentido em que Deus é transcendente, mas sim no sentido de transbordamento- e da subjetividade no sentido de que o homem não está encerrado em si mesmo mas sim presente sempre em um universo humano, é o que chamamos humanismo existencialista. Humanismo porque recordamos ao homem que não há outro que ele mesmo, e que é no desamparo onde decidirá de si mesmo; e porque mostramos que não é voltando-se para si mesmo, mas sim sempre procurando fora de si um fim que é tal ou qual liberação, tal ou qual realização particular, como o homem se realizará precisamente em quanto a humano”. *O Existencialismo é um Humanismo*. J. P. Sartre. Editorial Losada. Buenos Aires. 2002.

devido às infinitas possibilidades que propõem os progressos da engenharia genética, tem-se aberto novas e complexas interrogantes. Mas demarcamos que as respostas só poderão alcançar-se se conseguirmos construir acordos em torno da concepção de ser humano.

Determinismo e liberdade.

O marxismo concebeu ao processo humano como o resultado de forças evolutivas mecânicas e deterministas (e por isso, abordaram a realidade social de uma óptica que definiam como “científica”). Para essa visão, tão própria da paisagem cultural europeia do século XIX, o ser humano (a mente humana) era um simples reflexo daquela grande dinâmica processual e, como tal, um fenômeno secundário e periférico. Pois bem, embora respeitamos profundamente as tentativas daquela corrente por transformar à sociedade para corrigir as escandalosas desigualdades que incubava em seu interior, não podemos fechar os olhos diante da visão de milhares de vidas individuais sacrificadas entre as frias engrenagens daquela maquinária gigantesca⁴², tal como o mostrou o grande cineasta inglês Charles Chaplin em um de seus filmes⁴³. Essa monstruosa massacre só pôde ser possível pela posição secundária em que se localizou ao ser humano e pela grotesca coisificação a que se o submeteu. A sua vez, o neoliberalismo, que também tem sua origem no mesmo ambiente cultural, vá à sociedade como um ecossistema natural mais e ao ser humano condicionado por impulsos instintivos ineludíveis. É um olhar zoológico que também naturaliza ao ser humano, e já temos descrito extensamente o silencioso e atroz extermínio que se deriva dela, ao impor a crua sobrevivência individual como único critério de validação social.

Entre a mecânica e a zoologia, o humano como interioridade não aparece por nenhuma parte (haverá que inventar no futuro uma nova ciência, a humanologia?). Tanto as utopias totalitárias de começos do século XX, como a anti-utopia de começos do século XXI objetivam ao ser humano porque lhe negam esse atributo essencial para defini-lo como tal: a liberdade. Se a subjetividade for simples reflexo das condições objetivas ou

⁴² Em rigor, a concepção do processo histórico de Marx sucede em materialismo dialético primeiro com Engels, logo com Lenin para ser entronizado definitivamente por Stalin em seu famoso opúsculo “*Materialismo dialético e materialismo histórico*”. É assim que a localização periférica do ser humano não provém de Marx mas sim dessas interpretações posteriores.

⁴³ Trata-se do filme *Tempos Modernos* (1936).

resposta reflexa às pressões de um meio hostil, então a liberdade não é mais que uma palavra vazia. Os extremos se unem por sua base.

Digamos então que —para surpresa de alguns— não temos nenhum problema com um ou outro “modelo”, entendidos como espertezas técnicas para resolver determinados problemas sociais, mas sim os temos com as ideologias que esses modelos levam de contrabando, porque elas se convertem nos fundamentos teológicos de uns poucos para ocultar o humano e, desse modo, exercer um domínio ilegítimo sobre o conjunto. Eis onde está a raiz de toda violência e de todo sofrimento, já seja individual quanto social. Em realidade, somos felizes quando podemos ser livres e, ao contrário, afundamo-nos no sem-sentido e o absurdo quando nossa liberdade se vê reprimida pela força ou, pior ainda, negada por alguma forma de manipulação ideológica. É por isso que, por exemplo, rebelamo-nos contra a morte, essa grande negadora. Para o Novo Humanismo, o núcleo da dignidade humana está em sua liberdade. Por certo, não estamos falando da “liberdade” para comprar um ou outro refrigerador mas sim do direito a afirmar ou negar as condições nas que nos toca viver e do direito a desdobrar atos intencionais para mudar ditas condições.

Desde este olhar, não é necessário esperar que se cumpra nenhuma condição objetiva para atuar: *só depende do que estejam acreditando (ou desacreditando) os povos em um momento dado*. Então, volta-se central a pergunta sobre o que é o que querem os seres humanos do futuro, isto é, as novas gerações. Imaginamos que, sobre tudo, querem ser sujeitos e não objetos da história, que é o mesmo que dizer: querem ser livres. Porque não parece haver uma grande diferencia entre estar determinados por uma natureza humana ou por uma mecânica histórica. O que prefere: força ou fuzilamento? *Sair do campo da necessidade ao campo da liberdade por meio da revolução é o imperativo desta época em que o ser humano tem ficado enclausurado*.

Sem dúvida que a revolução mais importante hoje em dia é humana, mais que política ou social, porque já conhecemos os horrores que resultam de uma concepção errada (interessada ou não) do humano. Humanizar-se significa tomar consciência da própria liberdade e pô-la em marcha em uma direção transformadora do mundo. E se o ser humano não assume seu papel protagônico na história, esta tende a comportar-se como um sistema natural afeto à entropia, que é o que está acontecendo hoje. O determinismo do natural está presente no darwinismo do atual modelo. O determinismo histórico, na

mecânica da desestruturação. Esses condicionamentos só poderão superar-se pela via do despertar intencional dos indivíduos e os povos, o que acontecerá exatamente no momento em que deixemos de acreditar que somos o que não somos: peças de uma grande máquina ou animais bípedes em luta pela sobrevivência.

Ao final de qualquer análise se chega sempre ao mesmo: os seres humanos somos uns eternos rebeldes e quando essa rebeldia desaparece, como acontece no mundo de hoje, o humano se dilui. Rebelamo-nos contra tudo aquilo que nos negue e rechaçamos qualquer forma de determinação que pretenda nos forçar a obedecer, já seja a natureza, a dor, a morte, os deuses ou, com maior convicção até, os outros seres humanos. Como é que temos podido nos tragar, durante tanto tempo, estes truques de prestidigitadores baratos para encobrir o humano e sufocar a rebelião? Se conseguimos ultrapassar este momento escuro que nos toca viver será porque se haverá instalado à liberdade como centro da vida social. Então, surgirá uma ética da liberdade, uma psicologia da liberdade, uma economia da liberdade, uma organização política da liberdade, uma religião da liberdade, uma arte da liberdade e nenhum determinismo nem natureza poderá esgrimir-se para deter esse desdobramento.

O primado do futuro.

Como se sabe, para a mecânica clássica o que importa é o passado: Caso se conhecerem com exatidão as condições de origem de qualquer fenômeno, é possível prever com precisão matemática seu comportamento futuro, que não será mais que um efeito daquelas causas. Para o animal, o que importa é o presente, oprimido como está pelas urgentes demandas da sobrevivência e condicionado por uma bateria de reflexos programados para responder a esses requerimentos. Para o ser humano, por sua vez, o tempo que manda é o futuro: ali se encontram os significados, que o sugam como ímãs poderosos e qualquer modificação que efetue naquela distante paisagem hiperbórea⁴⁴ reordenará instantaneamente seu comportamento presente e a apreciação de seu passado. Aqui não há nada parecido a uma trajetória predefinida nem tampouco áspersos reflexos condicionados mas sim pura probabilidade e radical abertura. Quanto mais duração no tempo alcancem aquelas imagens e quanto maior seja sua resistência à expiração, mais intensos serão os registros de sentido que projetem e, portanto, máxima

⁴⁴ Para os gregos, o Hiperbóreo era um lugar mítico se localizado “além do norte”, de onde todos os anos, ao começar a primavera, retornava o Deus Apolo a sua morada no oráculo do Delfos.

será a potência com que cumpram sua função orientadora da ação. Também, possuirão os melhores atributos para convocar à convergência.

Então, de acordo com como sejam as imagens desse futuro, assim serão as ações do presente. E se essas imagens futuras têm como máxima projeção temporária o momento da própria morte, isso gerará um tipo de ações, limitadas também por esse fato fático. Mas imaginemos por um momento que cada indivíduo é capaz de ter imagens que vão muito além de sua morte individual, do desaparecimento de seu corpo. Imaginemos que essas imagens surgem da rebelião frente a esse ilusório final, que estão no futuro longínquo como fortes aspirações ou propósitos a obter, além do aparente limite do desaparecimento do corpo. Que força alcançariam essas imagens, que capacidade de mobilização individual e social podem chegar a ter!

Embora ainda subsistem minorias interessadas que, como famintas aves de rapina, mantêm-se obstinadas ao cadáver de um mundo que já se foi, é claramente evidente que o determinismo décimo-nônico em qualquer de suas variantes experimenta os últimos estertores de sua agonia. As distintas disciplinas (salvo, talvez, a economia) foram abandonando o paradigma do racionalismo cientificista, mas não para precipitar-se à irracionalidade mas sim para construir uma racionalidade mais ampla, capaz de incluir nela ao infinito universo da subjetividade humana e suas mais íntimas motivações. A física, a psicologia, as ciências sociais já começaram a revisar suas convicções à luz desta inextinguível “vontade de sentido”⁴⁵ que impregna e sustenta a todo o humano. Gostaríamos de transmitir palavras de esperança a quem ainda se sente preso “*entre uma fria mecânica de pêndulos e uma fantasmal óptica de espelhos*”⁴⁶ e dizer-lhes com sincera convicção: O futuro está aberto! O pesadelo esmagante do imutável começa a ficar atrás e nosso olhar dançarino pode agora deslizar-se sem travas para o desconhecido. Tudo está por fazer e só falta que estejamos disponíveis para responder ao chamado da história. A fim de contas, trata-se de nossa própria história.

É desde este olhar que nos atrevemos a afirmar enfaticamente: não serão as lutas reivindicativas as que mobilizem aos povos mas sim a coincidência em uma imagem

⁴⁵ Termo utilizado pelo psiquiatra austriaco Vitor Frankl (1905-1997) para explicar a raiz das motivações humanas, em contraste com o Freud (1856-1939) que as fazia arrancar da vontade de prazer e Adler (1870-1937) quem as derivava da vontade de poder.

⁴⁶ *Obras Completas, Vol. 1. Humanizar A Terra. A Paisagem Interna.* Silo. Editorial Plaza y Valdés. México, 2004.

do futuro querido; nela encontrarão a força necessária para romper com o naturalismo e a coisificação que hoje os escraviza. Aqui radica nossa fundamental divergência com a esquerda histórica. Para nós, a revolução não passa necessariamente por exacerbar as contradições sociais para gerar certas “condições objetivas” que precipitem “mecanicamente” o processo em uma direção determinada, nem pela “acumulação de forças”, nem pela construção de “eixos”. Toda esta pesada fraseologia, própria de uma concepção mecanicista associada a relações de causa e efeito, não tem nada a ver com o humano e já está demonstrado que se trata de explicações erradas, por isso deveriam ser profundamente revisadas se é que quer-se trabalhar seriamente na transformação da sociedade. A revolução é um significado, uma direção, um sentido que só pode encontrar-se no futuro e se aspirarmos a liderar os processos sociais que se estão por vir, devemos ser capazes de abrir para todos aquela dimensão do tempo.

Como já o temos dito, sabemos com certeza que a mudança não se produzirá mecanicamente. Ao contrário, por pura mecânica ao interior de um sistema fechado, seguirão-se aprofundando os fatores da desestruturação, com o agravante de que, ao ser este um sistema global e único, não haverá nenhuma possibilidade de aceder a elementos diferentes fora dele para efetuar a superação do velho pelo novo, opção que sim existia na decadência de anteriores civilizações. Então, os efeitos desse processo poderiam chegar a ser até mais devastadores. Tampouco se produzirá por uma “ordem” do poder político para o resto da sociedade, dado que aquele é hoje só um instrumento do poder real, ao que nunca se atreveria a contradizer. Provavelmente, tampouco seja por uma “rebelião das massas”, como resposta catártica a uma acentuação da opressão e as contradições do sistema (quanto mais teriam que acentuar-se?...). Essa mudança se produzirá quando a intencionalidade dos indivíduos e os povos fique em marcha e corrija ativamente o rumo do processo. Mas a viabilidade de dita mobilização está ligada, necessariamente, a uma *transformação interna simultânea*: a modificação do sistema de crenças. Porque enquanto cada um se siga experimentando a si mesmo como um objeto passivo vapulado por forças incontroláveis (que é o que nos dizem que somos), não haverá intencionalidade em marcha nem mudança algum. Em definitiva, a mudança se produzirá quando se revalorize aquela condição humana de ser uma consciência ativa, cujo destino é sempre transformar-se e transformar as condições em que vive.

Em resumo, quisemos expressar que uma mecânica não pode ser combatida com outra mecânica. Propósito tão extraviado mais parece uma boa piada que uma tentativa real de condução. A revolução do futuro deverá superar o previsível movimento pendular de ação e reação, que se esgota em seu próprio desgaste, para conectar-se a essa inextinguível fonte de energia interior oculta *no que não está escrito*. Se antes se pretendeu, erradamente, fazer a revolução prescindindo da consciência humana, hoje a revolução é, antes que nada, um ato de consciência. O que o marxismo teve de sugerente para os grandes conjuntos foi a descrição daquela sociedade justa, solidária e bondosa do futuro, que se converteu em imagem querida e paradigma mobilizador para muitos. Mas o que terminou arruinando tudo foi sua atroz concepção da praxe revolucionária.

Se tivermos aprendido algo da história recente, os líderes ou guias dos novos tempos deveriam ser aptos para articular a mobilização social em torno da convergência para aqueles objetivos e aspirações comuns, intimamente acariciados. Este é um dos atributos que valoramos na liderança de Evo Morales. Outra das virtudes de sua condução é o uso da não-violência ativa como única metodologia de ação. Com todas as dificuldades que apresenta esta forma de luta, é a única que pode utilizar o humanismo, se quer ser eticamente coerente. Por isso, destacamos publicamente a proposta do Presidente boliviano, em ordem a incluir na nova Constituição de seu país um artigo que elimina a via armada como método para resolver os conflitos, exemplo que deveria ser seguido por todos os governantes do mundo.

Em muitas partes, a direita política quis apropriar do discurso do futuro, deixando às esquerdas atadas às reivindicações do passado. Embora dita estratégia teve um êxito momentâneo, já começa a cair por seu próprio peso que o “direitismo” minta porque só é capaz de oferecer mais do mesmo, o que terminou por desenganar às populações. Dado o enorme vazio que geraram, construir novas referências que, como faróis, iluminem o caminho é a urgente tarefa de hoje e de amanhã para os novos líderes.

A ondas da história.

À luz destas reflexões, não podemos esquivar a pergunta sobre o fato de que estejamos discutindo concepções que têm mais de cento e cinquenta anos, o que fica até mais acentuado pelo fundo de acelerado desenvolvimento tecnológico sobre o qual se efetua tal discussão. O que aconteceu, não houve nada interessante depois? A primeira vista,

parecesse estar-se cumprindo a tosca crença neoliberal sobre o fim da história. Contudo, ao observar o fenômeno com maior agudeza nos precavemos de que aquela não se deteve absolutamente mas sim, em rigor, *parecesse estar retrocedendo*. Efetivamente, na primeira metade do século XX floresceram algumas visões que propunham novas direções, mas não conseguiram penetrar na sensibilidade coletiva nem modificar os usos sociais. Uma daquelas últimas tentativas foi a revolução juvenil dos anos sessenta, a que finalmente derivou para caminhos destrutivos e auto-destrutivos como a droga ou a guerrilha, para terminar completamente desarticulada e absorvida pelo mesmo sistema que pretendia transformar. Hoje em dia, todos os movimentos contestatários se extinguíram e só o Humanismo Universalista, que surgiu mais ou menos na mesma época, conseguiu manter-se na vanguarda durante os últimos quarenta anos.

Como pode explicar-se este singular comportamento histórico, aparentemente regressivo? Se formos fiéis a nossa concepção de que a história não pode ser olhada desde fora, já que seu suceder dá conta de um processo interior, o da consciência humana, por que então essa consciência se acovardou e decidiu retornar a territórios que já parecia ter abandonado para sempre? Para responder a esta importante pergunta, precisamos entender como se move a história; deveríamos saber quem são os portadores desses novos significados sobre os que se constróem os avanços coletivos e também, de que maneira se efetua o processo através do qual tais valorações terminam impondo-se no conjunto social. A melhor explicação a estas interrogantes a encontramos no filósofo espanhol Ortega y Gasset e sua teoria das gerações como motor da história, depois ampliada por Silo ao cruzá-la com sua teoria da consciência.

Por certo, não pretendemos nos estender aqui sobre aquelas teorias, já suficientemente desenvolvidas por seus autores em diferentes escritos⁴⁷. Só diremos que, em algum momento de nossa história recente e por razões ainda desconhecidas, cessou a luta pelo poder (em sentido amplo e não só político) entre gerações contíguas. A partir desse fato, o processo humano pareceu ficar suspenso em um momento do tempo. Este fenômeno tem demonstrado várias coisas e também acende os alarmes entre aqueles que estamos preocupados com o futuro do ser humano.

⁴⁷ Para o tema das gerações em Ortega y Gasset, veja-se *O tema de nosso tempo* (1923). Para ampliar o tema da consciência em Silo, veja-se *Contribuições ao Pensamento*. Editorial Plaza y Valdés. México, 1990.

O primeiro que se comprova é que o suposto fim da história não é mais que um grosso erro de apreciação (uma “ilusão óptica”) derivado da confusão produzida por esta retirada das novas gerações. Em definitiva, a história nunca pode deter-se nem menos retroceder, mas existem momentos ao interior desse processo nos que a consciência humana se torna conservadora e tende a apoiar-se em modelos do passado para interpretar as novas realidades que lhe toca viver. Isto aconteceu muitas vezes antes e seja suficiente mencionar o exemplo do astrônomo pitagórico Aristarco de Samos, quem proclamou o heliocentrismo faz 2.300 anos, sistema que depois foi esquecido e substituído durante quase dois milênios por uma concepção monstruosa do universo, até que Nicolás Copérnico, um escuro cônego polonês, retomou o fio no ponto em que o tinha deixado o grego.

O outro que pode constatar-se se refere a que o movimento da história não é mecânico ou independente do humano, mas sim intencional. Essa intencionalidade se faz visível (e também a dinâmica histórica que coloca em marcha) quando uma geração contradiz a que está no poder e luta por deslocá-la para impor sua própria paisagem. Basta com que dita oposição cesse para que a história pareça retroceder, embora por certo as que retrocederam são as gerações. Para dizê-lo com imagens, as gerações são como as ondas que açoitam o litoral e o vão transformando, ao tempo que se substituem umas a outras nessa tarefa incessante; só que aquelas “ondas” não são movidas por uma força mecânica, física, externa que as empurra, mas sim por uma imagem interna que as atrai do futuro. Se o natural evolui através do lento aleatório biológico, o humano, que é histórico, evolui por ação da intencionalidade das gerações, expressada na dialética que se estabelece entre elas.

Esta visão é coerente com o que viemos sustentando respeito de que todo o humano se constitui a partir de sua particular atividade de consciência: o ato intencional de discussão com o estabelecido e um projeto de transformação do mundo, que emerge como objeto de dita intenção. Quando essa autêntica *estrutura* que conformam a consciência e o mundo se rompe, já seja porque não há discussão das condições sociais ou não existe tal projeto transformador, o humano se vai apagando rapidamente e, enquanto o indivíduo experimenta aquela ruptura como *sem-sentido*, a sociedade tende a perder seus atributos e degradar-se para um estado natural. Isso é o que acontece quando os jovens som premeditadamente excluídos do processo social, impedidos de exercer o

protagonismo que lhes corresponde e forçados a replegar-se para o pessoal; com o qual, aquelas paisagens novas que traziam em seu interior não podem calçar no mundo, porque renunciaram a lutar por impô-los. Ao perder sua historicidade, as sociedades decaem, degeneram e se desumanizam, tal qual o estamos vendo no mundo de hoje.

A mobilização juvenil que se produziu no Chile a começos do ano 2006 (chamada “revolução dos pingüins”), demandando melhoras estruturais na educação, constituiu um sinal alentador do despertar daquela dialética e, muito especialmente, porque as formas de ação utilizadas foram eminentemente não violentas. É muito interessante revisar, embora seja resumidamente, o desenvolvimento dos acontecimentos e o tratamento que deu o governo chileno a essas manifestações. A primeira resposta do executivo foi desqualificar ao movimento e a seus jovens impulsores, instando-os a voltar às aulas e a confiar nas autoridades; “vocês são muito jovens e não sabem dos sérios esforços que estamos fazendo por melhorar sua educação”, diziam-lhes. Mas o movimento continuou e cresceu. Os jovens começaram a sair à rua levantando a voz por suas demandas. Então veio a segunda resposta clássica: a repressão. E esta vez, foi a mais dura que se viu no Chile desde o fim da ditadura. O país inteiro foi testemunha do dantesco espetáculo de policiais arrastando pelos cabelos a jovens estudantes que pediam pacificamente uma melhor educação. Tal foi o grau de violência policial que a mesma presidenta da república ordenou a destituição do oficial a cargo das forças repressoras. Mas a repressão tampouco funcionou e a mobilização seguiu crescendo. Então os jovens, em uma resposta inesperada, fizeram o vazio à violência que recebiam, abandonaram as ruas e se tomaram os colégios; primeiro cinco, na manhã seguinte trinta e, em poucos dias, mil colégios estavam em mãos dos “pingüins” (mote que alude à uniforme dos estudantes, de certo parecido à cor destas aves). O governo, ultrapassado pela decisão dos jovens, avançou a seguinte tática conhecida: recorreu ao “talão de cheques curto”, muito utilizado pelo predecessor de Bachelet, que consiste em atirar umas poucas moedas e algumas modificações secundárias, sem tocar o núcleo do problema, ou seja, a Lei Orgânica Constitucional de Educação (L.O.C.E.), Assinada pelo General Pinochet o último dia da ditadura. Através dessa lei se transpassou a educação ao setor privado, convertendo-a em fonte de rentáveis negócios. Os estudantes, membros de uma nova geração que está despertando, analisaram e rechaçaram a oferta do governo, compreendendo muito bem que nela se aninhava o clássico esquema de oferecer algo para não mudar nada, dilatando o problema para mais

adiante. Então, chamaram uma parada nacional e o executivo se viu forçado a entender que devia mudar de atitude. Assim, depois de três erráticos meses, finalmente se começou a avançar na direção correta ao abrir espaços de participação aos jovens em uma comissão supostamente resolutive para tratar o tema. Mas esta última não é a conduta habitual do poder estabelecido.

As atuais minorias no poder, que não parecem interessar-se por estas complexidades, falam da participação juvenil mas se trata de um discurso hipócrita e colmado de má fé, já que não estão dispostas a ceder nem um só átomo do poder que administram. Digam o que digam, essa é a razão pela qual discriminam aos jovens ao negar-lhes sua capacidade intencional (a essência de qualquer discriminação) e com isso os estão empurrando a explosões catárticas iminentes, as que serão adequadamente reprimidas, tratando de manter tudo dentro dos marcos tradicionais da ação e reação.

Se se tem entendido o que temos exposto, chegou o momento de devolver aos jovens o protagonismo real na construção da sociedade e podemos começar por construir pontes sobre o abismo. Aqui não se trata de “gestos de boa vontade”, como queriam entendê-lo interessadamente os paternalistas no poder: as novas gerações são os “guardiães do tempo”, porque através de sua luta por instalar uma nova sensibilidade no cenário social, fazem andar a história. Só elas podem desarticular esta verdadeira armadilha no tempo em que nos colocou o capital financeiro internacional.

7. O fim da pré-história

A revolução é um estado de espírito.

Ortega y Gasset

Do paternalismo à auto-organização.

O filósofo alemão Federico Nietzsche (1844-1900) dizia que os gregos consideraram à esperança como o pior dos males, o mais genuinamente perverso, precisamente por essa sua propriedade para manter entretidos aos desventurados, de modo que não alcancem a dar-se conta da realidade de sua desgraça⁴⁸. Embora não compartilhamos esta postura extrema, citamo-la aqui para ilustrar uma conduta reiterada dos povos, que tendem a deixar-se enganar pelas manipulações das cúpulas e seus oferecimentos de um futuro promissor que nunca chega. Embora não estamos propondo, não, amputar essa enorme força interior que se aninha na esperança é preciso deixar de pô-la ali onde sabemos, por experiências repetidas, que vai-se frustrar: nas promessas das dirigências. Chegou o momento de que os povos rompam esse fatal encantamento e deixem atrás para sempre o velho hábito do paternalismo. Não podemos viver esperando dádivas que, como o maná bíblico, derramem-se graciosamente sobre nós das alturas do poder. Gostemos ou não, chegou a hora de fazer-nos cargo de nosso próprio destino e será melhor que o assumamos alegremente, porque isso é o que a história está demandando a gritos de nós.

O mais provável é que os tempos que vêm sejam muito caóticos neste nosso pequeno mundo. E não poderia ser de outro modo, dado que estamos assistindo à queda de uma civilização e ao surgimento, por primeira vez na história da humanidade, de uma nova civilização planetária. Mas não é necessário assustar-se se, em meio da alteração e as convulsões que anunciam esse nascimento, mantemos bem posto o olhar. Neste peculiar momento histórico, o único realmente perigoso é ficar a esperar as soluções de onde nunca poderiam vir, havida conta que nossos líderes, alucinados com o poder, nem sequer foram capazes de advertir o que está acontecendo realmente. É por isso que as comunidades se verão enfrentadas ao desafio de criar, elas mesmas, novas formas de organização na base social através das quais se possa compensar a desordem generalizada que se aproxima, evitando desse modo as conseqüências indesejáveis para

⁴⁸ Nietzsche, F., *O anticristo*, Editorial Alba. Madrid, 1996.

as pessoas que poderia arrastar uma situação tão traumática. O ponto é que há uma certa urgência e não podemos seguir adiando o momento de pôr mãos à obra sem correr o risco de ser ultrapassados pelos acontecimentos.

Nesta complexa circunstância, adquire novas ressonâncias a velha pergunta do Lênin: O que fazer? Se os povos já tivessem tomado consciência plena da necessidade real de atuar, que passos têm que dar para levar adiante seu projeto? Sem dúvida que o primeiro será tirar-se da cabeça a esmagante crença respeito de que o destino humano se resolve (ou não) pela ação de uma pura mecânica processual, sem intervenção humana. Esta falsa convicção, profusamente difundida pelos poderosos com o fim de inibir qualquer iniciativa que pudesse afetar seus desprezíveis negócios, tem feito muito mal ao processo histórico e aos seres humanos compreendidos nele. Tudo o que havemos dito até aqui vai na direção de desmentir esse dogma nefasto, de modo que os povos possam sacudir-se do imobilismo ao que se entregaram docilmente por décadas. É evidente que esse tem que ser o passo inicial.

Uma vez que consigamos nos pôr em pé, será necessário em breve prazo encontrar um novo tipo de organização, muito mais flexível e capaz de responder dinamicamente aos esforços que lhe exigirá a situação de instabilidade social generalizada. Certamente, alcançar os melhores atributos para essas novas *estruturas* sociais que haverá que levantar implicará variadas tentativas até que, pela via do efeito-demonstração, imponham-se aquelas que funcionem melhor. Embora não há nada definido ainda e todas as possibilidades estão abertas, estamos seguros de que essas novas orgânicas estarão muito longe da morfologia piramidal e hierárquica tão própria desta pré-história que queremos abandonar e superar. A mudança mental que se está produzindo deveria refletir-se nessas construções e o mais provável é que elas se caracterizem por sua horizontalidade, por uma total ausência de chefes que mobilizem aos conjuntos humanos de fora, posto que cada um dos indivíduos que conformem essas coletividades já teria avançado na tarefa de pôr em marcha seu “motor interno”. Então, as relações verticais de *subordinação* serão substituídas por uma rede de vínculos de *coordenação* entre funções diversas, sem um centro manifesto do qual, mais de algum, pudesse querer apoderar-se para governar a todo o conjunto (coisa que tende a acontecer freqüentemente na história). Em soma, certamente serão organizações mais próximas às

formas de articulação que encontra a vida que a umas geometrias ideais ou a vetustos racionalismos de escritório.

A modo de exemplo (e já que falamos de estruturas), trata-se de um processo que poderia comparar-se com o que seguiu a arquitetura medieval quando transitou das formas geométricas abstratas das Igrejas românicas (projetadas baseado em fórmulas que respondiam a uma visão preconcebida do mundo) para os desenhos orgânicos das imponentes catedrais góticas, que se elevavam por sobre as vilas qual insetos fabulosos eternamente vivos e cujas revolucionárias soluções construtivas, ao evidenciar as enormes força físicas que estavam em jogo, afirmavam uma realidade externa que até esse momento tinha sido negada. Tal como aconteceu naquela época remota, os novos “armados” também conterão o germe do mundo futuro e estarão sustentados em uma nova concepção de ser humano, que já começa a despontar. Nada por cima do ser humano e nenhum ser humano por cima de outro! Enquanto existam amos sempre existirão escravos, quaisquer sejam as formas de opressão que se utilizem. Por isso os humanistas não aceitamos nenhum amo: nem a Deus, nem ao Estado, nem ao Dinheiro, as três caras eternas do Poder. Em sua substituição, propomos avançar para modos de autogestão popular que impeçam, desde sua gênese, qualquer forma de dominação. A mudança verdadeira não é a substituição de um poderoso por outro, de um dominador por outro, mas sim a total ausência de poderosos e a superação definitiva de uma ordem social que inclua a dominadores e dominados.

Desde suas origens, faz já mais de dois séculos, quem teve sempre muito claros estes fundamentos para sua luta foi o anarquismo: enquanto as estruturas sociais existentes favoreçam qualquer forma de concentração do poder, a liberdade não será mais que uma quimera. De acordo com este olhar, é de sobra evidente que os atuais reformismos são totalmente insuficientes, posto que não afetam em nada às configurações autoritárias que tendem a dar-se em quase todas as sociedades do mundo. Hoje, em pleno século XXI, vivemos uma revitalização do espírito libertário anarquista, especialmente entre os mais jovens, e o novo humanismo pode considerar-se, em alguns aspectos, continuador daquela linha de pensamento, embora incorporando a metodologia da ação não violenta como única via para levar adiante as profundas transformações que nossa época

demanda⁴⁹. Por isso, este renascimento nos alegra já que dá conta, sobre tudo, da enorme mudança mental que acompanha a esse novo mundo que começa a aparecer no horizonte. A pré-história, associada ao poder e a violência animal, vai ficando atrás e as portas da história começam a abrir-se para deixar passar ao ser humano em toda sua grandeza.

O Movimento Humanista foi concebido, desde seus inícios, como uma estrutura humana cuja morfologia responde a este modelo de “desenho interior”, tal como faz a vida. É por isso que não existem normas nem regulamentos que possam operar desde algum âmbito externo ou alheio ao fenômeno, que terminem limitando ou inibindo seu desenvolvimento. Tampouco existem conformações hierárquicas de nenhum tipo, o que impossibilita de raiz qualquer tentativa de acumulação de poder. Trabalha-se baseado em acordos conjuntos para fixar a *direção* e a uma cuidadosa coordenação das ações, deixando um espaço infinito para a iniciativa individual. Em nossa organização não existe nada parecido a uma centralização ou concentração das decisões e a diversidade não só é tolerada mas também, até mais, estimulada e valorada. A tentativa de recomposição do tecido social conforme a estes parâmetros foi uma tarefa permanente e de primeira importância para o Humanismo Universalista, porque entendemos que as estruturas tradicionais empregadas para organizar às sociedades entraram em uma crise terminal e seu iminente colapso ameaça seriamente a continuidade do projeto humano.

É assim, em termos organizativos, o fim da pré-história se caracterizará pelo abandono e posterior desmoronamento das rígidas estruturas monolíticas para deixar o campo aberto a novas formas de auto-organização como as que temos descrito. O físico belga Ilya Prigogine (1917-2003) conseguiu demonstrar que, no meio do caos, sempre podem surgir soluções de uma ordem mais complexo que resgatem ditos processos da entropia definitiva e os reorientem para um futuro irreversível⁵⁰. É de esperar que a resposta das populações seja tão veloz como o requer a urgência do momento.

⁴⁹ A coincidência fundamental entre Anarquismo e Novo Humanismo é que ambas as correntes sustentam que as mudanças radicais devem nascer da iniciativa dos povos organizados. Bakunin, em seu “Programa da Aliança para a Revolução Internacional”, diz: “Em todas partes as massas começam a precaver-se da verdadeira causa de suas misérias, fazem-se conscientes do poder da solidariedade e começam a comparar sua imensa multidão com o insignificante número de seus eternos espoliadores. O que lhes impede então liberar-se agora se for certo que alcançaram esse estado de consciência? A resposta é: A falta de organização e a dificuldade de chegar a um acordo entre eles.”

⁵⁰ *O fim das certezas*. Ilya Prigogine. Andrés Bello. Santiago de Chile, 1997.

As novas gerações voltam para a luta.

Se for verdadeira nossa hipótese de que o mundo entrou em uma acelerada mecânica de decomposição social, à que temos chamado *des-estruturação*, tal situação nos propõe um desafio imenso no caso de querer reverter essa tendência destrutiva. Dada a magnitude da tarefa, é provável que muitos optem por considerar esta análise como especulações um pouco exageradas que carecem de sustento na realidade e sigam então alegremente com suas vidas, sem vontade nenhuma para assumir as árduas exigências que nos apresenta o momento atual. Por certo, não pretendemos forçar a ninguém e nos limitamos a expor nossos argumentos, que discutem radicalmente a complacência do olhar oficial, de modo que cada qual tenha todos os elementos de juízo para decidir o que quer fazer em completa liberdade. Mas com aqueles que compartilham nossa perspectiva e se sentem protagonistas nesta epopéia, é preciso ficar de acordo para coincidir em imagens comuns de ação que possam corrigir a direção que leva o processo.

Um corpo social sadio não é uma massa indiferenciada e homogênea mas sim uma realidade complexa em que convive a diversidade. Esta capacidade maravilhosa que tem o ser humano (e a vida em geral) para fazer confluir o múltiplo dando-lhe organicidade e ordem, constitui a força e a riqueza do fenômeno humano coletivo. Aquelas manifestações particulares ao interior deste fervente sistema ao que chamamos sociedade, articulam-se entre si como estruturas indivisíveis, que logo se vão entrecruzando com outras em uma interação incessante. E não se trata só de diferenças étnicas ou culturais as que, sem dúvida, também possuem um enorme valor para incrementar o impulso desse grande rio comum, mas sobre tudo da coexistência de distintas gerações. Hoje se nos quer fazer acreditar que tal multiplicidade é sinônimo de desordem e se pôs todo o valor no único, o monopólico, o singular; consumir é o fim último de qualquer atividade humana, as outras dimensões devem ser sistematicamente amputadas para poder manter as coisas “sob controle”. Qualquer indício de discordâncias “perturbadoras” é instantaneamente sufocado e dia a dia se torna mais vívida a sensação de que nos quiseram converter em um exército de *zumbis*. Uma vez mais, detrás desta formulação se oculta o paradigma do poder, que pretende simplificar a realidade à força para assim submetê-la a seus intuítos. Então, por exemplo, começam a proliferar os sistemas eleitorais de caráter binominal para forçar artificialmente a

conformação de grandes blocos políticos e isso é justificado mediante o argumento de que o excesso de partidos e candidatos é “caótica”; e até pior, ao interior desses blocos os candidatos já não podem nem sequer representar suas idéias pois são tratados como produtos de consumo no mercado eleitoral. Ou, elimina-se a diversidade geracional mediante a exclusão dos jovens do processo de toma de decisões através de ásperas artimanhas legais. Esta torpe tentativa por reduzir a vida social a uma só dimensão, impulsionado pelas minorias econômicas, é a causa principal da desestruturação.

Contudo, para desgraça dos simplificadores, as coisas são exatamente ao reverso: as sociedades devem *aumentar* sua complexidade e não reduzi-la, a risco de degradar-se completamente se não o fizerem. A cegueira (ou a estupidez) das atuais dirigências não lhes permitiu dar-se conta —embora sobre a história episódios parecidos— que quando a diversidade não pode convergir explode como diferenciação irreconciliável e altamente destrutiva ao interior desses sistemas⁵¹. A realidade humana é essencialmente complexa e se a incapacidade desses líderes lhes impede de encontrar formas de coordenar tal complexidade, então deveriam renunciar e não tratar de acomodar os fatos ao escasso alcance de sua inteligência. Sempre se diz que os povos têm só os dirigentes que se merecem, aforismo que é, em parte, verdadeiro; mas ainda fica um pouco de tempo (não muito) para atinar e corrigir esta odiosa situação.

Por causa desta acumulação de enganos que —como uma avalanche— vai empurrando os acontecimentos, é um fato cada vez mais evidente que o processo humano se encontra em um ponto de quebra: ou retornamos em acelerada queda para a desintegração total do sistema, ou damos um salto qualitativo para avançar até níveis mais altos de ordem e coesão coletiva. Nosso destino se joga na decisão que tomemos hoje. Antes temos dito que alcançamos a perceber tímidos mas promissores avanços na direção correta, ali onde o tecido social começou lentamente a regenerar-se através das novas formas de organização que surgiram *espontaneamente da base das sociedades*. Forçando um pouco os termos, poderíamos dizer que se trata de uma reconstrução do espaço social. Mas isto não é suficiente, posto que é necessário restaurar também o tempo social, que se expressa no mundo através da interação dialética entre as gerações. Assim como na consciência individual o passado e o futuro se entrecruzam

⁵¹ Não há mais que recordar a tragédia da hoje desaparecida Iugoslávia que, depois da morte do Tito, desintegrou-se em uma seqüência rápida de guerras étnicas que se traduziram em milhões de mortos e deslocados.

continuamente no hoje, como fluxo incessante que vai em uma ou outra direção do tempo, em um determinado presente histórico coexistem distintas gerações que encarnam também o passado e o futuro social (em tanto que “tempo mental” e não só como feito biológico). Quando há gerações que se negam a responder a seu rol histórico de questionar o mundo que receberam que seus maiores e abandonam a tentativa por construir o mundo que querem, como tem acontecido nas últimas décadas, as sociedades perdem essa dimensão temporária tão importante para que a história possa avançar.

Como aos regentes da estúpida matriz sócio-cultural que impera hoje no mundo não gostam das complicações (e o tempo é uma delas, bastante difícil de mastigar aliás), então tomaram, como sempre o fazem, o caminho mais fácil: enclausurar a história, cercar a variável temporária, negar o processual. Entre outras muitas coisas mais, roubaram-nos também o tempo que, por certo, não é uma coisa mas sim aquela qualidade imaterial que, justamente, faz que os seres humanos não sejam coisas. A quem lhe importa —dirão— um intangível mais que desaparece! Total, é muito mais fácil dirigir a indivíduos que se regem por impulsos biológicos básicos (como o lucro, o sexo ou o poder) que lutar com vagos imponderáveis que não se podem quantificar. À luz do que viemos dizendo, o fim último de tais manobras resulta bastante óbvio: se quer reter indefinidamente o poder então terá que naturalizar o humano, lhe atribuindo certas condições de imutabilidade que eliminem qualquer risco —para eles— de ser deslocados pelo inexorável fluxo do suceder; e pouco importa se ditas condições são totalmente falsas, já que o mais importante é que *se as acredite verdadeiras*. Entretanto, estes “ladrões do tempo” voltam a equivocar-se já que os seres humanos não aceitam ser tratados para sempre como figurinhas recortadas de cartão e, no momento menos esperado, sacudiremo-nos deste prolongado esquecimento para recuperar aquela dimensão interior que configura o registro mais íntimo da própria humanidade. Quando isso aconteça, o mundo mudará para sempre.

Por agora, uma das formas de reavivar aquela dinâmica processual está em mãos dos adultos. Nós deveríamos tender pontes para os mais jovens e lhes facilitar sua ação em vez de entorpecê-la. O primeiro que teria que ser modificado seria diminuir a pressão inclemente que exercemos sobre eles para que se convertam rapidamente em “fatores produtivos” (outra vez esse maldito reducionismo econômico!). Mas o abismo

geracional é um problema muito sério que não se pode resolver com recursos fáceis, como o de aumentar as quotas juvenis em estruturas que provavelmente, sejam elas as primeiras que precisem de uma transformação radical. Talvez, essas sensibilidades novas que deviam irromper das gerações mais jovens já o tem feito e estão aqui, entre nós, só que não sabemos porque seus portadores têm-se repregado para conformar verdadeiras culturas (e sub-culturas), encapsuladas ao interior do sistema e ensimesmadas em seu próprio universo particular. Então, se quer-se inter-atuar com elas teria de tratá-las como se trata a uma cultura distinta da própria, Ou seja, assumindo que utilizam códigos de relação desconhecidos, alheios aos nossos e fazendo esforços genuínos por incorporar a nossa vida social aqueles significados novos que habitam nesses grupos, através da participação real de seus integrantes nos níveis de decisão.

Esta “chuva de idéias” não tem outro objetivo que predispor ao mundo adulto a uma maior aproximação para as novas gerações, que possa ajudá-las a salvar a distância para voltar para a luta porque o processo humano as precisa imperiosamente. De conseguir levar adiante tudo isto que estamos propondo, o mundo futuro será muito distinto ao de hoje e de ali olharemos este passado como parte de uma longa pré-história por fim superada. Como será esse novo mundo? Não sabemos, mas abrigamos a esperança de que os princípios que o rejam se sustentem no humanismo. O marxismo, o liberalismo, a social-democracia, em tanto que ideologias e formas de ação, já tiveram sua oportunidade, jogaram-na com distinta sorte e hoje são história. Eles, entre outros, puseram ao mundo na situação em que se encontra e acreditamos firmemente que agora lhe corresponde ao humanismo a tarefa de orientar sua transformação, corrigindo o atual extravio e restabelecendo a direção correta.

Sobre o fim e os meios.

“Todas as formas de luta são válidas, companheiro”, tem-nos dito mais de uma vez algum amigo comunista, em uma atualização daquela velha frase apócrifa (atribuída a Maquiavelo) respeito de que o fim justifica os meios. Quando vemos, tanto ontem como hoje, o atuar descarado e sem escrúpulos dos poderosos para eternizar-se no poder e somos testemunhas do contínuo mau trato ao que submetem aos povos para favorecer seus mesquinhos interesses, nos sentimos enchidos de indignação até o ponto de nos sentir tentados a coincidir com nosso amigo. Porque se o célebre florentino tiver revelado aos governantes a fórmula para dominar a seus povos, ninguém ensinou a

esses povos a defender-se de seus maquiavélicos príncipes. É assim então que o acesso ao poder (político, econômico, militar) para manter-se ali durante o maior tempo possível se converteu no objetivo principal e quase único para a maioria das distintas facções em conflito ao interior de uma sociedade, fazendo pagar às comunidades preços muito altos (em perda de liberdade, em qualidade de vida) a conta de futuros benefícios que nunca chegaram a receber. Eis que essas coletividades estão obrigadas a suportar estoicamente os mandatos do senhor de turno, sem contar com nenhum recurso efetivo para tirá-lo de cima quando se sentirem prejudicadas. E agora mais que nunca, quando a democracia não é mais que o amável disfarce de uma feroz tirania do dinheiro.

Convenhamos então que a maior violência, a mais estendida e sistemática, quase sempre veio da institucionalidade (ou amparada por ela) contra os povos e corresponde, portanto, perguntar-se se não é lícito ocupar todas as formas de luta para defender-se desses abusos ou, melhor ainda, para liberar-se definitivamente deles. A resposta do Novo Humanismo frente a esta inquietação é categórica: não se pode combater à violência com mais violência, porque uma conduta brutal reiterada só consegue nos encadear indefinidamente à pré-história que desejamos abandonar. Esta verdadeira simbiose entre o poder e a violência é o emblema deste longo período e se elevou —até agora— como um destino ineludível, semelhante ao de certos argumentos trágicos próprios do mito. Construamos então nosso próprio mito: *Em tempos imemoriais, Poder e Violência eram irmãos siameses e, por causa de tal condição, inseparáveis. Enquanto o primeiro tinha uma mente fria e planejadora, o segundo era desenfreado e brutal, sem nenhum escrúpulo para manchar suas mãos com sangue quando seu irmão se o pedia. Assim, unindo seus particulares atributos tanto como seus corpos conseguiram alcançar uma complementação tão perfeita que eram capazes de submeter a quem se coloca-se na sua frente. Durante muito tempo, isso foi o que fizeram obtendo enormes benefícios a costa da dor e da desgraça de outros. Mas um dia o povo, ao que tinham espoliado por gerações, cansou-se de suportar a submissão e se rebelou. Então recorreu a um sábio, humanista e médico, quem através de uma delicada operação conseguiu separar aos siameses enquanto dormiam. Ao despertar e recuperar-se, o desconcerto dos irmãos foi tão intenso que o Poder se perdeu para sempre na multidão e se diluiu entre a gente. Enquanto que a Violência, ao ficar sem senhor ao qual servir, viu-se obrigada a transformar-se em força útil, canalizando suas energias para o domínio da natureza e emprestando com isso um serviço inestimável à humanidade.*

Nosso mito ilustra que enquanto se siga operando no mundo com a fórmula maquiavélica *poder-violência*, nada terá mudado realmente. Quando o poder é um fim, geralmente se utiliza a violência como meio para alcançá-lo e mantê-lo (e não estamos falando só de violência física), o que constitui um axioma indiscutível para a forma mental pré-histórica. Por isso, a única maneira de evitar o uso institucional da força sobre as pessoas é impedindo que o poder político se converta em tentador despojo de guerra para uns poucos, mas este novo paradigma só poderá impor-se quando se encontrarem sistemas efetivos para desconcentrá-lo. A modo de comentário anexo, não deixa de nos escandalizar o fato de que cada vez que cai uma ditadura em alguma parte, julga-se e castiga-se (dentro dos limites que impõem as transições, é óbvio) a quem fez o trabalho sujo repressivo, enquanto aqueles que formavam parte do cérebro daquele regime, os que planejavam e finalmente davam as ordens a esse braço armado, ficam *sempre* impunes e seguem operando na vida política como se nada tivesse acontecido. Em muitos países, Chile entre eles, chegaram até o parlamento participando de eleições democráticas. Contudo (e para a complacência de muitos), a consequência de seus contínuos excessos o poder já tem sua própria Nêmeses, posto que em meio de uma sociedade em desestruturação se tornou por completo inoperante para conter a desordem generalizada que já começa a manifestar-se por todo lugar.

Aos aficionados a objetivar ao ser humano (que hoje em dia são legião) gostam de dizer que a violência é própria de sua “natureza” e com isso concluem que é inextinguível. A óptica humanista é muito distinta porque se trata de uma aproximação processual: o que acontece é que somos uma espécie muito jovem, que vem apenas erguendo-se da animalidade mais profunda e cujo progresso foi imenso em um período de tempo muito curto. Faz uns poucos milhões de anos atrás, ainda andávamos em quatro patas; a manipulação do fogo não tem mais de 400.000 anos e o manejo das primeiras tecnologias é muito recente. Faz escassas centenas de milhares de anos ainda nos estávamos comendo uns aos outros; logo, em vez de nos usar como alimento, descobrimos a escravidão e, embora soe terrível, foi um progresso. Não muito tempo depois nos demos conta de que, pagando um salário, o outro rendia mais que como escravo e então se acabou a escravidão. Assim, as condições foram mudando e, um a um, os distintos direitos humanos terminaram finalmente por impor-se, ao menos na letra; e estes avanços não foram o produto de uma mecânica mas sim responderam à intenção humana de transformar ao meio e a si mesmo. É certo que durante este

périple sofreremos inumeráveis quedas e regressões, algumas tão horrorosas como a que se está produzindo hoje no Iraque, onde os soldados norte-americanos humilham ao inimigo mofando-se de seus mortos, comportamento desprezível que não se via provavelmente dos estados mais primitivos da espécie humana. Mas assim são os processos: como quando uma criança começa aprendendo a caminhar, não pode dar-se tudo de uma vez.

Qual será o próximo passo desta apaixonante travessia humana? Provavelmente, consistirá em uma verdadeira transmutação interna que implique o abandono definitivo de qualquer forma de violência, não só por uma convicção racional mas também porque os atos violentos nos produzirão repulsão visceral. Mas isso ainda está longe de acontecer e o ser humano terá que seguir progredindo até alcançar as transformações físicas e psicológicas necessárias para que o ato violento lhe resulte impossível, porque seu corpo e seu psiquismo o rechaçarão. Desde nosso olhar processual, tudo parece ir nessa direção mas uma mudança tão radical pode tomar longo tempo para produzir-se. Um dos propósitos mais profundos e sentidos da ação humanista é ajudar a que este processo se acelere, de modo que a espécie humana possa avançar da atual pré-história, onde a violência ainda é parte de seus códigos de conduta cotidianos, para um novo momento no que essa forma primitiva de relação tenha desaparecido e não seja mais que uma longínqua e pálida lembrança.

Justamente porque nos sentimos afetados por estas tendências, como qualquer ser humano, os humanistas sempre temos tido especial cuidado em considerar o poder político só *como um meio mais* —em nenhum caso o único, nem sequer o mais importante— para levar adiante uma revolução que, entre outras coisas, aspira a desarticular para sempre a relação perversa entre poder e violência. Mas se estimarmos impraticáveis e inclusive ilegítimos os meios tradicionais, de que modo poderemos impulsionar então aquelas mudanças estruturais necessárias para sair da indesejável situação social em que nos encontramos? Sem dúvida que através de formas de ação e de luta violenta, como as que praticaram Gandhi e Martin Luther King em seu momento; mobilizações muitíssimo mais complexas, cuja posta em marcha certamente demandará uma grande criatividade e uma coordenação a toda prova. Mas já temos dito que nosso olhar não está posto na crescente impotência do poder estabelecido, mas sim

no que seja capaz de fazer a base social organizada, porque todo isso forma parte da bagagem necessária para dar o enorme salto evolutivo que se aproxima.

A luta pela subjetividade.

Muito pouco tempo depois de ter abandonado o poder, a começos da década dos noventa, Mikhail Gorbachev apareceu nos meios de difusão mundiais como figura central de uma campanha publicitária para a cadeia norte-americana de comida rápida Pizza Hut. Dada a relevância internacional que tinha adquirido o personagem como último hierarca da União Soviética, esse fato chocante confirmou a derrota definitiva de uma colocação que enfatizava as “condições objetivas” para interpretar os processos humanos e pôs em evidência graficamente que, pelo contrário, a batalha mais importante era aquela que tentava ganhar o controle da subjetividade das populações. Isto último não tem nada de novo e os poderosos de todas as épocas parecem havê-lo compreendido bem cedo na história, empregando os caminhos mais diversos para ganhar o favor dos povos. Tal é o caso da moeda cunhada com sua própria efígie que Alexandre Magno fez circular profusamente por todo o império persa, recurso genial ainda vigente; ou a doutrinação religiosa intensiva que desenvolveu a Igreja Católica durante vários séculos, contratando os serviços dos melhores artistas de seu tempo. De modo que a grande diferença entre essas experiências do passado e o momento atual não está no fim mas sim nos meios, vistos o alcance, a potência e a capacidade de penetração que alcançaram graças ao suporte da tecnologia.

Agora as mensagens já não se constroem a partir de ásperas e esquemáticas representações do mundo real —que deviam contar necessariamente com uma disposição favorável do receptor para fazê-los acreditáveis—, porque o altamente aperfeiçoado nível de produção áudio-visual ao que se chegou os torna mais reais que a mesma realidade. Que se confunda freqüentemente à pessoa com o personagem, como está acostumado a acontecer às pessoas frente a muitas figuras da televisão ou o cinema, é um fato anedótico que dá conta deste peculiar investimento. Quanto a sua reprodução, os satélites artificiais de comunicação têm hoje o poder de levar instantaneamente essas mensagens até os lugares mais recônditos do planeta, com o qual já quase não vivem seres humanos que possam escapar a sua influência. Assim, sem quase percebê-lo, temos terminado recriando por todas as partes uma curiosa versão contemporânea do

célebre Mito da Caverna⁵²: o que aparece na televisão (o equivalente tecnológico do fundo da caverna) é o único real, o resto simplesmente não existe. Mas, ao igual a Platão, confiamos na capacidade humana para recordar...

Não passaria muito tempo antes de que o poder econômico caísse em conta das enormes possibilidades de manipulação que era capaz de contribuir uma ferramenta tão poderosa e começasse então a adquirir sinais de televisão em qualquer parte para lançar sua propaganda. A partir desse momento, já foi possível a doutrinação maciça e a distância da opinião pública, em torno de uma série de supostos e crenças sem fundamento, mas que interessava instalar como verdades indiscutíveis. É assim, durante mais de vinte anos, fomos manhosamente enganados pelos pregadores do sistema, que têm feito uso e abuso de seu poder midiático para impor a forma de vida e o modelo econômico-social que melhor conviesse aos interesses das minorias econômicas, anulando qualquer forma de resistência que pudesse vir das maiorias negativamente afetadas por essas decisões. Até agora, o nutrido bombardeio propagandístico parece estar conseguindo seu objetivo, dado o lamentável estado de “zumbificação” que pode apreciar-se ao interior dos conjuntos humanos expostos a sua influência, graças ao qual podem ser mansamente conduzidos para seu próprio extermínio enquanto continuam enfeitiçados pelo sonho de um ingresso iminente e longamente esperado ao paraíso da abundância material.

É interessante observar como opera esta verdadeira máquina criadora de verdades. Diariamente, os meios (especialmente a televisão) bombardeiam à opinião pública com aquelas visões que querem instalar. As pessoas, que tendem a acreditar mais na mídia que na sua própria experiência, pondera sua própria vida comparando-a com aquela verdade oficial. Se lhe disserem que as coisas estão muito bem e eles estão muito mal, ao cotejar ambas as afirmações se impõe a versão da mídia e então cada um termina sentindo-se como um fracassado, incapaz de aproveitar as oportunidades que —segundo a mídia— nos brinda o sistema. “Se o disser a televisão deve ser verdade”, e são muito poucos os que duvidam ou podem inferir a existência de uma manipulação detrás daquilo que se está emitindo.

Serão esses povos capazes de romper a inércia hipnótica que os arrasta e deter-se antes de cruzar o limiar do sacrifício? Estamos seguros de que assim acontecerá, porque o ser

⁵² *A República*. Platão. Andrés Bello. Santiago de Chile, 1982.

humano é imprevisível e frente aos caminhos fechados sempre encontra uma saída. Mas se quer apoiar-se esse passo para a tomada de consciência coletiva, apenas em ações apoiadas na comunicação direta parece ser insuficiente já que têm um alcance muito limitado no tempo e no espaço: é necessário dar a batalha através dos mesmos meios de comunicação maciça que o poder estabelecido utiliza para adormecer às pessoas. Mesmo assim, não será nada fácil já que o oligopólio que acumula a propriedade desses meios quererá retê-los só para si e então utilizará todos os recursos a seu alcance para tratar de evitar essa batalha.

Mas o mundo segue adiante e seu processo se acelera. Se ainda subsiste uma certa sensibilidade dominante e, a partir dela, determinadas condutas dos povos, é porque detrás ou ao centro dessa particular disposição subjetiva se localiza um mito. Essa crença central, que hoje rege nossas buscas e configura nossas mais íntimas aspirações, pode durar mais ou menos tempo, mas não é eterna e quando decair sua influência será substituída, como sempre aconteceu em épocas anteriores. A mutação dessa imagem se corresponderá com um deslocamento da sensibilidade, todo o qual arrastará também uma imediata modificação dos comportamentos coletivos. Ortega, com sua lucidez característica, definia este fenômeno com a seguinte reflexão:

*“O diagnóstico de uma existência humana —de um homem, de um povo, de uma época— tem de começar definindo seu sistema de convicções e para isto, antes que mais nada, fixando sua crença fundamental, a decisiva, a que leva e da vida a todas as demais”*⁵³

Pois bem, o mito capital de nossa época, ainda vigente mas já bastante debilitado, —que dúvida pode caber—é o dinheiro. E desde que esse pequeno deus profano se instalou no transfundo da subjetividade coletiva, toda a sociedade se organizou de acordo com seus parâmetros⁵⁴. Desde aí em diante, a convivência humana tem-se modelado conforme unicamente a variáveis econômicas. Mas já é possível perceber que

⁵³ *A História como sistema*. Ortega e Gasset. Alianza Editorial. Madrid, 1981.

⁵⁴ Contra o que se pudesse pensar ingenuamente, não sempre o dinheiro foi o mito central. É com o surgimento da burguesia, a fins da Idade Média e começos do Renascimento, que o dinheiro cobra especial relevância. Esse processo continuou avançando até consumir-se com a vitória da burguesia na Revolução Francesa. De todos os modos, antes, na cultura Latina do 300 a.C., já se pedia ao Juno Moneta a abundância de bens, mas para os crentes era mais importante Juno que o dinheiro de cuja boa vontade este derivava. A mesma palavra “moeda” deriva justamente da Moneta.

a vigência deste mito (e da sensibilidade mercantil associada a ele) está em uma fase final de seu declínio e a repulsa visceral que o atual modo de vida desata entre os jovens é um dos signos mais evidentes de dito esgotamento, o que antecipa a profunda mudança social que se vem.

Seguro que muitos dirão que estamos equivocados, porque o dinheiro é um fato objetivo impossível de evitar. Então teremos que esclarecer que não nos estamos referindo a sua qualidade de fator de intercâmbio, mas sim a esse enorme potencial mágico que lhe atribuímos para modificar positivamente nossa desgraçada realidade. A Pergunta que surge é se o dinheiro tem efetivamente essa aptidão transformadora, ou é que nós *acreditamos* firmemente que a tem e, então, movemo-nos e atuamos no mundo como se dita crença possuísse realidade objetiva. Se isto último for o caso, estaríamos em presença de um mito, e o problema se apresenta quando aquilo no que pusemos nossa fé carece do poder que lhe atribuíamos, porque então a decepção é coisa de tempo. Como pode ser possível que uma simples ferramenta, criada com o propósito utilitário de facilitar o intercâmbio de bens, tenha adquirido um poder de sedução tão enorme que consiga manter sob seu feitiço às multidões? Trata-se de um fenômeno curioso que parece não ter explicação racional; é como se de repente um sapato, um chave de fenda, uma prancha ou qualquer outro objeto prático, em virtude de não se sabe que jogos ocultos da consciência, convertesse-se em deus e adquirisse poderes imensos. Será que nossa época se caracteriza por uma inteligência algo decrépita que, por causa de sua desesperada impotência, pode terminar validando algo? Sem dúvida, são perguntas interessantes, mas que não sabemos responder.

O que sim sabemos é que quando os povos se desiludem e perdem fé no poder de um mito, a forma de vida que se sustentava naquele dogma se derruba como um casco de ovo vazio, que paralisa sob o peso morto de sua própria estrutura. Esta afirmação pode resultar altamente perturbadora para uma mentalidade pré-histórica pois, no mundo humano, a subjetividade condiciona à objetividade em maior grau que a influência inversa. Portanto, se a convicção coletiva nos supostos atributos mágicos que possui o dinheiro começou a debilitar-se, então tudo mudará muitíssimo mais rápido do que esperavam aqueles que se acomodam no poder como se fossem permanecer ali para sempre. Nesse momento estamos e embora os poderosos sejam donos de todo o potencial midiático do planeta e conseguissem aperfeiçoar ao máximo as técnicas de

manipulação, nem que utilizassem toda a força de seu ilimitado arsenal destinado ao controle da subjetividade, nem sequer assim poderiam sustentar um mundo no que os povos deixaram que acreditar. Isso já está acontecendo e só falta iniciar novas buscas. O Humanismo Universalista empregará então os meios de comunicação —os mesmos que, até agora, serviram à ordem estabelecida— para pôr suas propostas ao alcance dessas buscas.

8. Para uma sociedade realmente humana

Se o homem fracassar em conciliar a justiça e a liberdade, fracassa em tudo.

Camus

Um progresso de todos e para todos.

—Atenção, jovens— disse suavemente a Professora, ajustando o microfone sem fio enquanto seu olhar percorria o atestado e buliçoso auditório. —O Ciclo Acadêmico Formativo chegou a seu fim. Durante este intenso período que compartilhamos, nosso objetivo foi habilitá-los para compreender e enfrentar o futuro, um tempo que ainda não tem realidade objetiva mas que habita em cada um de vocês como paisagem interna; o mesmo que tentarão plasmar no mundo durante nos próximos meses e anos. Têm tudo para fazê-lo e os espaços de participação social estarão sempre abertos, para que possam ocupá-los com total liberdade na realização de seu projeto.

Enquanto falava, a Professora saboreou aquela fugaz nostalgia que a visitava cada ano para estas datas, ao recordar a voragem criativa e o jogo de sua própria juventude. Também sentiu fluir uma intensa corrente de simpatia para aqueles jovens discípulos que a escutavam com impaciência.

—Mas não sempre foi assim— continuou, com voz teatralmente sombria —e embora esta é uma velha história, voltamo-la a recordar todos os anos porque, como diz o aforismo, um povo que não conhece seu passado está condenado a repeti-lo—. Então começou a narração, que tanto ela como os assistentes ao evento se sabiam de cor. Mas o importante não era a novidade mas sim a reiteração do compromisso. Esse e não outro era o verdadeiro sentido do ato em curso.

“Durante longo tempo, o ser humano se debateu em uma profunda confusão respeito de si mesmo e seu destino. Experimentava-se dividido entre a animalidade cega e um novo horizonte carregado de incógnitas, uma das quais —a mais dura, possivelmente— era a aguda consciência de sua própria morte. Em algum ponto de sua trajetória, a evolução o tinha dotado de visão de futuro e embora esse atributo único o levou a ganhar em liberdade, também o conectou com o absurdo, porque não tinha sentido lançar o olhar para o amanhã para encontrar-se ali com o abismo final. Quase parecia a brincadeira

macabra de algum sádico deus ignoto que queria divertir-se a costa da desgraça humana.

Mas esse angustiante mistério também acicatou suas buscas e o conduziu a uma acelerada superação material que conseguiu liberá-lo, em grande medida, da dor física e da escravidão natural. Contudo, nem sequer essas conquistas formidáveis eram capazes de encher seu vazio interior, que o acompanhava como cachorro fiel através das diferentes passagens de sua história. E então não encontrou outro caminho para sufocar essa lacerante consciência que a execução de um sacrifício radical: negou-se a si mesmo, e muito do que fez levava a marca indelével dessa negação. Levantou sociedades e civilizações muito complexas nas que, quase sempre, terminava sendo deslocado a um lugar secundário. Às vezes era algum deus, às vezes uma idéia, às vezes uma coisa, em cujo nome se sacrificava o humano e se justificavam as atrocidades mais ferozes cometidas contra si mesmo. Tudo porque se negou a si mesmo, para escapar do absurdo intolerável ao que o arrojou uma simples pergunta sem resposta.

(Das escadarias descendeu um murmúrio compassivo e a assembléia pareceu tremer, profundamente comovida).

A última etapa daquela pré-história se caracterizou pelo domínio do dinheiro (neste ponto da narração sempre acontecia o mesmo: a assembléia explodia em risadas e a Professora devia pedir silêncio, sem pretender dissimular um sorriso cúmplice). ficou no centro da ordem social ao... capital financeiro! (Novas risadas reprimidas), que, a pouco andar, converteu-se em uma força transbordada e irracional que começou a devorá-lo tudo. A organização coletiva se foi desvencilhando progressivamente e todas aquelas conquistas genuinamente humanas se perderam, ao transformar-se em abstrações econômicas. Ao final, só subsistia uma patética e insaciável avidez que não fazia mais que acentuar o sem-sentido que tentava inutilmente mitigar. Frente a esse infinito vazio interno, que agora estava também fora e por todas as partes, o ser humano teve que reconhecer seu fracasso. Então, tudo começou a mudar. O capital financeiro continuou sua corrida enlouquecida, até que o delírio acumulativo terminou em um colapso, arrastando a todo o planeta em seu desastre. Mas isso já não importou muito porque, em distintos pontos e ao mesmo tempo, estavam-se ensaiando novas respostas que tinham ao ser humano por centro. Como explica a teoria do caos, essa

pequena mudança —o leve bato das asas de uma mariposa— teria enormes conseqüências.

Aquele foi o momento mais glorioso de nossa magnífica epopéia, porque os esforços individuais dispersos e fragmentários da etapa anterior começaram a convergir para um grande projeto comum e do fundo das consciências se elevou uma imagem nova: a nação humana universal. Pela primeira vez em muito tempo, pusemos nosso trabalho ao serviço do bem-estar coletivo, utilizando os potentes recursos tecnológicos para alcançar um progresso de todos e para todos, não só para uns poucos privilegiados. Quando a totalidade dos seres humanos, sem exceções, ficou a salvo das ameaças da sobrevivência, a busca de uma resposta definitiva à pergunta sobre a morte adquiriu especial relevância e hoje todos nós estamos recebendo os benefícios daquelas apaixonantes indagações...”

A narração se detinha sempre no mesmo ponto. O que vinha depois resultava bastante mais familiar para todos os pressentes e não era necessário recriá-lo, posto que formava parte da nova época que já se estava vivendo. A Professora fechou o microfone e se submergiu no espesso silêncio que agora dominava o auditório. Observou os rostos concentrados de seus discípulos enquanto cotejavam sua vida atual com aquela que descrevia a narração e se faziam sentidos propósitos para cuidar e melhorar o que tinham, aprendendo dos erros passados. Uma vez terminada a meditação, a reunião se dissolveu em meio de uma jubilosa gritaria.

Acontecerá tudo tal como o descreve a narração? A verdade é que se pudéssemos tomar distância em relação ao momento histórico que nos toca viver, e o avaliássemos desapaixonadamente, as opções disponíveis não parecem ser muito distintas às que ali se apresentam. De maneira que se esta fábula um tanto ingênua nos faz refletir e nos ajuda a tomar decisões, terá cumprido seu propósito.

Uma revolução humana: da concorrência à convergência.

Diga-me no que acredita e lhe direi que tipo de sociedade construirá. Enquanto o valor central seja o dinheiro, sempre surgirá alguma coisa parecida ao neoliberalismo; se for o poder, emergirá o Estado totalitário em alguma de seus variantes; se for Deus, então será uma teocracia. Quando o valor central seja o ser humano real e concreto, então

construiremos uma sociedade humanista. O modo de vida imperante hoje em dia não é mais que um subproduto daquela grande prioridade —o dinheiro— e o modelo econômico, que parece tão real, é uma “emanação” dos valores (ou anti-valores) que animam a quem o desenharam e construiu. Ao final, as aparências (o que aparece) não são outra coisa que as manifestações externas de uma mente febril ou lúcida. Então, além de discutir os sonhos (ou os pesadelos), enfrentemos também ao sonhador, porque se ele não muda seguirá sonhando as mesmas coisas.

Hoje vivemos em um mundo grotesco onde tudo está ao reverso e no que se perderam as relações de inferência, o que acusa o tipo de mentalidade que está operando detrás. Os fins devem adaptar-se aos meios, o abstrato condiciona ao concreto, o quantitativo ao qualitativo, o bem-estar humano está sujeito ao interesse econômico. Para exemplificá-lo mediante um velho aforismo camponês, pôs-se a carreta diante dos bois. Como e por quê se produziu esta inversão? Já o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) denominava “racionalidade formal” a aquela mentalidade tecnocrática que se desentende dos fins de sua gestão e cujo funcionamento, aparentemente racional, no fundo é pura irracionalidade, como ficou demonstrado com trágica contundência em nosso passado recente⁵⁵. Trata-se de funcionários míopes, condicionados pela lógica da informação do passo a passo, que carecem por completo de uma visão de processo ou de estrutura, o que lhes impede sequer visualizar quais serão as conseqüências de suas ações. Quando, por exemplo, estes “tolões com poder” (tolocratas?) Pretendem instalar pomposamente uma nova ordem mundial, resulta-lhes uma nova desordem local como o do Iraque, que acaba devorando-os a eles mesmos (cuidado América Latina!). O processo de enchimento do controle social planetário por esta casta decadente se tem vindo desenvolvendo durante quase todo o século XX e parece estar culminando no caótico mundo de hoje. Esse caos é sua funesta herança.

É necessário restabelecer a ordem dos fatores para poder operar, com algum grau de eficácia, sobre a realidade. Mas isso implica, antes que nada, uma mudança de perspectiva em relação ao que é o mundo humano e da relação entre essa experiência coletiva e a humanidade individual. Devemos ser capazes de nos liberar do estreito espartilho no que nos colocou esta limitadíssima confraria dominante, para o qual é

⁵⁵ Esta idéia surge da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (Marcuse, Adorno, Habermas).

estritamente necessário aprender a olhar (e a nos olhar) de uma maneira completamente nova.

No atual modelo, a dinâmica social se sustenta na concorrência. Considerando a visão zoológica do quefazer humano que tem a tecnocracia dominante, era muito difícil que lhes ocorresse algo distinto, assim é que instalaram à luta pela sobrevivência entre membros *da mesma espécie*” como único estímulo para a atividade humana. A estas alturas do progresso social, essa colocação resulta inapresentável por imbecil e racista, mas tem-se tendido a legitimá-lo, apesar de tudo, ao atuar cotidianamente sob seus pressupostos. O menos que poderia esperar-se é que dita concorrência fora justa e efetivamente livre, mas todos sabemos que não é nenhuma coisa nem a outra —embora atuem como se o fora—, dadas as enormes vantagens comparativas que obtêm, de distintos modos, os grupos de poder por sobre o resto. É como se nos obrigassem a jogar um jogo que nós não gostamos e, além disso, trocassem as regras com frequência para favorecer aos apostadores... tudo mal! Se isto for assim no plano individual, com as nações acontece algo parecido e então o desarmamento, a paz, a integração e o progresso se tornam até mais difíceis.

Contudo, encerrar à vida humana na tautologia do “viver para comer e comer para viver” é precipitá-la no absurdo. De fato, estamos produzindo sociedades doentes, não só no social (que já é o bastante) mas também no psicológico, ao esvaziar de tudo sentido ao quefazer humano. Porque se a atividade coletiva é pura mecânica natural, que projeto conjunto pode impulsionar-se? Se as relações humanas consistirem, basicamente, em rivalizar com outros membros de nosso entorno, a que colaboração solidária podemos convocar e com qual marco moral temos que julgar os excessos de dito comportamento? Em qualquer caso, deveríamos saber que quando o ser humano fica sem um destino maior para o qual projetar-se e convergir, acontece que enlouquece. Como poderíamos sentir ficar surpresos então se aumentarem as depressões, os suicídios, a dependente de drogas e o alcoolismo?⁵⁶ E com quê argumentos vamos chamar a atenção aos jovens por sua falta de participação? Eles têm toda a razão:

⁵⁶ Enquanto escrevíamos estas linhas, na Virginia, Estados Unidos, um estudante matava, sem nenhum motivo, a trinta companheiros de universidade, o que constitui uma versão multiplicada do absurdo tão bem descrito por Camus em seu livro *O Estrangeiro*.

participar de quê, quando aquilo que hoje se lhes oferece, do ponto de vista humano, é um nada mesma.

Se para uma sociedade mercantil como a atual, a única forma de gerar energia coletiva é mediante um áspero efeito de fricção entre seus membros, o projeto de humanização se torna até mais urgente e necessário, porque formular as relações sociais em termos tão estreitos e unidimensionais é um indicador dramático da escassa percepção que hoje se tem do humano assim que interioridade, aspecto que já desenvolvemos amplamente em um capítulo anterior. Em realidade, somos “fazedores de sentido”, poetas iluminados por um fogo interior que se esparrama sobre o universo circundante, misturas de sonhos que vamos procurando esclarecer para em seguida transformá-los em amadas realidades, inspirados construtores de mundos que caminham para seu Destino. Isso somos e não permitiremos que a tortura cotidiana do materialismo imperante nos obrigue a esquecê-lo. Neste sentido, o Quixote é, possivelmente, o personagem literário mais genuíno e entranhavelmente humano, cuja vida fabulosa é uma afirmação vibrante destes valores, daí sua imortal universalidade.

Pelo contrário, em uma sociedade humanizada, Ou seja, aquela em que seus membros se vinculam a partir de sua qualidade intencional, a força motriz deve emanar principalmente da convergência da diversidade em torno de um projeto comum e não da concorrência (“Dê cada um segundo suas capacidades, e receba cada um segundo suas necessidades”, apelando ao muito conhecido aforismo do Louis Blanc). Somos todos distintos mas queremos o mesmo, de modo que o grande esforço coletivo consistirá então em *concordar naquilo que se quer e não em competir por isso*. Esta última é uma lógica néscia e de curto alcance, enquanto que a complementação de intenções e ações nos permitirá ampliar e potencializar nossas capacidades muito além dos limites atuais, para alcançar cumes nunca antes escaladas. O Humanismo Universalista propõe uma direção a seguir, um sonho coletivo para o qual convergir, que reúna em único faz as aspirações de irmandade e colaboração que sempre fecundaram os melhores momentos de nossa história: a construção de uma *Nação Humana*, que vá além do territorial, além do étnico e, por certo, muito além do econômico. Agora, cavalgando para lombos do progresso material, esse desejo alcança projeções universais.

Assim, a revolução humana é, antes que nada, uma revolução interna porque implica a substituição dos atuais paradigmas, o que vai manifestar-se depois no trânsito desde

aquele comportamento competitivo animal para uma resposta eminentemente humana que procura a confluência recíproca. Provavelmente, seguirá havendo mercado com todos seus derivados, mas já restringido a âmbitos específicos e não condicionando (nem poluindo) ilegitimamente a totalidade de nossa valiosa convivência coletiva. Por certo, as ondas desta profunda mudança interna se propagarão também sobre a realidade social, engendrando nela transformações radicais.

Uma revolução social: da acumulação à distribuição.

Que o dinheiro siga instalado como o valor social mais importante a pesar do profundo descontentamento e a insatisfação geral, só pode explicar-se em função do enorme poder que ainda ostenta a atual plutocracia e os povos, apesar de sua infelicidade, vêm-se obrigados a dançar com a música que põem os donos do dinheiro. Exceto no caso das minorias acumuladoras diretamente favorecidas, ninguém quer este presente miserável, cruzado por um materialismo infame que rebaixou o destino humano a uma angustiada luta por sobreviver. E contudo, são poucos os que se mostram dispostos a fazer algo para mudar o atual estado de coisas, o que dá conta do profundo temor que esta ditadura invisível é capaz de infundir nas populações do planeta para mantê-las encadeadas, um medo cerval a perder o pouco que se tem.

Resulta muito suspeito observar que na discussão pública que se abre cada certo tempo, com o propósito de procurar “soluções” ao eterno déficit de equidade que apresenta o modelo imperante, não se considere que acumulação e distribuição são termos contrários: quando se estimula de mil formas a obsessão compulsiva por acumular e os recursos são limitados, não pode esperar-se que também se produza justiça distributiva. Manipular as expectativas da gente com semelhante disparate é, francamente falando, má fé. Embora se diga o contrário para salvar as aparências, podemos concluir então que a desigualdade não é uma consequência aleatória indesejável que pudesse ser corrigida, mas sim um mecanismo chave para o funcionamento do modelo. Este joguinho perverso, no que uns poucos acumulam enquanto as grandes maiorias vivem em privação, forçando desse modo uma luta fratricida de todos contra todos por acessar aos escassos recursos que ficam disponíveis, é o meio de dominação que utiliza a atual tirania e talvez a fonte mais importante de violência social. A sensação crônica de insegurança material que experimentam as populações é a base psicológica para manter as coisas como estão.

Mas a vida humana é muito valiosa (amém de breve...) E não merecemos vivê-la apanhados em tão estúpida armadilha, desenhada exclusivamente para satisfazer a possessividade doentia de um pequeno grupo. Chegou o momento de sobrepor-se ao temor, de rebelar-se contra a extorsão desumana que exercem os poderosos e exigir a nossos governantes o urgente reordenamento das prioridades sociais. Embora não parece muito, será mais que suficiente.

Convenhamos então que uma transformação social autêntica (e não a programada distribuição de míseras esmolas para apaziguar o descontentamento) começa por redefinir os primários na gestão social. A ideologia capitalista tem os seus, ao convocar ao dinheiro e suas exigências de rentabilidade no primeiro posto da lista, relegando aos seres humanos a lugares secundários. O humanismo luta por modificar esse paradigma, localizando à existência humana *e suas necessidades concretas* no centro do esforço coletivo, enquanto desloque os requerimentos do capital (abstrato) para posições secundárias. Como consequência desta operação, a lógica acumulativa do atual sistema pode transformar-se em seu oposto, porque ao ficar assegurada —aqui e agora— a base material da vida humana, desaparece também a urgência por acumular *ad infinitum*, em tanto que resposta compensatória frente a uma cansativa situação de carência vital. Assim fica em evidência também que o afã de possuir e o consumismo que aparelha, condutas tão valoradas ao interior desta torpe cultura materialista, não são outra coisa que respostas instintivas neuróticas, desproporcionadas e fora de controle. É simplesmente patético...

E muito especialmente, porque a escassez (quando não pobreza abjeta...) Que deve suportar a maioria dos habitantes do planeta, *é uma falsa escassez*; trata-se de outra invenção sem fundamento instalada com total premeditação na subjetividade coletiva, para poder dominá-la a seu desejo. O problema está, justamente, em que fomos condicionados a ponderar os fatos do olhar que impõe o sistema mas, ao mudar de perspectiva, damo-nos conta imediatamente que nunca antes em sua história, o ser humano tinha alcançado um poderio tão grande sobre a natureza como o que possui hoje. Chegamos a dominar quase todos seus segredos e aprendemos a extrair desde seu seio a máxima abundância, o que refuta toda a argumentação oficial em ordem a que o progresso coletivo deve esperar, até que se obtenham certas desconhecidas condições ideais que nunca se alcançam. Em rigor, o bem-estar material está aí, ao alcance da

mão, e se não beneficia a todos por igual *não é porque não se possa mas sim porque não se quer*, já que o controle social exercido através desta trapaceira dosificação da carestia, resulta inteiramente funcional ao projeto acumulativo dos donos do capital especulativo.

Se tal for o nível de insensatez ao que pode chegar uma sociedade organizada ao redor de uma abstração como o dinheiro, vejamos o que acontece quando se localiza ao ser humano real e concreto como interesse central. O primeiro que constatamos é que suas demandas básicas (saúde, educação, moradia, trabalho) hoje estão consignadas como direitos humanos fundamentais na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵⁷, muitos dos quais já foram transpassados às Cartas Constitucionais dos países que assinaram dito acordo. Só que... Não são exigíveis legalmente, como sim o é, por exemplo, o direito à propriedade. A diferença de categoria entre um direito e outro fala com clareza da direção para as coisas e não para as pessoas que caracteriza ao atual sistema. Pois bem, em uma sociedade realmente humana se corrige esta enorme aberração porque a ênfase se inverte e, em virtude disso, a satisfação dessas necessidades passa a ser uma obrigação constitucional iniludível, com o mesmo nível de excelência para todos, sem depender dos ganhos econômicos de cada qual. Este chão comum, que põe as condições mínimas para que exista uma real igualdade de oportunidades, é a única forma de assegurar o progresso efetivo de um povo.

E o que pode-se objetar a um propósito tão razoável? Sempre se recorre aos mesmos argumentos: que não há como financiar tais investimentos, que o gasto social não pode incrementar-se porque aumentará o risco de inflação, que se desincentivará o investimento privado, que terá que resistir à tentação do populismo, etc., etc. Os conhecemos todos, não porque sejamos especialmente eruditos mas sim porque se repetem sem cessar nos meios de comunicação. Em soma, economicismo em estado puro que, do marco de referência que fixam as novas prioridades sociais, não pode sobrepor-se ao humanismo que as impregna, por muito complexos que sejam os

⁵⁷ Adotada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948. A modo de exemplo citamos um de seus artigos que, depois de 60 anos, segue sendo letra morta em muitas partes do mundo:

“Artigo 25

1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como a sua família, a saúde e o bem-estar, e em especial a alimentação, o vestido, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários; tem deste modo direito aos seguros em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de seus meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade”.

problemas técnicos a resolver. Na década dos anos oitenta, quando na América Latina se realizaram cruéis ajustes para acomodar as economias locais às exigências da globalização, as tecnocracias não necessitaram de nenhum respaldo popular, já que se ampararam covardemente no poder absoluto exercido pelas ditaduras militares que imperavam na região; só se preocuparam de particularizar, com alegre soltura, que ditas reformas econômicas implicavam um “custo social” que teria que ser pago inevitavelmente. Pois bem, se aquele ajuste foi suportado à força pelos povos, com enormes sacrifícios e muito exígua retribuição posterior (uma relação custo-benefício desfavorável, diria cinicamente um tecnocrata), a mudança de prioridades para o humano implicará um “custo financeiro” equivalente que terá que ser sustentado pelos grandes capitais, gostem ou não. A fim de contas, isso se chama reciprocidade. Mas já começam a soprar timidamente os novos ventos: na Bolívia se deram passos decididos nesta direção e os investidores não saíram fugindo do país nem tramaram para financiar um golpe de estado, *mas sim tem aceito as novas condições*⁵⁸.

Como vemos, uma revolução social humanista não se caracteriza por pomposos desdobramentos cinematográficos, mas sim, basicamente, *por uma reorientação de todo o sistema*, da acumulação à distribuição. Se hoje tudo apontar a favorecer a concentração do capital especulador, em deterioro de soluções definitivas às múltiplas urgências sociais, em uma sociedade autenticamente humana o empenho estará posto em melhorar radicalmente as condições de vida dos povos por cima de qualquer outro interesse, seja este econômico ou ideológico. Uma vez que a sociedade assim orientada tenha garantido igualitariamente o suporte biológico e cultural da vida humana, fazendo uso intensivo do enorme arsenal de recursos que contribui a tecnologia, será necessário proteger também à consciência humana contra a intervenção de qualquer poder arbitrário que quisesse esmagar sua liberdade. Esta última tarefa forma parte do programa de uma revolução política humanista.

Uma revolução política: a desconcentração do poder.

Sempre resulta inspirador observar como aflora uma certa visão de mundo nos giros da linguagem; por exemplo, na forma de referir-se aos conjuntos humanos. Se a esquerda

⁵⁸ Trata-se da nova relação estabelecida pelo governo do Evo Morales com as transnacionais energéticas que extraem o gás e os hidrocarbonetos nesse país, logo do decreto de nacionalização de 1º de Maio do 2006. Todas as empresas, entre as que se encontram Repsol e Petrobrás, aceitaram as mudanças dos contratos.

tradicional os concebe como “massas”, para as correntes favoráveis ao mercado são “consumidores” agrupáveis de acordo com segmentações socioeconômicas. As massas podem fazer número (uma variável quantitativa) mas não as considera capazes de estabelecer distinções qualitativas que dêem direção ao conjunto, assim é que necessitam um líder político ou social que decida por elas. A essas massas cegas há que conduzi-las, como se conduz a um rebanho. A capacidade de decisão dos protótipos de consumo aparece igual de escassa, já que suas respostas parecem estar limitadas a uns poucos padrões imitados de certos “líderes de opinião” que aparecem na televisão. Os consumidores devem ser estimulados adequadamente para ativar certos reflexos condicionados à maneira pavloviana, e aí está a publicidade para cumprir dita função. Parecesse que, para ambas as tendências, a autonomia interna das coletividades fora muito limitada e por isso —segundo o caso— têm que ser conduzidas ou estimuladas desde para fora de si mesmos. Curiosamente, as duas correntes fundamentaram extensamente seu rechaço radical ao Estado e anunciaram seu iminente desaparecimento, mas sempre terminaram utilizando-o para impor aos povos seus respectivos projetos político-sociais.

A que vêm estas considerações? Basicamente, a que a figura do Estado como entidade concentradora do poder político, econômico e militar emana da mesma convicção mencionada: que os grandes conjuntos humanos são incapazes de fazer-se cargo de suas próprias decisões e, então, têm que delegá-las em um supra-poder idealmente sábio, que as administrará corretamente. Este argumento bastou como justificação “filosófica” para que, com indesejável freqüência, algum pequeno grupo minoritário que se acreditava privilegiado, arrebatasse aos povos todas suas atribuições soberanas e os mantivera sumidos na dependência e o paternalismo por longo tempo. No melhor dos casos, aquele transpasso se realiza pela via democrática mas, enquanto exista um ponto que acumule o controle social, também subsistirá a atração de aceder a ele pela força ou de maniatá-lo através da extorsão econômica, para favorecer a certos setores em deterioro do conjunto.

Isto é hoje assim e também o foi antes. Quase se trata de uma luta imemorial, em que os movimentos de libertação aspiram a conquistar o poder em mãos dos opressores, quem procura conservá-lo a toda costa, sem que ninguém pareça advertir, como nesses jogos de chaves, que o problema está justamente... Em que exista a possibilidade de “tomar” o

poder. Quando vai cessar essa luta e a violência que implica? Já o assinalamos: quando não houver nada que tomar-se, porque o Estado deixou de ser um acumulador de soberania para transformar-se em coordenador eficiente da atividade múltipla e autônoma na base social. Coisa que, finalmente, acontecerá quando as sociedades se humanizem e tanto “massas” como “consumidores” se assumam como seres humanos plenamente intencionais, responsáveis por seu destino individual e coletivo.

Para o Novo Humanismo, os conjuntos humanos são entendidos como complexos sistemas de relações que se vão articulando ao redor de uma coincidência de intenções entre seus membros. De acordo com nossa concepção, essas verdadeiras redes intencionais não requerem de nenhuma condução nem estimulação externas a sua própria iniciativa, mas sim *de uma adequada coordenação*. É importante que se entenda bem a diferença: se considerarmos os seres humanos como consciências ativas, que não só refletem o mundo mas também estão sempre em situação de transformá-lo, conforme às direções de sua intenção, então se torna por completo ilegítimo interferir nesse processo desde fora porque o que está em jogo é a mesma liberdade humana. Neste sentido, é imensamente mais miserável a ação consertada das direitas política e econômica, cujos epígonos se enchem a boca com floridos discursos “em defesa da liberdade” enquanto manipulam grosseiramente às consciências para restringi-la ou anulá-la; em soma, são hipócritas e arteiros porque dizem uma coisa mas fazem o contrário e, para pior, pelas costas, furtivamente. Por sua vez, se a esquerda se equivocou muitas vezes na metodologia utilizada, sua intenção foi, claramente, liberar os povos e realiza enormes contribuições nessa digna e laboriosa tentativa.

Cabe fazer notar que este rol ativo, mas não coercitivo do Estado, não tem nada a ver com essa sorte de ausência ou paralisia estatal —quase cataléptica— que propugna o neoliberalismo, sobre tudo porque *não se produz nenhum vazio de poder*, ao estar este integralmente radicado na comunidade organizada. Embora as novas funções de coordenação serão muito distintas às faculdades de mando que hoje lhe conhecemos, em nenhum caso equivalem ao imobilismo impotente do Estado atual. Mas, se na teoria todas estas mudanças parecem fáceis e fluídas, nos fatos apresentam mais de alguma dificuldade. Primeiro, porque continua operando a concepção descrita, que não permite sequer visualizar novas opções de organização social. Depois, porque é necessário desarticular e impedir qualquer forma de oligopólio, já seja no campo político,

administrativo ou econômico, de modo que não se substituam uns aos outros, qual fatídica corrida de postas.

O Documento do Novo Humanismo propõe soluções efetivas e viáveis a estes complexos problemas, algumas das quais já foram expostas mais amplamente em capítulos anteriores: no político, avançar da atual formalidade do processo democrático para uma democracia real, aprofundando na participação permanente da base social na tomada de decisões, através do plebiscito e a consulta popular; no administrativo, propiciar a descentralização dos países, mediante uma regionalização efetiva que inclua eleição democrática das autoridades regionais e uma gestão autônoma de seus recursos econômicos, em caminho para a conformação de repúblicas federativas; e no econômico-produtivo, impulsionar as empresas dos trabalhadores, um novo modelo de propriedade sobre os meios de produção e, principalmente, de gestão produtiva que atuará moderando a ação desenfreada do capital financeiro internacional e permitirá avançar para uma maior liberdade e justiça social.

Deve ficar claro a partir de agora que as principais dificuldades para a execução de todas estas propostas não são de caráter técnico (embora também as há, como em toda obra humana), mas sim provêm da resistência que exercem os grupos de interesse, políticos ou econômicos, a qualquer inovação que puder ameaçar sua conveniente posição social. Como evitar este verdadeiro bloqueio às mudanças? Sempre chegamos à mesma conclusão: tirando o olhar do poder e tornando-a para a base social, onde a coerção do aparelho estatal chega debilitada (salvo pela ação dos meios de comunicação maciça...). Ali se podem experimentar muitas destas medidas em pequena escala, e em seguida exportar os êxitos obtidos através dos meios de difusão, como “efeito demonstração” para outros pontos que estejam tentando algo parecido. Mas é uma tarefa árdua e humilde, que a poderemos confrontar resolutamente quando assumirmos sem rodeios que a clássica (ou quase atávica) ilusão de acessar-ao-controle-do-poder-central-para-mudar-de-ali-o-mundo fracassou.

Aliás, este fracasso não responde a uma posição puramente declamatória, já que se assenta no fato certo de que o Estado perdeu seu poder real ao menos por duas razões, que já consignamos detalhadamente: porque é dirigido de acima pelo capital financeiro internacional e porque a desestruturação da base social lhe impede de operar com

algum grau de eficácia sobre as populações. Então, a mesma dinâmica histórica se encarregou de derrubar a esse grande mito da modernidade e a figura do acesso ao Estado como sinônimo de conquista do controle social, tão real em outras épocas, hoje ficou vazia de significado. Não podemos nos queixar, já que para isto lutamos durante tanto tempo e agora a história nos está dando uma mão. Só que esta ativa senhora se ocupou de resolver a metade do problema e nos deixou o resto ; “o poder já não está centralizado e agora é sua tarefa transpassá-lo às pessoas”, parece nos dizer em tom de burla. E bom, nada pode ser perfeito, só fica agradecer a gentileza e pôr mãos à obra. Daqui em diante, todo o tema tem que ser a reorganização da base social, de modo que a potestade ali encarnada possa manifestar-se.

9. O motor da mudança

Não pode haver uma sociedade florescente e feliz se a maioria de seus membros são pobres e desventurados.

Adam Smith

Crescimento versus desenvolvimento.

Uma coisa são os propósitos e outra muito distinta as realidades. As tentativas por mudar o regime capitalista burguês têm perto de duzentos anos e isso, até agora, não se conseguiu. Ninguém poderia sentir saudades de que o neoliberalismo tenha revitalizado esse modelo de sociedade até levá-lo aos extremos que hoje conhecemos; mal que nos pese, tratava-se de seu projeto original. Mas, embora a intenção inicial da esquerda revolucionária foi romper esse marco prévio, tampouco conseguiu fazê-lo e, melhor dizendo, o aprofundou sem querer como ficou de manifesto pelo ocorrido depois da queda do chamado socialismo real, nos países que pertenciam a sua órbita, onde tudo se acomodou rapidamente na direção do modelo burguês⁵⁹. Para dizê-lo claramente, embora eram projetos de sociedade antagônicos, ambos mantiveram as mesmas relações de produção e a emancipação dos trabalhadores nunca se pôde conquistar, dado que não parece haver muita diferença de status entre ser assalariado para o capital ou sê-lo para o Estado. Nos dois casos se mantém o velho vínculo “patrão capitalista-trabalhador a salário”.

Porém, hoje a ninguém parecesse lhe importar tal discussão e a gente sente que é suficiente —quando mais— fazer resistência aos abusos do sistema, sem tentar mudar aquelas condições estruturais que os fazem possíveis. Os fracassos revolucionários prévios tem espalhado a desesperança e o conformismo, e se tem a impressão de que para a maioria fora preferível resignar-se a ter pouco que arriscá-lo tudo em uma aventura revolucionária cujo destino final é incerto. Mas esta é uma calma aparente que precede à tormenta, já que entre os mais jovens o descontentamento pela desigualdade

⁵⁹ Desde que a Rússia deixou de ser um estado comunista faz quatorze anos, Moscou chegou a ter atualmente vinte e três multimilionários, superada somente por Nova Iorque, segundo a revista Forbes. Em contraste, aproximadamente 25,5 milhões de habitantes da Rússia, ou o 18% da população, vivem na pobreza com menos de 45 euros por mês. Enquanto os soldados do antigo Exército Vermelho mendigam pelas ruas e os aposentados protestam pelas pensões de fome, o consumo como terapia se estabeleceu com força entre os chamados "novos ricos" da Rússia. Calcula-se que estes gastam uns US\$ 4.000 milhões de dólares ao ano em artigos de luxo, tanto na Rússia como no exterior. Em Moscou, os mais ricos têm 53 vezes mais que os mais pobres. Em toda a Rússia, a proporção é de 15 a 1.

crescente, a exclusão e um estilo de vida carente de sentido, estende-se rapidamente. Estas enormes tensões internas do sistema vão desembocar forçosamente na explosão social mais devastadora que jamais se viu, e um dos caminhos para desativar este conflito iminente é modificar a relação burguesa entre os fatores produtivos, o capital e o trabalho. Gostaríamos de pensar que entre as atuais cúpulas políticas ainda existe gente razoável que entende a gravidade do momento e está disposta a enfrentar este debate mas, para ser sinceros, o vemos bem pouco provável.

Há já vários anos, a maioria dos países latino-americanos vêm experimentando crescimentos econômicos sustentados, mas que não se traduzem em um desenvolvimento humano equivalente⁶⁰. Todas as explicações que dão os promotores do atual modelo para justificar este teimoso fenômeno são falsas já que sua causa original se encontra naquilo do que nunca se fala: a propriedade dos meios de produção, hoje em mãos do capital. Embora tanto o trabalho como o capital são ambos os responsáveis solidários de qualquer incremento produtivo, é o capital em sua qualidade de dono quem se leva o ganho obtido, enquanto que o trabalho permanece atado a um salário fixo, que nunca aumenta se houver crescimento econômico mas que sim se deteriora quando a produtividade diminui. Atualmente, esta distorção perversa entre os fatores de produção tem piorado ainda mais, já que o capital pressiona ao trabalho para acrescentar sua produtividade mediante a oferta de aumentos variáveis do salário, convertendo assim o salário fixo em variável. Porém, inclusive nestes casos, o aumento relativo do salário por efeito do incentivo é inferior ao aumento relativo do ganho do capital. A situação se agrava quando se constata que, na maioria dos casos, as metas de produtividade propostas são inalcançáveis para os trabalhadores. Assim, no final do dia, o trabalho não recebe o incremento prometido embora as lucros da empresa sim aumentaram, com o qual só melhorou a rentabilidade do capital. Como se pode constatar, enquanto se mantenha este absurdo desequilíbrio é virtualmente impossível alcançar algum grau de justiça distributiva, assim é que a tola argumentação da

⁶⁰ Nos últimos vinte anos, América Latina tem crescido permanentemente. No mesmo período, a distribuição do ingresso tem-se deteriorado ano a ano. No caso particular do Chile, “exemplo de modernidade”, depois de aplicar por vinte e dois anos o modelo neoliberal, tem passado a ter uma das piores distribuições do ingresso do planeta. Segundo o Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD, ano 2003, das doze piores distribuições do ingresso no mundo, sete correspondem a países africanos e cinco a países latino-americanos. Nessa classificação, Chile ocupa o décimo primeiro lugar (de pior a melhor), sendo só “superado” pela Namíbia, Swazilândia, Botswana, Nicarágua e Brasil entre outros.

tecnocracia para validá-lo perante a opinião pública não faz mais que pôr em evidência aquilo que quer ocultar: uma desmedida cobiça.

E adicione-se ao anterior o fato de que a maior parte desses lucros nem sequer são reaplicados em ampliar as instalações produtivas, para assim gerar novas fontes de trabalho, mas sim escapam do país que produz essa riqueza até os paraísos fiscais, onde se integram ao circuito especulativo internacional. Fechando o círculo vicioso, parte desses recursos certamente voltam para os mesmos países dos que saíram, mas agora em qualidade de empréstimos com altos juros. Este ciclo derivou para uma situação em que os meios de produção já nem sequer pertencem a quem iniciou —correndo todos os riscos— esses empreendimentos, já que sua propriedade foi transferida integralmente aos bancos, donos do capital, por causa das dívidas que se viram obrigados a contrair e não puderam pagar os empreendedores originais. Assim, esta forma de propriedade privada ultra-concentrada a que se chegou terminará paralisando como uma estrela moribunda, ao alcançar o ponto de saturação e é significativo o fato de que já comecem a circular através da imprensa econômica internacional os rumores de uma nova recessão em perspectiva.

Mas ainda é possível reverter este desafortunado processo e para isso bastaria, em primeiro lugar, restituir ao trabalho direitos equivalentes aos que tem o capital em tanto que fator de produção, o que se traduz, como mínimo, em um acesso igualitário aos lucros da empresa. O trabalho humano é a fonte de todas as conquistas materiais da humanidade e, porém, o trabalhador foi sendo despojado de sua dignidade original para terminar reduzido à qualidade de escravo do capital. Então, se queremos avançar para uma convivência social harmoniosa é necessário reparar esta flagrante injustiça, que não tem justificação racional nem pode ser explicada com nenhum dos nebulosos tecnicismos econômicos habituais. Se para o marxismo o capital não era mais que trabalho acumulado, o realismo indica que hoje aquela força não pode ser passada por cima como fator de produção; mas o que sim está em discussão é a desproporcionada preponderância que alcançou em relação ao trabalho, uma desigualdade que está afetando gravemente à totalidade das relações sociais.

Quando este novo paradigma produtivo se instale nas sociedades, veremos que a riqueza social começa imediatamente a fluir e a distribuir-se —como se tivesse retirado uma represa— e o crescimento econômico se vai transformando em desenvolvimento

humano. Hoje, a prática de fazer participar aos trabalhadores nos lucros obtidos pelas empresas já é comum em muitas partes do mundo e isso marca um caminho e uma tendência, só que ainda não se alcança a completa igualdade de condições entre ambos fatores.

A empresa de propriedade dos trabalhadores.

Mas, enquanto isso, os donos do capital especulador (Ou seja, os bancos) continuam tentando melhorar até mais sua posição social hegemônica, o que indica que perderam o rumo (e o juízo) por completo. Atualmente, tratam de impor em todo mundo a chamada “flexibilidade trabalhista”, cujo propósito final é dismantelar as legislações trabalhistas que recolheram todas as conquistas obtidas pelos trabalhadores através de suas lutas históricas, e desse modo dispor do “mercado trabalhista” a sua vontade. Para isso utilizam, como sempre, uma argumentação apoiada na chantagem, porque ameaçam restringindo o investimento se aquelas medidas não se levam a cabo. A explosão social que detonou na França a começos do ano 2006, repudiando as medidas de flexibilização do trabalho juvenil que tratou de impor o executivo, fala-nos do perigoso nível de instabilidade ao que chegaram as comunidades humanas, como consequência dos profundos desequilíbrios sociais que introduz nelas a ação devastadora do grande capital. Para desativar o protesto, o governo francês se viu obrigado a modificar o projeto de lei.

Perante uma situação tão explosiva, não é possível seguir eternamente agüentando, assim é que teremos que ser capazes de encontrar uma fórmula para deter esta espécie de marabunta enlouquecida, porque —de não fazê-lo— terminará por destruir, uma a uma, as mais elevadas conquistas da humanidade. Chegou o momento de represar a esta força transbordada, de lhe pôr limites estritos que moderem sua nociva influência sobre o conjunto, de modo que não siga distorcendo a convivência coletiva e afetando o bem-estar das pessoas. Dado que nos tomamos muito tempo em cair em conta das consequências negativas do atual vigamento socioeconômico (que esperamos não sejam já irreversíveis), a resposta que demos agora *não pode ser gradual*. É necessário implantar, à velocidade da luz, certos instrumentos que permitam controlar ferreamente a ação do capital especulativo, obrigando-o a reaplicar-se primordialmente na produção. Isso implicaria abandonar o universo fantasma das abstrações para dar um salto para o humano. Neste novo contexto, valorar-se-á o trabalho por sobre o capital e o

investimento produtivo por sobre o especulativo, simplesmente porque se referem a realidades humanas.

O único caminho possível para efetuar com êxito este enquadramento forçado passa por *abrir a propriedade dos meios de produção e, especialmente, a gestão produtiva a uma participação mais ampla de seus trabalhadores*, explorando um modelo societário que fique a distância do monstruoso monopólio estatal e do irracional oligopólio privado. A estas alturas do processo humano, podemos concluir que nenhuma forma de concentração pode ser favorável a uma boa relação social; todas são igualmente repudiáveis e nefastas.

Empreender é, em último termo, arriscar. Quem investe um capital para instalar um meio de produção, está arriscando esse dinheiro nas mudanças do mercado. Quem contribui com seu trabalho para fazer produzir esse meio, *também arrisca* pondo em jogo seu esforço e seu compromisso cotidiano. Ambos, o capital e o trabalho, são “trabalhadores” nessa empresa e constituem uma *sociedade produtiva*, cujos vínculos de colaboração asseguram uma gestão bem-sucedida do processo de produção. Se em outro momento histórico, o trabalho e o capital se enfrentaram como inimigos irreconciliáveis ao interior de uma empresa, a grande mudança cultural que o Novo Humanismo está propondo é que ambos os fatores produtivos, em vez de competir *também para dentro* do meio de produção no que participam, procurem a convergência em benefício do progresso comum. Sobre tudo se se considera que hoje o inimigo é outro: aquele ao que chamamos o *capital especulativo*. Para entender bem isto devemos dar um pequeno rodeio.

Uma empresa produtiva está formada por coisas (maquinarias, matérias primas, instalações) e por pessoas (força trabalhista). Por algum estranho truque da consciência coletiva, ambos os componentes se terminaram assimilando como se fossem substancialmente iguais. Então, quando alguém compra uma empresa, dispõe tanto das coisas como das pessoas que a conformam com a mesma naturalidade; Ou seja, *coisifica* a essas pessoas e, automaticamente, adquire um poder absoluto sobre elas pelo fato de possuir a propriedade da empresa que as inclui. Dai em diante, tem direito a decidir sobre a vida e o destino daquelas *pessoas-coisas*, que podem ser demitidas, transladadas ou recolocadas como se fossem móveis. O menos que pode dizer-se é que aqui há algo estranho, porque enquanto no conjunto da sociedade a democracia é um

valor intransável, no âmbito trabalhista os trabalhadores não são donos de suas decisões, direito que foi transferido obrigatoriamente (sem o explícito consentimento dos afetados) ao proprietário do meio de produção que os emprega. Pois bem, graças a esta particular concepção da propriedade, o capital especulativo internacional, já desumanizado por completo, move-se através dos circuitos financeiros virtuais comprando empresas produtivas e *decidindo sobre o destino de milhares de milhões de pessoas* que, por certo, não são consultadas em relação a essas medidas que as afetam. Quando falamos da tirania universal do dinheiro, referíamo-nos especificamente a este fenômeno, até agora imperceptível, mas real, que se ampara no paradigma “propriedade das coisas-poder sobre as pessoas”.

Esta monstruosa mutação que sofreu a economia mundial nos deveria empurrar sem demora a uma reformulação radical do conceito de empresa e propriedade, porque tanto os trabalhadores como os mesmos empresários estão sendo profundamente afetados por esta desumanização aberrante. Falemos então de seres humanos, de pessoas aplicadas a resolver o problema coletivo de como produzir mais. Essas pessoas reais, empresários e trabalhadores, capital e trabalho, devem enfrentar juntas os riscos que envolve esse projeto produtivo. Diante de tão exigente desafio, que demandará toda a energia vital e a máxima lucidez dos comprometidos, tanto a especulação como a usura praticadas pelo capital bancário, não são mais que parasitismos repugnantes que debilitam aquelas iniciativas e ameaçam seriamente sua continuidade. Desde uma perspectiva estritamente humana, quem tem direito à propriedade sobre esse meio de produção são as pessoas — com nome e sobrenome— que estão dispostas a assumir o risco cotidiano que propõe essa iniciativa, não um capital anônimo e volátil, que hoje pode estar aqui e amanhã em outro lado, despojando —de um segundo a outro— a essa realidade produtiva de seu suporte econômico.

A empresa de propriedade dos trabalhadores⁶¹, que se sustenta neste novo princípio, tem como objetivo primário devolver aos seres humanos o controle daquelas decisões econômicas que os afetam diretamente. Quando a propriedade sobre as coisas não garanta nenhum poder, então a especulação a grande escala perderá todo seu sustento,

⁶¹ Este modelo de empresa é aplicação prática de um novo conceito, a empresa-sociedade, desenvolvido pelo economista espanhol José Luis Montero de Burgos. *Empresa e sociedade (bases de uma economia humanista)*. Antares Ediciones, Madrid, 1994.

mas isso está ainda muito longe de acontecer. Enquanto isso, o fato de incorporar aos trabalhadores na gestão empresarial e na tomada de decisões impedirá que os lucros escapem para o circuito especulativo, voltando a se investir por força na expansão ou diversificação da empresa e gerando assim novos postos de trabalho. Com isso estamos dizendo que, em uma economia a escala humana, os lucros obtidos graças a um aumento na produtividade são perfeitamente legítimas; não assim as que se obtenham mediante a especulação e a usura, porque a tentação de acessar a essa “prata doce” estimula as quebras fraudulentas, o endividamento forçado e a fuga de capitais.

Na última entrevista que deu, pouco antes de morrer, o grande empresário chileno Carlos Vial Espantoso explicava que tinha tentado seriamente dar participação a seus trabalhadores na propriedade e a gestão de suas empresas, mas foram tão grandes as pressões que recebeu, de parte de quem ele mesmo chamou “capitalistas selvagens”, que renunciou a fazê-lo e optou por repartir seu dinheiro em numerosas obras de caridade, que ainda seguem funcionando. Mas a propriedade do trabalhador é um modelo empresarial que começou a adquirir grande importância no mundo durante as últimas décadas, segundo o consigna um trabalho realizado faz alguns anos pelo centro de estudos chileno CENDA e chamado extensamente pelo Dicionário do Novo Humanismo⁶². Trata-se de uma exaustiva investigação que dá conta da posta em marcha, em distintos países, de empresas muito grandes e comercialmente bem-sucedidas que têm-se aberto à participação dos trabalhadores. Um sistema político-social de orientação humanista tende à estruturação de uma sociedade em que predomine a propriedade do trabalhador.

Embora estejamos de acordo em que o crescimento econômico é o meio para alcançar o bem-estar material, nossa discussão com o atual esquema se centra em que os benefícios obtidos, graças a esse esforço coletivo, favorecem a um grupo muito pequeno enquanto que os grandes conjuntos devem conformar-se com as sobras. Por sua vez, para uma economia ao serviço do ser humano, em que se priorize o pleno emprego dos povos em condições de paridade entre capital e trabalho, dito crescimento assegurará a melhor distribuição do ingresso. Daí a orientação obrigada a reaplicar os lucros e diversificar a plataforma produtiva. Não nos sigamos enganando. Os enormes problemas humanos que gerou o sistema econômico vigente não foram causados por meras dificuldades

⁶² *Dicionário do Novo Humanismo. Obras Completas. Vol. 2.* Silo. Plaza y Valdés. México, 2004.

técnicas em sua aplicação, mas sim porque se desviou do propósito essencial para o que tinha sido concebido: ajudar ao ser humano em seu caminho de liberação. E este desvio não foi acidental pois responde à má fé de um grupo de patifes que, fazendo uso de seus truques baratos e suas contas de vidro, arrebataram-nos a condução do processo para obter os benefícios que estavam destinados ao conjunto. Sem dúvida que chegou o momento de tornar a pôr as coisas em ordem.

Recuperação dos recursos naturais e energéticos, valor agregado e tecnologia.

Cobre, ouro, prata, molibdênio, celulose, farinha de pescado, café, cacau, açúcar, petróleo, gás natural... a América Latina abastece ao mundo de matérias primas, que em seguida são processadas e transformadas em produtos mais elaborados, nos países com um maior grau de desenvolvimento tecnológico. Nosso continente vende sangue de suas veias, como diria Galeano⁶³, nesta particular divisão planetária do trabalho, e logo deve comprar os produtos elaborados com essas matérias primas, pagando um gigantesco sobre-preço. Para agravar até mais a situação de nossa amada região, muito poucas vezes soubemos exercer soberania sobre esses recursos. Primeiro foram os impérios (espanhol, inglês, norte-americano) quem saquearam a qualquer preço essas reservas, inclusive tomando posse de nossos territórios ou instigando guerras fratricidas ao interior do continente⁶⁴; agora são as transnacionais, que fazem o mesmo mas mais discretamente, amparando-se em legislações que as favorecem. Muito poucos países da região conseguiram sacudir-se desta indigna servidão histórica. Chile conseguiu nacionalizar seu cobre durante o governo de Allende, mas logo a ditadura militar —em cumplicidade com os neoliberais de Chicago— retro trouxe grande parte dessa conquista, que os posteriores governos democráticos não tiveram nem a mais mínima vontade de reconstruir. Venezuela, graças ao presidente Chávez, conseguiu recuperar seu petróleo, que tinha enriquecido a gerações de políticos corruptos nesse país. O governo do Evo Morales está tentando fazer o mesmo na Bolívia com as reservas de gás natural.

⁶³ Em referência ao conhecido livro *As Veias Abertas da América Latina* do escritor uruguaio Eduardo Galeano.

⁶⁴ Um dos casos mais emblemáticos foi a guerra civil na Colômbia a começos do século XX, aproveitada pelos Estados Unidos para apoderar-se da zona onde se construiria o Canal e que terminou com a criação de um novo Estado: Panamá.

Os recursos naturais e energéticos som a base material da soberania dos países e, em virtude de dita condição, não são propriedade dos estados nem muito menos dos governos: pertencem aos povos e eles devem decidir seu destino... se é que os governantes de turno se advêm a lhes perguntar, nestas modernas democracias de objeto de cenário que nos regem. Hoje a situação é até mais lamentável, porque como se trata de processos extrativos relativamente simples, os grupos econômicos donos das tarefas exploradoras utilizam avançadas tecnologias para, literalmente, arrasar com esses recursos, que são transformados em capital financeiro⁶⁵. Este “círculo virtuoso” especulativo é um círculo infernal para os países da região, que não podem sair do subdesenvolvimento porque vendem terra, água ou bosques a preço de “*commodities*” e importam produtos com alto valor agregado, um dos quais é o dinheiro. Porque hoje a maior parte do lucro está na usura, e se antes os créditos eram um instrumento para vender mais produtos, o processo se inverteu e os produtos se converteram no gancho para vender mais créditos. De qualquer modo, ganham por ambos os lados, a gastos de nossa imperícia histórica.

É necessário dizê-lo com todas suas letras, embora nos provoque dor no mais fundo de nossa alma regional: desde seu “descobrimento”, América Latina sempre foi uma colônia, espoliada por sucessivos colonizadores e sua libertação definitiva segue estando em estreita dependência com o processo de integração regional: quando esta avança, a esperança de obter uma emancipação autêntica também se acrescenta. Por certo, a globalização vai exatamente no sentido inverso, porque é um processo que tende à divergência ao priorizar os tratados de livre comércio bilaterais e com países alheios ao contexto regional, com o qual se vai perdendo a necessidade de um destino comum para o continente. O único caminho de progresso verdadeiro para a América Latina é aquele que acontece os três marcos seguintes: integração regional não só econômica mas também, primordialmente, energética e humana; recuperação dos

⁶⁵ “Este processo de conversão de capital natural em capital financeiro está profusamente documentado com abundantes estudos que dão conta do grau de deterioração do meio ambiente, produto da incessante destruição, ao mesmo tempo que se vai incrementando de forma quase irracional a disponibilidade de capital financeiro concentrado em muito poucas mãos. De fato, as 225 pessoas mais ricas do mundo monopolizam a mesma riqueza que a metade da humanidade, Ou seja, a mesma riqueza que 3 mil e milhões de pessoas. Segundo o X Informe sobre a Riqueza do Mundo (Merrill Lynch e Capgemini, 2006), o número total de milionários no mundo cresceu 6,5% no 2005, alcançando os 8,7 milhões de pessoas. Todos eles somam um patrimônio conjunto de 33,3 trilhões de dólares. Este número de privilegiados não supera aos 0,1% da humanidade”. *O retorno de Fausto*, Marcel Claude, Ediciones Política y Utopía, Santiago de Chile, 2006.

recursos naturais e energéticos; industrialização com tecnologia de última geração (não poluente), para a elaboração de produtos com alto valor agregado.

Bastaria com observar desde onde vêm as travas e restrições que se colocam para que cada um daqueles objetivos para entender os enormes interesses que estão em jogo. Se não existissem tentativas sérias para bloquear este processo, não se entenderia por que avançamos tão pouco; salvo que tivéssemos que atribuí-lo à inépcia ou desonestidade de nossos governantes, o que tampouco nos deixa muito bem parados. Em definitiva, há um conjunto de razões encadeadas que, finalmente, respondem —voluntária ou involuntariamente— às intenções dos colonizadores atuais: os grupos econômicos transnacionais.

A integração regional e a recuperação dos recursos naturais é responsabilidade dos atuais líderes políticos, que deveríamos ser capazes de superar essa retórica lírica e inconsistente tão apreciada pela classe política latino-americana, para nos pormos a trabalhar seriamente no desenho de uma agenda clara e um itinerário preciso que pudessem ser consultados com os povos. Em poucas palavras (e seja válida a redundância), falar menos e fazer mais. Agora que o império tirou o olhar de nosso continente, ocupado em resolver outros problemas mais urgentes e prioritários para eles, e com a ascensão, em distintos países, de governantes propensos à integração, *é o momento adequado para avançar com resolução*. Seria então necessário construir sem demora instâncias de diálogo político entre as nações da América Latina, em ordem a resolver suas diferenças e desenhar esse processo conjunto, no espaço e no tempo⁶⁶. A integração europeia que hoje está chegando a sua culminação, iniciou-se deste modo faz ao redor de cinquenta anos, baseado nos acordos tomados por seis países que constituíram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Os latino-americanos somos perfeitamente capazes de tentar algo parecido, se tem-se compreendido a necessidade estratégica desta grande aliança.

Quanto à plataforma tecnológica e industrial, até agora foi um sonho frustrado e o único país que obteve um certo avanço nessa direção é o Brasil, o gigante da região. Recentemente, montou-se no Chile uma grande exposição monográfica sobre o tema do

⁶⁶ Um primeiro plano para avançar para a integração dos povos deve considerar ao menos: a resolução de todos os conflitos limitrofes; o desarmamento proporcional e progressivo, destinando esses recursos a saúde e educação; o livre trânsito das pessoas; acordos de integração econômica que favoreçam o desenvolvimento da pequena e média empresa; uma legislação regional para defender os direitos dos trabalhadores; uma legislação ambiental regional.

cobre, que percorria sua história até chegar ao momento atual, onde se mostrava a enorme importância que tinha adquirido o metal vermelho, exibindo-se todos os produtos que hoje se fabricam com esse recurso, a maioria de tecnologia de última geração; só que... nenhum deles se fabrica no Chile. E para fechar o paradoxo, graças ao elevado preço internacional do cobre esse país terminou o ano 2006 com um superávit fiscal de onze mil milhões de dólares, que poderia ter sido utilizado para elevar seu nível tecnológico, mas que, como consequência das pressões dos grupos de interesse, foi derivado para os bancos internacionais. Outra vez, neste assunto também se pecou por um excesso de retórica, porque se tem *falado* muito da segunda e a terceira fase exportadora que iriam adicionando valor a nossas matérias primas, mas não se deu nenhum passo consistente nessa direção e os governos nem sequer atribuíram os recursos necessários para estudar exaustivamente como passar da extração à manufatura.

Ao calor destas reflexões, não deixamos de nos perguntarmos como temos podido fazer tão mal as coisas e a única resposta que nos tranquiliza, em parte, é que somos um continente muito jovem, cuja entrada na história é um fato recente. Ao contrário do que dizem os tecnocratas a soldo das transnacionais, nossas dificuldades para avançar para o progresso não são nem técnicas nem materiais, mas sim se derivam de uma falta de clareza e de vontade política generalizadas. Embora os líderes regionais não estiveram à altura de sua missão e não souberam (ou não quiseram) esclarecer aos povos em relação às direções a seguir, são estes os últimos responsáveis posto que, já muitas vezes, tornaram a avaliar com seu voto a deficiente gestão de seus representantes. América Latina está em um momento crucial de seu trajeto histórico e esperamos ferventemente que seus povos tenham a sabedoria necessária que demandam as atuais circunstâncias, para escolher a quem sejam capazes de conduzi-los na direção correta.

10. América Latina, crisol do futuro

As crianças das próximas gerações irão ver a pobreza aos museus.

Yunus

Onde está o novo.

Algo novo está acontecendo nas cabeças dos habitantes da América Latina. Algo novo parece impregnar a atmosfera social. Não se trata da paisagem urbana das super-rodovias, os centros comerciais, os telefones móveis, a comunicação instantânea. Nem tampouco das dificuldades para sobreviver no mundo de hoje, onde tudo, absolutamente tudo, está apoiado no dinheiro. Não é, por certo, o triunfo momentâneo da social-democracia e com ela o assentamento definitivo do neoliberalismo. Estamos assistindo ao surgimento das primeiras tentativas empreendidas pelos povos do continente para encontrar saída para um momento muito angustiante de sua vida social. Além de acertadas ou equivocadas que possam ser essas respostas, o importante é a busca de um novo caminho que permita sair da violência e a discriminação que se experimenta no viver cotidiano. Não se trata da continuidade do economicismo, mas tampouco de um surgimento revolucionário clássico, mas sim de uma busca muito mais profunda para desmarcar-se daquilo que os oprime, que os asfixia, embora não saibam com exatidão o que é.

Na Bolívia, Evo Morales leva o mundo camponês e indígena ao governo. América Latina tem sentido o forte movimento do terremoto cultural que a percorre. Evo assume a presidência na Porta do Sol vestido com o *unku*, o manto usado pelos antigos sacerdotes do Tiwanaku em sua etapa imperial de faz 1.000 anos, e com o *chuku*, boina de quatro pontas que representam os quatro pontos cardeais e os pisos ecológicos do país. Ondula ali a *wipala*, com as cores do arco íris ou *cuichi*, oficializada em 1975 como a bandeira do Tawantinsuyo. Um líder que emerge do coração de seu povo, levando um bastão de mando composto por duas cabeças de condores, o qual foi entregue pelos amautas, sábios ou sacerdotes ancestrais, hoje chamados de diferentes forma (xamães, yachacs, kallawayas, curandeiros, etc.), para representar às trinta e seis nacionalidades que compõem o povo boliviano. Unindo os motivos simbólicos com as necessidades da época, Evo soube se adaptar-se referindo-se à unidade do Oriente e Ocidente do país, onde os conflitos atávicos entre os collas do altiplano e os cambas da

Santa Cruz, ainda prevalecem⁶⁷. Esta busca de unidade é talvez a mesma que, nestes momentos, está convocando a todos os povos do continente. O programa do Evo para a Bolívia pode ser inspirador para os movimentos sociais da região: nacionalização dos recursos naturais, aceitando o investimento estrangeiro em qualidade de sócios e não como donos desses recursos, controle das águas pelos bolivianos e uma nova constituição que aprofunde a democracia.

A revolução Bolivariana na Venezuela, impulsionada por Hugo Chávez, tem recebido o apoio cidadão eleição após eleição e a população se mobilizou para impedir o golpe de estado. Venezuela utilizou seu petróleo para financiar operações gigantescas de saúde para sua gente e os estendeu a centenas de milhares de latino-americanos, preocupou-se de romper os monopólios de informação e solidarizou com os povos afetados por desastres naturais. As bases militares dos Estados Unidos, localizadas nas fronteiras da Venezuela, Colômbia e Equador, não estão ali para frear às FARC nem aos narcotraficantes. Estão ali para impedir o encontro desses três países e dificultar sua integração, que é o caminho correto para obter a paz e desmilitarizar a zona.

Muito ao sul, no Chile, um país modelo para o FMI na América Latina, por ter levado à praxe o neoliberalismo com um fundamentalismo sem igual, no ano 2006 assume pela primeira vez uma mulher para conduzir os destinos da nação. Michelle Bachelet é mãe solteira, divorciada e atéia, uma mulher que rompe com os valores que impunha o conservadorismo nesse país. Tanto Lula, um ex-operário que assume o governo do Brasil, como Kirchner na Argentina, mostram signos alentadores de independência ao tirar-se de cima ao FMI pagando a totalidade de sua dívida externa com dito organismo e terminando assim com suas intervenções ilegítimas na política interna desses países⁶⁸. O caso do Frente Amplo no Uruguai poderia seguir a mesma tendência para a irrupção de um novo fenômeno cultural e político.

Sem dúvida que estamos vivendo uma mudança cultural muito profunda porque em todas partes emerge um novo sentimento liberador que procura concretizar-se na paisagem social. A mudança foi interior, de sensibilidade e essa nova percepção do

⁶⁷ Contexto Cultural da Cerimônia de Encargo do Evo Morales, José Salcedo, Foro Humanista Latino-americano, Quito, Equador. 2006.

⁶⁸ Em Abril de 2007, Hugo Chávez também terminou de pagar a dívida da Venezuela com o FMI, o que demonstra que sopram novos ventos libertários na América Latina.

mundo encontrará sua expressão social e política. São os povos quem está escolhendo governantes que rompem com os parâmetros homogêneos da globalização, são eles os que estão levantando o distinto, os que se abriram a novas respostas e a novos riscos.

A afirmação da diversidade.

O projeto fundamentalmente econômico da globalização, através do qual se regula o comportamento social, começa a se chocar com a reação do distinto e do diverso. Mesmo que aceite o folclore e disfarce a seus representantes de mulheres, de jovens ou de etnias, não pode disfarçar que a forma de vida que propõe, apoiada no dinheiro e o consumo, homogeneiza às populações. Tendo convertido as necessidades básicas de saúde, educação, água, luz e comunicações em artigos de consumo, satisfaz essas necessidades em troca de dinheiro. Esse mesmo poder global vai adequando aos governos locais para facilitar sua ação, por sobre as necessidades da gente do lugar.

Porém, essa tendência negativa tem distorcido e ocultado outro processo que sim é verdadeiramente importante. Trata-se de uma sentida aspiração humana de encontro de culturas e de paz ao redor de um destino comum, que supere a violência, a injustiça, a dor e o sofrimento. O impulso de unir à humanidade, de conectá-la e comunicá-la, em marcha para uma nova civilização planetária é uma imagem que vive ao interior de cada um de nós. Não estamos aqui para ser força de trabalho semi-robótica ou semi-escrava que satisfaz as ambições de um poder central uniformador, mas sim para elevar a condição humana, fazendo proliferar a multiplicidade e experimentando o contato fecundo com o diferente, que também é meu par, é meu irmão, é meu igual.

Que uma cultura materialista utilize para seus espúrios fins uma tendência histórica evolutiva, é só um instante nefasto dentro de um processo social maravilhoso. Mais adiante poderemos lhe reconhecer que ajudou a desenvolver os procedimentos tecnológicos para que os povos se comunicassem. Mas também instalou condições sociais insuportáveis que empurraram a grandes conjuntos humanos a migrar e deslocar-se de um ponto a outro do planeta, perdendo o sentido as fronteiras. Ainda apesar de seu drama, essas migrações permitiram o encontro entre gente de todos os lugares, de todas as raças, de todas as nações, de todas as línguas. Assim, em décadas futuras diremos que o ser humano se abriu passo e se liberou, como muitas vezes antes, mas esta vez de um poder global que ameaçou escravizá-lo.

A globalização é um modelo que se impõe de um centro de poder aos estados nacionais. Mas os estados nacionais, a sua vez, impõem o mesmo modelo homogeneizador a suas províncias e municípios. Os municípios procuram homogeneizar às organizações sociais e estas a sua gente. Não se trata só de um tipo de governo ou uma forma econômica; mais que isso, é uma mentalidade, um modo de relação que nega o distinto. Hoje não podemos dizer sequer que o centro desta globalização se encontre só nos Estados Unidos. O signo desse processo está também na Europa, na Rússia, na China e na Índia, que competirão entre si pela hegemonia mundial, configurando um sistema de relações internacionais policêntrico. E estará bem se, enquanto isso acontece, conseguimos levantar um novo projeto *que canalize a reação da diversidade e encontre sua convergência*.

Afirmar a diversidade além de seu conteúdo poético é a possibilidade de elaborar o novo. Isto não pode ser pura retórica mas sim deve fundar-se no convencimento de que só assim as sociedades podem sair do estancamento. E não há outro modo de afirmá-la que não seja através de políticas concretas nos que aquela possa expressar-se. A luta pela democracia tem sentido se essa democracia incorporar à diversidade. Porque as “democracias” da globalização, em realidade, são ditaduras com roupagem democrática, nas que as liberdades são restringidas por meio do controle econômico, que se obtém ao lhe dar ao dinheiro ou ao capital um valor desproporcionado. Afirmar a diversidade é abrir os espaços de decisão a quem, hoje os têm bloqueados. É abrir os espaços às etnias, às mulheres e aos jovens para que, de ali, surjam as respostas às interrogantes deste momento histórico. Se o paradigma globalizador tem o signo do machismo, o futuro está nas mulheres que serão, cada vez mais, um fator transformador. Se negar às etnias, elas serão o fenômeno cultural que abrirá o futuro. Se reprimir ou adormecer às novas gerações, na reativação da participação juvenil estarão as respostas às encruzilhadas que enfrenta a Humanidade. Contudo, não falamos aqui de dádivas. Não se trata de que os homens “lhe dêem” o poder às mulheres, nem que os velhos se o dêem aos jovens. A outro lado tem que fazer sua parte, dar sua luta.

Embora a ideologia da globalização nos diga o contrário, sua tentativa de esmagar a diversidade para ter o controle social é uma política estúpida, porque produz reações violentas nas comunidades, orientadas a defender suas identidades seja como for, o que acentua a desintegração, a violência e o caos. Aprofundar a democracia real; abrir-se à

diversidade de modelos econômicos; assegurar a todo ser humano sua educação, sua saúde e sua pensão, independentemente de sua condição de origem, não só é justiça social mas também é a melhor maneira para que o diverso possa manifestar-se.

A convergência da diversidade.

Mas acontece que, quanto mais avança a globalização concentrando o poder e a riqueza, maior é a desarticulação na base social que se atomiza em frações cada vez mais pequenas. Assim como a afirmação da diversidade põe em movimento às sociedades e renasce a criatividade humana para resolver as necessidades que impõe o momento histórico, se tal diversidade não encontrar um modo de convergir e complementar-se, a progressiva atomização conduzirá o processo a uma situação caótica general irreversível. Frente a esta situação, poder-se-á tentar frear o caos mediante a força bruta, mas isso só aumentará a velocidade da desordem.

A força do diverso radica em sua possibilidade de convergir, se não é uma fórmula incompleta. Mas, como pode convergir aquilo que só se afirma a si mesmo? A resposta é mais simples do que parece: por necessidade. Europa o fez, depois de duas guerras atrozes e séculos de diferenças, porque já o tinha perdido quase tudo e o fracasso do caminho diferenciado se fez evidente. Se a homogeneização global conduzir a uma morte segura de todo o sistema, a diversidade multiplicada até o infinito tampouco é construtiva. Mas a pressão destrutiva que hoje exerce o meio, como resultado da situação de violência e desumanização crescentes que temos descrito, pode não ser estímulo suficiente para despertar essa necessidade de convergir que, no caso da América Latina, chama-se integração regional. No momento, só se trata de uma aspiração comum que começa a esboçar-se em distintos círculos e a ser acariciada pelas multidões; é um sentimento e uma intuição antes de ser formulada como ideologia ou como programa.

Se em meio da tormenta do presente, já não se encontram respostas no conhecido ou no próprio, talvez estejamos dispostos a escutar esse “algo novo” que se insinua, para levar a humanidade a porto. Enquanto os Estados Unidos, em um patético rol de super-herói de caricatura, continua arrastando ao mundo para o choque cultural, a ditadura do capital, a ameaça nuclear e o transbordamento terrorista, possivelmente seja a América Latina o lugar do planeta aonde vejamos nascer a alternativa à globalização. Neste convulsionado panorama, onde outras regiões como a Europa, China, Índia, Rússia se

adaptaram e hoje competem pela hegemonia mundial, América Latina (e é obvio que também a África) parece tomar consciência de sua riqueza cultural, do valor de sua gente e de seus povos, do valor de seus recursos naturais e energéticos, da necessidade de unir-se para dar um salto em sua história construindo a integração regional.

Embora a tentativa hegemônica da globalização também procurou uma forma de arraigar-se em nosso continente e nos leva a dianteira, através dos Tratados de Livre Comércio e a Área de Livre Comércio das Américas, essa pseudo-integração regional apoiada em critérios econômicos se está encontrando com problemas e começa a se chocar com a expressão cultural de uma diversidade que quer desdobrar-se e lhe está fazendo o vazio a suas propostas. Esse novo projeto regional afirma ao indivíduo, mas não ao individualismo; afirma o nacional, mas não ao nacionalismo; afirma a raiz cultural dos povos mas não a violência enraizada neles; afirma à mulher, mas também ao homem; afirma ao jovem, mas valora aos maiores.

Na América Latina se vislumbra uma possibilidade, existe o espaço para levantar um projeto latino-americano que proponha algo verdadeiramente novo e que sirva de base para a nova civilização planetária. São os ventos dos Andes, o calor da Amazonia e a brisa dos Oceanos que em seu encontro dissolvem as diferenças, as disputas e as pequenezes. América Latina é uma paisagem feita de muitas paisagens, um olhar feito de muitos olhares, que umas vezes se fundem e outras vezes se separam. Aqui se encontram os de dentro e os de fora, as etnias indígenas e a migração européia, Asiática e africana. O lugar de "todos os sangues", dos múltiplos olhares que devem começar a reconhecer-se e encontrar-se. Cada latino-americano é um rosto feito de muitos rostos.

Acostuma-se a confundir a nação com o Estado, quando em realidade são realidades muito distintas. Uma nação é um fenômeno cultural caracterizado pela coincidência de intenções e olhares de um grupo de pessoas, sem perder por isso sua identidade e sua particularidade. O Estado, por sua vez, é uma forma particular de governar-se que têm algumas sociedades. A nação é um projeto lançado para o futuro, uma resposta que dá um conjunto humano para superar a necessidade, a dor e o sofrimento. O projeto de nação pode surgir em um momento histórico, desenvolver-se e chegar a sua plenitude ou estancar-se e até desaparecer em sua tentativa. Sua viabilidade futura vai depender de se encontrar ou não o elemento aglutinante que dê coesão à infinidade de propósitos individuais, o “ponto de convergência” que faça derivar tudo na mesma direção.

Se a América Latina tem conseguido afirmar sua riqueza cultural, ainda não encontra esse espírito comum que lhe dará unidade. Onde devemos procurar a identidade da integração, aquele sentimento que nos faça nos reconhecermos como um? Às vezes o procuramos no passado e ali só encontramos as pedações de uma memória fragmentada. Às vezes o procuramos no presente, a partir do pragmatismo de uma conveniência imediata, e ali só encontramos a fragmentação dos interesses particulares. Talvez teremos que procurar no futuro, naquilo que até agora nunca se tentou mas que está lá, na frente esperando a que estejamos em situação de vê-lo. A integração não virá como mandato de nenhum poder superior, nem interno nem externo, mas sim responderá à vontade dos povos e comunidades do continente. Portanto, demos a essa nação humana o máximo poder de decisão para que encontre seu caminho.

É por isso que uma integração que se sustente em uma base social com liberdade efetiva não pode fazer-se com os Estados Unidos operando na região. Qualquer poder superior, seja extra-regional ou intra-regional, que tente seguir decidindo o rumo que devem tomar as comunidades, por razões externas a elas mesmas, só conseguirá acentuar a dispersão. Por sua vez, se entregarmos aos povos a máxima liberdade para que elejam seu futuro, essa nova forma de convivência procurará a convergência, como um rio procura seu leito, e a integração latino-americana será um aporte ao processo para a nação humana universal.

Ao final, um conto muito curto

Os pirocratas.

Depois de inúmeras tentativas frustradas, finalmente os humanos conseguiram aceder ao segredo do fogo. A notícia explodiu em algum ponto e se propagou por todos lados como uma praga. Então, os distintos grupos entraram em um frenesi de atividade e cada dia descobria-se uma nova aplicação útil para esse novo e poderoso amigo. Os narradores de histórias entusiasmavam a seus ouvintes anunciando o advento de uma nova era de bem-estar para todos e a angústia da sobrevivência parecia ficar atrás, como uma amarga lembrança.

Tudo ia bem, até que apareceram os pirocratas. Ninguém soube com certeza de onde tinham vindo, mas o certo é que, assim que chegaram, começaram a tomar contatos com os chefes a quem seduziram rapidamente, utilizando uma linguagem rebuscada e escura, até ser reconhecidos como “peritos em administração do fogo”. Dali em diante, tudo começou a complicar-se.

Sua primeira medida consistiu em racionar o acesso a esse patrimônio comum, com o argumento de que só eles possuíam os conhecimentos técnicos necessários para cuidá-lo e mantê-lo. Então, emitiram uns bônus que devia comprar todo aquele que queria receber seus benefícios. Desde aí em diante, esses papéis se converteram no bem mais prezado e a gente esteve disposta a fazer algo por obtê-los. A essas alturas, já a irmandade humana —que tantos esforços custou instaurar— tinha desaparecido e as relações sociais tornaram a reger-se de acordo com esse velho mandato da natureza que é a lei do mais forte. E aconteceu de repente que todos começaram a esquecer que o domínio do fogo tinha sido uma conquista coletiva e se chegou a acreditar que os pirocratas eram os amos legítimos daquela fabulosa ferramenta. Essa desgraçada circunstância permitiu à nova casta dispor de um poder quase absoluto, que pôde utilizar de mil maneiras para sua própria conveniência.

Mas um bom dia, graças à insistência sustentada de uns poucos, o enfeitiço se quebrou e a gente recuperou a memória. A infame manobra dos pirocratas ficou ao descoberto e então, viram-se obrigados a negociar sua permanência nas comunidades,

agora em condições muitíssimo mais desvantajosas: tiveram que resignar-se a trabalhar duramente, como todos outros.

Assim, os humanos recuperaram o controle daquele instrumento benéfico e o fogo voltou a favorecer a todos por igual. Os narradores voltaram a cantar-lhe a sua magia prodigiosa e uma nova ordem coletiva substituiu ao caos pirocrático. Mas também, através daquela cruel experiência se chegou a entender, finalmente, um velho e sábio ensino: que toda obra humana é o fruto da colaboração, não da disputa.

Epílogo a respeito de uma nova espiritualidade

Chegamos ao final de nosso percurso. Um sol de sangue tinge o céu do crepúsculo outonal, que se projeta sobre a cidade como um gigantesco pavilhão encarnado, simbolizando de algum modo aquela grande conflagração global em que estamos imersos: o ser humano enfrentado aos senhores do dinheiro. Enquanto isso, a vida social assim como a vida pessoal se foram desintegrando em fragmentos cada vez mais pequenos, como se estivéssemos sendo observados através de um enorme caleidoscópio e o vazio existencial tem sumido às populações em uma opaca atonia, que se quebra de vez em quando para dar passo a agônicas convulsões catárticas. É uma época triste para o ser humano porque o mundo que construiu tem explodido tornando-se irreconhecível para seu criador; mas a nostalgia dessa unidade perdida é uma força que se faz tanto mais poderosa quanto mais desesperançada parece a situação que nos toca viver.

Muitas culturas narraram mitos sobre deuses que foram esquartejados pelo rancor e seus pedaços repartidos pelo mundo para ser reconstituídos depois, graças à força do amor, essa espada de fogo que é capaz de atravessar qualquer limite e penetrar até os mais recônditos segredos. O que significados se escondem detrás daquelas estranhas alegorias e que relação guardam com nossa época? Hoje tudo derivou para um radical antagonismo: enfrentam-se as culturas, o capital com o trabalho, a morte se opõe à vida, a riqueza concentrada se assenhorea no planeta em contra do bem-estar dos grandes conjuntos. Assim estão as coisas, mas a saída para esta espécie de oposição universal não se encontra nos discursos hipócritas dos poderosos e seus sequazes nem tampouco na profundização do atual olhar analítico, que acentua ainda mais a decomposição. E menos ainda se alcançará graças a uma horrorosa vitória momentânea de um bando sobre o outro. Poderíamos dizer, apelando a uma cínica máxima militar, que se não se pode ganhar, então terá que parlamentar, mas o ódio compreensível dos ofendidos, avivado por uma situação generalizada de absurdo, impedirá qualquer diálogo.

Apesar dos enormes avanços materiais que hoje conhecemos, nenhuma força física se mostrou capaz de restabelecer a unidade essencial de todo o existente. Trata-se, sem dúvida, de uma experiência de outro tipo, que algum filósofo identificou como o

momento da revelação do Ser”, foi “alétheia” para os gregos e “deus” para outros muitos. Como quer que se chame, é uma intuição poderosa que tem irrompido em distintas épocas, cada vez que o ser humano deveu empreender um caminho distinto ao que seguia até esse momento. A nova espiritualidade que está aparecendo simultaneamente em todo o planeta nos fala destas buscas, que tentam responder à pergunta fundamental: qual é o sentido da vida humana em geral e de minha própria vida? Se a ciência tem sido capaz de descrever o “como” com arrojadora eficácia e a filosofia tem tentado dar respostas ao “porquê”, só a revelação interior pode nos abrir as portas do “para que”, dimensão que constitui o que está atrás de qualquer outra pergunta. Não obstante, ao falar da vida e seu sentido nos impõe também a realidade e o mistério da morte, mas disso não é muito o que podemos dizer já que acreditamos que cada qual está em condições de encontrar suas próprias certezas.

A mente humana necessita da verdade para florescer, tanto como o corpo necessita do ar para viver. Porém, este afã por instalar certezas que sempre nos tem incitado para a ação incansável, desembocou, por estranho paradoxo, em uma época em que se tem imposto a mentira, a manipulação e o engano como principais códigos de relação. Algo saiu muito mal aqui —temos que reconhecê-lo— e disso dá sobrada conta o uso malicioso que se terminou fazendo de umas ferramentas tão poderosas como são os meios de comunicação atuais, que multiplicam a mentira oficial até níveis nunca antes imaginados. Chegou então o momento de tornar-nos para nós mesmos e procurar a luz em nossos próprios corações, porque a experiência histórica está indicando que a “verdade verdadeira” não pode obter-se pela pura acumulação mecânica do conhecimento sobre o mundo externo, como nos ensinava o racionalismo, mas sim se acede a ela através de uma compreensão instantânea e direta (não intermediada por ninguém), que é o fruto de uma profunda experiência interna de iluminação. Como muito bem sabem os místicos de todos os tempos, é uma verdade revelada. Depois virão as interpretações e os mitos, elaborados e refeitos uma e outra vez a partir dessa experiência original e que tenderão a multiplicar-se com o passo do tempo, como sempre acontece. Mas o importante seguirá sendo a possibilidade certa de aceder a esses recintos sagrados da própria interioridade nos que se guardam os significados eternos, espaços míticos onde convivem em completa harmonia homens e deuses.

Depois de muitos fracassos dolorosos, dá-nos a impressão de que o ser humano está novamente disponível para abrir-se a viver essa experiência fundamental, da que se afastou por causas que são muito complexas de analisar e superam as intenções deste escrito (e também, os alcances deste escritor). O ponto em questão agora é a obtenção dos meios para aceder a uma vivência que perdurou só como vaga e confusa lembrança de tempos imemoriais. A quem acudir? Em quem confiar? Por sobre tudo, terá que procurar-se entre quem não nada lhe pede e tampouco tratam de impor-lhe nenhum dogma, guias bondosos que se limitam a lhe mostrar um caminho para que você o percorra livremente, no caso de que esse fora seu desejo mais profundo. Se a época o está demandando, esses guias já existem em alguma parte e bastará com aprender a ver para perceber sua existência, seguindo o mandato de uma sincera necessidade interior que orientará essas buscas. Mas com isso também estamos assinalando a quem devo evitar, para não nos equivocar: a qualquer que utilize (ou avalize) a violência como médio, por mais elevados que sejam os propósitos que declare.

Quando esta necessidade tão humana de sentido se transforme em um clamor, Ou seja, em uma demanda coletiva, não haverá nenhuma corrente que possa deter ou controlar a intenção dos povos para ir nessa direção e a imagem comum que dali surja conterá uma energia colossal, capaz inclusive de modificar o rumo de todo o sistema. Embora nos acusem de delirantes, atrevemo-nos a dizer que a irrupção desta experiência pode implicar uma completa transformação da convivência social, porque a partir dela se compreenderá finalmente que cada vida humana é sagrada e forma parte de um tecido único no que ninguém sobra, em cuja trama todos somos necessários assim como necessitamos também aos outros. Digamos então que a constatação da profunda unidade do diverso só pode obter-se por esta via. Assim, o abandono da violência como forma de relação entre os indivíduos e os povos será, por sobre tudo, uma manifestação visível desse contato profundo com o sagrado ao que muito em breve acessaremos. A superação de toda forma de violência significará, em última instância, que se tem modificado de raiz o modo no que experimentamos o humano, em nós mesmos e em outros.

O Novo Humanismo nunca tem concebido à interioridade e a exterioridade como universos separados, basicamente porque essa separação não existe e é um engano metodológico (próprio de momentos históricos anteriores) estabelecer limites tão

taxativos. Nossas colocações evidenciam a existência de um mundo interno em interação incessante com o mundo externo, conformando uma estrutura indivisível que se vai influindo e transformando reciprocamente. Todas nossas discussões com a falácia do imobilismo atual arrancam desde esta concepção e, em virtude disso, temos uma fé inamovível em que seremos capazes de romper essa camisa de força que nos paralisa e, à luz desta nova revelação, saberemos resolver (ou dissolver) nossas diferenças. A fim de contas, o ódio e a ira —parteiros da violência— são emoções humanas e, como todo o humano, podem ser transformadas e reorientadas para um propósito útil, coisa que seria muitíssimo mais fácil de conseguir se quem controla hoje o mundo se fazem a um lado, de modo que sua habitual estupidez não siga piorando ainda mais a situação.

Quando isso aconteça, o ser humano, em plena posse de todas suas faculdades, poderá projetar-se para o futuro para materializar seu desejo de uma nação humana. Esse mesmo aventureiro incurável que correu todos os riscos. Que muitas vezes semeou o horror e outras tantas se elevou para o sublime. Esse que se empenha em deixar atrás a pré-história para ingressar em uma história calidamente humana. Aquele que freqüentemente esquece quem é mas logo volta a recordá-lo. Que luta, dia a dia, para conquistar sua liberdade.

Santiago do Chile, agosto de 2006 — abril de 2007